

Estudo sobre a identificação e estimativa dos efeitos quantificáveis das deficiências específicas das regiões ultraperiféricas e das medidas aplicáveis para reduzir estas deficiências  
(Contrato: 2004-CE-16-0-AT-097)

## Parte 2: Relatório analítico

Deficiências específicas das regiões ultraperiféricas, suas consequências e medidas aplicáveis para reduzir os seus efeitos



Louis Lengrand & Associés



Université Libre de Bruxelles (Universidade Livre de Bruxelas)  
(DULBEA – Departamento de economia aplicada)

Juntamente com um grupo de peritos



O presente estudo, financiado pela Comissão Europeia, foi realizado por LL&A e pela ULB, juntamente com um grupo de peritos. Os pontos de vista apresentados são da exclusiva responsabilidade dos autores do estudo e não da Comissão Europeia.

Janeiro de 2006

O presente estudo, financiado pela Comissão Europeia, foi realizado por LL&A e pela ULB, juntamente com um grupo de peritos. A equipa-projecto era composta pelos seguintes elementos:

- Coordenador: LL&A (Louis Lengrand, Julie Koeltz, Hugo Thénint, Isabelle Chatrie)
- Parceiro: Universidade Livre de Bruxelas – DULBEA (Henri Capron, Michele Cincera)
- Peritos: Universidade da Reunião (Philippe Jean-Pierre, Jean-Yves Rochoux), Universidade dos Açores (Mário Fortuna), Universidade de Las Palmas de Gran Canaria (Casiano Manrique) e Philippe Garrigos.

# Índice

Introdução .....	6
A. Abordagem global e definições utilizadas .....	7
1. Abordagem global .....	7
2. Definições .....	9
B. Estudo das deficiências específicas das regiões ultraperiféricas e dos seus efeitos.....	12
1. Especificidades das regiões ultraperiféricas.....	12
1.1. Deficiências exógenas .....	12
1.1.1. Afastamento .....	13
1.1.2. Insularidade .....	14
1.1.3. Dupla insularidade.....	14
1.1.4. Pequena superfície .....	14
1.1.5. Morfologia territorial complexa .....	15
1.1.6. Clima difícil.....	16
1.1.7. Riscos naturais elevados .....	17
1.2. Deficiências endógenas .....	18
1.2.1. Limitação da presença dos factores de produção .....	18
1.2.2. Desenvolvimento limitado do capital humano.....	19
1.2.3. Dependência económica de um número reduzido de actividades.....	22
1.2.4. Estreiteza dos mercados internos .....	28
1.2.5. Falta de abertura ao exterior e de inserção no meio regional .....	29
1.2.6. Obstáculos à entrada .....	33
1.3. Quando a existência de deficiências se traduz em vantagens.....	33
2. Efeitos macro e microeconómicos das deficiências.....	34
2.1. Contributos das teorias económicas e escolha das variáveis explicativas.....	34
2.1.1. Contributos das teorias do comércio livre e do comércio internacional....	35
2.1.2. Contributo das teorias sobre as economias vulneráveis .....	36
2.1.3. Contributos da nova geografia económica.....	37
2.2. Variáveis sintéticas explicativas e seus efeitos macro e microeconómicos.....	38
2.2.1. Efeitos ligados à dimensão.....	39
2.2.2. Efeitos ligados à acessibilidade.....	43

Estudo sobre a identificação e estimativa dos efeitos quantificáveis das deficiências específicas das regiões ultraperiféricas e das medidas aplicáveis para reduzir estas deficiências	
2.2.3. Impacto da combinação da dimensão e da acessibilidade reduzidas .....	44
2.2.4. Efeitos ligados às condições climáticas e aos riscos naturais .....	47
2.2.5. Outros efeitos combinados .....	47

## C. Análise dos sobrecustos incorridos pelos intervenientes socioeconómicos ..... 50

1. Impacto das deficiências específicas das regiões ultraperiféricas: a noção de sobrecusto .....	50
1.1. Noção de sobrecusto.....	50
1.1.2. Que se entende por condições normais de exploração? .....	50
1.2.3. Que contexto, que ambiente? .....	51
1.2. Formação dos sobrecustos.....	51
1.2.1. Obstáculos à exploração.....	52
1.2.2. Limitação das potencialidades de desenvolvimento e obstáculos à entrada .....	52
1.2.3. Formação dos preços .....	53
2. Sobrecustos a nível dos ciclos de exploração .....	54
3. Catálogo dos sobrecustos.....	57
4. Importância relativa dos sobrecustos por sector.....	65
4.1 Tipologia das incidências sectoriais dos sobrecustos .....	65
4.2 Efeitos combinados sobre certos serviços de interesse geral.....	70
4.2.1 Sector da gestão da água.....	70
4.2.2 Sector do fornecimento de energia e de electricidade.....	70
4.2.3 Sector das telecomunicações .....	73

## D. Constituição de um quadro analítico que permita a avaliação das medidas de política pública aplicáveis para reduzir os efeitos das deficiências..... 77

1. Apresentação da abordagem .....	77
2. Análise dos efeitos das medidas existentes.....	78
2.1. Intervenção pública em prol das RUP: tipologia das principais medidas existentes .....	78
2.2. Análise dos efeitos destas medidas em termos de eficiência e de eficácia .....	81
2.2.1. Paradigmas escolhidos .....	81
2.2.2. Desafios em termos de eficiência e equidade das políticas públicas aplicadas às regiões ultraperiféricas .....	84

Estudo sobre a identificação e estimativa dos efeitos quantificáveis das deficiências específicas das regiões ultraperiféricas e das medidas aplicáveis para reduzir estas deficiências	
3. Elementos de avaliação das medidas aplicáveis para reduzir os efeitos das deficiências específicas das regiões ultraperiféricas.....	86
3. 1. Quais são os modos de intervenção possíveis? .....	86
3.2. Indicadores escolhidos para a sua avaliação .....	87
3.3. Medidas directas e indirectas destinadas a reduzir os efeitos das deficiências específicas das regiões ultraperiféricas .....	88
4. Avaliação do impacto da intervenção sobre efeitos dificilmente quantificáveis .....	100
4. 1. Dimensão e concentração.....	100
4.2. Métodos globais .....	103
E. Anexos .....	105
1. Principais métodos de avaliação existentes .....	105
2. Bibliografia .....	109
3. Lista de quadros .....	115

## Introdução

O presente relatório propõe uma nova análise das deficiências das regiões ultraperiféricas, das suas consequências sob a forma dos sobrecustos incorridos pelos intervenientes económicos e das medidas de política pública aplicáveis a estas regiões para reduzir os efeitos dessas deficiências.

O relatório está dividido em quatro partes.

A primeira parte apresenta a abordagem global e as definições-chave utilizadas.

A segunda parte trata, a partir de uma tipologia das deficiências específicas das regiões e dos paradigmas das teorias do comércio internacional, da nova geografia económica e da economia industrial, dos efeitos macro e microeconómicos das deficiências estudadas, pondo em destaque diversas variáveis explicativas.

A terceira parte estuda os sobrecustos incorridos pelos intervenientes socioeconómicos das regiões ultraperiféricas e apresenta um catálogo dos sobrecustos transversais no conjunto dos sectores representados nestas regiões, bem como a sua importância relativa.

A quarta parte apresenta um quadro analítico que possibilita a avaliação das medidas de política pública aplicáveis para reduzir os efeitos das deficiências.

Estes elementos são acompanhados de um anexo, que contém uma nota sobre os diferentes métodos de avaliação existentes das medidas de políticas públicas, uma bibliografia e a lista dos quadros apresentados no relatório.

## A. Abordagem global e definições utilizadas

### 1. Abordagem global

As regiões ultraperiféricas são, nos termos do nº 2 do artigo 299º do Tratado de Amesterdão, caracterizadas por uma situação económica e social "agravada pelo grande afastamento, pela insularidade, pela pequena superfície, pelo relevo e clima difíceis e pela sua dependência económica em relação a um pequeno número de produtos, factores estes cuja persistência e conjugação prejudicam gravemente o seu desenvolvimento"<sup>1</sup>.

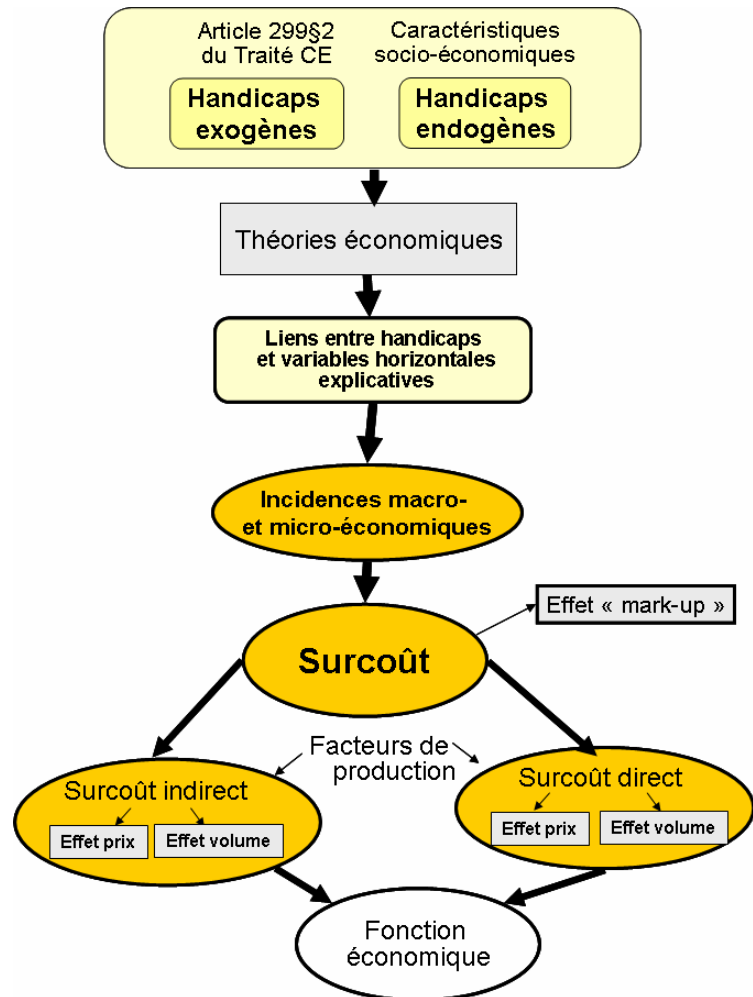
Nº 2 do artigo 299º do Tratado CE		Características socioeconómicas	
Deficiências exógenas		Deficiências endógenas	
•			
Teorias económicas			
•			
		Relações entre deficiências e variáveis horizontais explicativas	
•			
		Incidências macro e microeconómicas	
•			
			Efeito "mark-up"
		Sobrecusto	• •
•	•	• • •	• •
•			•
Sobrecusto indirecto		• Factores de produção •	Sobrecusto directo
•	•		• •
Efeito preço	Efeito volume		Efeito preço
			Efeito volume
•		Função económica	• •
O sobrecusto indirecto é discriminado no âmbito do controlo de gestão			

<sup>1</sup>Excerto do nº 2 do artigo 299º do Tratado de Amesterdão.

Descrevem-se em seguida os efeitos de uma primeira categoria de características, as enunciadas no nº 2 do artigo 299º do Tratado de Amesterdão. A maioria dentre elas é, com efeito, amplificada por um segundo conjunto de características, endógenas, que decorrem das primeiras ou resultam das especificidades económicas, sociais e culturais de cada região ou ainda de factores ambientais (meio regional) e institucionais.

Das diferentes características das regiões ultraperiféricas decorrem na maioria dos casos consequências negativas e um conjunto de condicionalismos, embora seja importante notar que alguns deles podem constituir pontos fortes.

A análise que se segue apoia-se na utilização dos paradigmas das novas teorias do comércio internacional, da geografia económica e da economia industrial, a fim de constituir hipóteses claras e estritas quanto aos efeitos previsíveis da combinação das deficiências e das características específicas destas regiões, através de três variáveis horizontais explicativas que são a dimensão, a acessibilidade, as condições climáticas e os riscos naturais.



Esses efeitos são examinados seguidamente enquanto sobrecustos incorridos pelos intervenientes socioeconómicos do conjunto dos sectores produtivos e parapúblicos das regiões ultraperiféricas no âmbito do exercício da sua actividade. O exame é efectuado em relação à situação do continente europeu, visto os países terceiros não estarem integrados no referencial constituído para esta comparação.

Estes efeitos, que podem ser directos ou indirectos, têm um impacto tanto a nível dos factores de produção utilizados por esses intervenientes (efeito preço), como a nível dos modos de exploração da actividade destes últimos (efeito volume: impacto visível a nível das funções económicas que intervêm no exercício da actividade). Certos efeitos são, por último, analisados enquanto fenómenos económicos e não enquanto sobrecustos propriamente ditos (efeito "mark-up", nomeadamente).

Finalmente, com base nestas primeiras conclusões, é constituído um quadro analítico para a avaliação das medidas de política pública destinadas a compensar os referidos efeitos.

Assim, foram elaborados e apresentados no presente relatório vários conceitos e propostas para uma análise renovada das deficiências específicas das regiões ultraperiféricas, seus efeitos e medidas de política pública aplicáveis.



## 2. Definições

Para as necessidades do estudo foram utilizadas ou elaboradas diversas definições. Agrupam-se em seguida as principais definições, a fim de permitir uma melhor apreensão dos conceitos utilizados. Além disso, são também apresentadas no corpo do relatório precisões relativas a temáticas precisas (funções económicas e factores de produção, termos técnicos, etc.).

### Variável exógena

Considera-se como variável exógena uma variável que não depende de nenhuma outra num quadro de análise determinado e cujo valor não é susceptível de ser modificado (carácter permanente).

No âmbito da nossa análise, as principais variáveis exógenas estudadas referem-se às características enunciadas no nº 2 do artigo 299º do Tratado de Amesterdão, com excepção da característica respeitante à dependência económica em relação a um pequeno número de produtos. As características exógenas estudadas são, por conseguinte, o afastamento, a insularidade, a pequena superfície e o relevo e clima difíceis. Neste quadro, são analisados igualmente os impactos da dupla insularidade.

Estas características que, nos termos do nº 2 do artigo 299º do Tratado de Amesterdão, contribuem para agravar a situação económica das regiões ultraperiféricas, são chamadas "deficiências exógenas ou permanentes" na nossa análise.

É igualmente útil precisar que, em termos de políticas públicas aplicadas nas regiões ultraperiféricas, se considera que só podem ser visados os efeitos destas deficiências e não as próprias deficiências. Com efeito, ainda que, por exemplo, certos tipos de políticas possam contribuir para reduzir os custos de abastecimento ligados ao afastamento a que fazem face as regiões ultraperiféricas, a distância que separa estas regiões do Estado a que pertencem permanece inalterada.

### Variável endógena

Uma variável endógena é, por oposição à exógena, uma variável definida dentro de um sistema. Consideram-se endógenas as variáveis que são quer consequência directa das variáveis exógenas estudadas, quer geradas por outros factores ou variáveis ligados às especificidades de cada região.

Quer estejam ou não directamente ligadas às deficiências exógenas específicas das regiões ultraperiféricas, estas variáveis contribuem para acentuar o impacto das deficiências exógenas ou para explicar as suas consequências. Estão principalmente relacionadas com fenómenos socioeconómicos.

Ao contrário das deficiências exógenas, as políticas públicas podem intervir directamente sobre as deficiências endógenas. Por exemplo, podem ser adoptadas medidas destinadas a reduzir directamente a intensidade de obstáculos à entrada.

### Variável horizontal

Uma variável horizontal é uma variável transversal que permite ilustrar um fenómeno que afecta vários conjuntos de elementos. As variáveis horizontais consideradas transcrevem os efeitos das deficiências exógenas e endógenas em termos de sobrecustos. Estas variáveis horizontais, escolhidas como sendo o denominador comum dos efeitos das deficiências específicas das regiões ultraperiféricas, são a dimensão, a acessibilidade, as condições climáticas e os riscos naturais.

### Sobrecusto

Os sobrecustos, no centro da nossa análise, transcrevem os efeitos, sobre a actividade dos intervenientes socioeconómicos das regiões ultraperiféricas, das deficiências específicas destas regiões e da sua combinação.

A noção de sobrecusto remete em primeiro lugar para uma noção de diferencial de preços para o interveniente que incorre no sobrecusto considerado. O sobrecusto pode incidir directamente sobre um factor de produção dado ou transcrever uma distorção ligada à presença de deficiências no ciclo de exploração da actividade de um interveniente e traduzir-se numa sobrecarga financeira. Ainda que certas componentes que entram na composição dos sobrecustos nem sempre sejam directamente quantificáveis, são em contrapartida identificáveis e identificadas no âmbito deste estudo.

A noção de sobrecusto remete igualmente para a necessidade de fixar um referencial relativo ao interveniente que não tem que suportar um sobrecusto e que exerce a sua actividade em condições normais de exploração.

Tendo em conta o nº 2 do artigo 299º do Tratado CE e a interpretação da Comissão Europeia, a noção de sobrecusto é aplicável apenas em relação à situação comparável do mercado interno europeu. A comparação com países terceiros está, por conseguinte, excluída.

## Sobrecustos directos e indirectos

É feita uma distinção entre os sobrecustos "directos" e os sobrecustos "indirectos". Os sobrecustos "directos" são discriminados segundo uma repartição natural por função económica. Os sobrecustos "indirectos" (classificação de acordo com os termos empregues no âmbito da contabilidade analítica) são sobrecustos transversais não directamente afectados a funções económicas (apenas o são através do controlo de gestão, função nem sempre presente nas empresas das regiões ultraperiféricas).

## Decomposição dos sobrecustos

Cada sobrecusto individual incorrido por um interveniente socioeconómico pode ser decomposto enquanto resultante de vários efeitos. Distingue-se o "efeito preço", resultante do diferencial do custo dos recursos considerados, do "efeito volume", ligado ao modo de exploração destes recursos pelos intervenientes socioeconómicos.

## Outros efeitos das deficiências: o efeito "mark-up"

O efeito "mark-up" está associado aos poderes de mercado exercidos nas economias ultraperiféricas. Não constitui um sobrecusto enquanto tal, mas intervém no processo de formação dos preços nessas economias.

## Catálogo dos sobrecustos

O catálogo dos sobrecustos constituído para o estudo decorre da análise das variáveis horizontais acima mencionadas, bem como dos estudos empíricos efectuados junto de intervenientes no terreno.

Tem por objectivo, em ligação com a metodologia de quantificação elaborada no âmbito deste estudo, (i) enumerar um conjunto de sobrecustos, tão transversal quanto possível, incorridos pelos intervenientes socioeconómicos das regiões ultraperiféricas e (ii) ilustrar não somente a existência de sobrecustos directamente suportados pelos intervenientes locais (efeito preço, nomeadamente), mas igualmente a forma como estes se repercutem (efeito volume, distorção dos ciclos de exploração, etc.) a nível do modo de consumo de recursos e de exploração das actividades produtivas ou serviços de interesse geral estudados.

## B. Estudo das deficiências específicas das regiões ultraperiféricas e dos seus efeitos

### 1. Especificidades das regiões ultraperiféricas

As regiões ultraperiféricas apresentam, em relação às outras regiões europeias da Europa continental, características originais, algumas das quais constituem entraves ao seu desenvolvimento.

O objectivo consiste em analisar estas deficiências específicas e estudar os seus efeitos, subentendendo-se que várias das especificidades descritas como deficiências constituem por vezes simultaneamente pontos fortes, como por exemplo as condições climáticas ou de relevo que estão na base do desenvolvimento do turismo destas regiões (cf. secção 1.3. Quando a existência de deficiências se traduz em vantagens).

É possível, conforme foi já referido, distinguir duas grandes categorias de deficiências: as deficiências exógenas e as deficiências endógenas.

As deficiências exógenas ou permanentes são constituídas pela maior parte das características enunciadas no n.º 2 do artigo 299.º do Tratado de Amesterdão, descritas como factores que agravam a situação económica e social estrutural dos departamentos franceses ultramarinos, dos Açores, da Madeira e das ilhas Canárias. Trata-se do afastamento, da insularidade e da dupla insularidade, da pequena superfície, da morfologia territorial complexa, do clima difícil e, por último, dos riscos naturais elevados.

As deficiências endógenas resultam, por seu lado, da combinação das deficiências exógenas e de especificidades de cada região. Referem-se a fenómenos de tipo económico que constituem condicionalismos suplementares ao desenvolvimento das regiões ultraperiféricas.

#### 1.1. Deficiências exógenas

Distinguem-se sete deficiências exógenas (ou permanentes). Estas estão mais ou menos presentes, ou mesmo ausentes, consoante as regiões, como o mostra o quadro infra:

Quadro 1: Deficiências exógenas das RUP

Regiões	Afastamento	Insularidade	Dupla insularidade	Pequena superfície	Morfologia territorial complexa	Clima difícil	Riscos naturais elevados
Açores	X	X	X	X	X	X	X
Canárias	X	X	X	X	X	X	X
Guadalupe	X	X	X	X	X	X	X
Guiana	X	<sup>2</sup>		X <sup>3</sup>	X	X	
Madeira	X	X	X <sup>4</sup>	X	X	X	X
Martinica	X	X		X	X	X	X
Reunião	X	X		X	X	X	X

<sup>2</sup>Ainda que a Guiana não seja uma ilha nem um arquipélago, o seu carácter de enclave confere-lhe um estatuto quase insular.

<sup>3</sup>Se se considerar a superfície não coberta por floresta (ver ponto 1.1.4.)

<sup>4</sup>A Madeira constitui, na acepção geográfica do termo, um arquipélago. É de notar, contudo, que a superfície total do arquipélago é constituída em 92% pela ilha da Madeira.

### 1.1.1. Afastamento

O afastamento do continente europeu e do Estado-Membro a que pertencem, que constituem os seus principais mercados de abastecimento, afecta o conjunto das regiões ultraperiféricas, embora com graus de intensidade diferentes.

Nas duas extremidades do espectro situam-se a Reunião, região situada a cerca de 10 000 km de França, e a Madeira, situada a 1 000 km de Portugal.

Entre estes dois extremos encontram-se:

- o A Guiana, que se situa a 7 500 km de Paris e a cerca de 1 500 km dos outros departamentos franceses da América;
- o A Guadalupe e a Martinica, situadas a cerca de 7 000 km da metrópole e do mercado europeu. A Guadalupe e a Martinica estão também bastante afastadas dos Estados Unidos (2 000 km da Florida);
- o As Canárias, que formam um arquipélago a 2 000 km da Espanha continental;
- o Os Açores, que, a 1 500 km de Portugal mas igualmente a 1 450 km do primeiro continente, estão isolados no meio do Oceano Atlântico. A ilha do Corvo situa-se a 1900 km de Lisboa.

No caso das regiões francesas, o afastamento e o isolamento são acentuados pelos desfasamentos horários que, consoante o período do ano, vão de - 6 horas a + 3 horas em relação à metrópole.

Quadro 2: Afastamento e isolamento das regiões ultraperiféricas

Regiões	Distância em relação à capital do Estado-Membro a que a região pertence (em km)	Desfasamento horário em relação ao Estado-Membro a que a região pertence (Verão/Inverno)	Distância em relação ao 1º continente do enquadramento regional (em km) *
Açores	1 500	- 1 hora	1 450 (África do Norte - Marrocos))
Canárias	2 000	- 1 hora	250 (África do Norte - Marrocos)
Guadalupe	6 800	- 6/- 5 horas	620 (América do Sul - Venezuela)
Guiana	7 500	- 5/- 4 horas	-
Madeira	1 000	Não há desfasamento	650 (África do Norte - Marrocos)
Martinica	6 850	- 6/- 5 horas	450 (América do Sul - Venezuela)
Reunião	9 400	+ 2/+ 3 horas	1 700 (África do Leste - Moçambique)

\* Média para os arquipélagos

### 1.1.2. Insularidade

A insularidade, que caracteriza seis das sete regiões ultraperiféricas, traduz-se numa descontinuidade geográfica entre terra e mar que acentua o isolamento destes territórios.

A Guiana toma a forma "ilha terrestre" ou enclave, estando enquadrada pelo Oceano Atlântico a Leste, a barreira densa da floresta amazónica a Oeste e os rios Oyapock e Maroni a Sul e a Norte, formando fronteiras naturais com o Brasil e o Suriname.

### 1.1.3. Dupla insularidade

O isolamento e a fragmentação territorial são acentuados pelo carácter arquipelágico de quatro das regiões ultraperiféricas.

No caso dos Açores, as nove ilhas do arquipélago distribuem-se por quase 650 km, estando assim muito dispersas. As duas ilhas mais ocidentais, Flores e Corvo, situam-se a 500 km de Ponta Delgada, na ilha principal de São Miguel.

No arquipélago das Canárias, que compreende sete ilhas, a distância que separa as duas ilhas as mais afastadas, El Hierro e Lanzarote, é de 460 km.

O arquipélago da Guadalupe, por sua vez, encontra-se relativamente dividido entre as duas ilhas da Guadalupe dita "continental" (Basse-Terra e Grande-Terre), as quatro "dependências próximas" e as mais afastadas, situadas a cerca de 250 km a Norte, no meio de ilhas anglófonas e neerlandesas (Saint-Barthélemy e Saint-Martin, dividindo esta última a mesma ilha com Sint-Marteen).

Quadro 3: Dados relativos aos arquipélagos

Regiões	Número de ilhas	% da população residente nas ilhas não centrais	% da superfície total das ilhas não centrais	% de concentração dos arquipélagos (superfície das ilhas/superfície da zona económica exclusiva)
Açores	9	45,6	68	0,236
Canárias	7	56,5	72	2,036
Guadalupe	8	12,6	15,6	1,235 <sup>5</sup>
Madeira	2	1,4	8	0,176

### 1.1.4. Pequena superfície

A Reunião, os Açores, a Guadalupe, a Martinica e a Madeira caracterizam-se pela sua exiguidade geográfica. A Martinica, nomeadamente, com uma superfície de 1080 km<sup>2</sup>, um comprimento de 64 km e uma largura de 24 km, é a mais pequena das regiões ultraperiféricas, não tendo nenhum ponto situado a mais de 12 km do mar.

Há outros critérios a ter em conta para apreender os problemas de exiguidade dos territórios. Em primeiro lugar, as condições especiais de relevo impedem a exploração do conjunto da superfície das ilhas (ver infra). Assim, as superfícies cujo declive médio é superior a 30% são mais dificilmente exploráveis. A este problema acresce o do coberto vegetal. Para retomar o exemplo da Martinica, 43% da sua superfície é arborizada. No caso da Guiana, recorde-se que apenas 5 a 6% do território não estão cobertos por floresta.

Além disso, uma parte desses territórios é constituída por superfícies protegidas (ver parte 1.2 sobre as deficiências endógenas) e, por conseguinte, não exploráveis. Note-se que, na

<sup>5</sup> Atendendo a que os dados relativos à zona económica exclusiva da Guadalupe não estão disponíveis, a superfície tida em conta para este cálculo abrange a Martinica, a Guadalupe, St. Martin e St. Bartélémy.

Estudo sobre a identificação e estimativa dos efeitos quantificáveis das deficiências específicas das regiões ultraperiféricas e das medidas aplicáveis para reduzir estas deficiências  
 maioria dos casos, as zonas cujo declive é superior a 30% confundem-se com as zonas protegidas. É, assim, preferível recorrer à "superfície útil" para avaliar a superfície real destas regiões que, no entanto, é dificilmente calculável.

No que respeita aos arquipélagos, existe o problema suplementar do parcelamento das terras. Isto implica para cada ilha, com excepção da Madeira, superfícies ainda mais restritas. Com uma superfície total de 7 249 km<sup>2</sup>, o arquipélago das Canárias permanece um território exíguo ainda que menos afectado por esta característica do que as outras regiões.

Quadro 4: Dados geográficos

Regiões	Superfície (em km <sup>2</sup> )	Superfície da ilha principal (em km <sup>2</sup> )
Açores	2 330	São Miguel: 747 km <sup>2</sup>
Canárias	7 249	Tenerife: 2 059 km <sup>2</sup> Gran Canaria: 1 533 km <sup>2</sup>
Guadalupe	1 705	Guadalupe continental: 1 438 km <sup>2</sup>
Guiana	83 934	Espaço não coberto por floresta: entre 3 500 e 4 000 km <sup>2</sup>
Madeira	797	Madeira: 741 km <sup>2</sup>
Martinica	1 128	(1 128)
Reunião	2 520	(2 520)

### 1.1.5. Morfologia territorial complexa

A maior parte das regiões é caracterizada por uma morfologia territorial complexa e fragmentada que limita a acessibilidade interior e dificulta o ordenamento e o desenvolvimento económico dos territórios. São maioritariamente zonas montanhosas elevadas de origem vulcânica, onde os declives abruptos, as zonas de desmoronamento e as ravinas são importantes. As costas litorais são frequentemente acidentadas e inóspitas. As características da rede hidrográfica e do coberto vegetal podem igualmente constituir obstáculos às deslocações. Finalmente, estão associados a estas especificidades geográficas numerosos riscos naturais, a seguir descritos (1.1.7).

As ilhas Canárias, com excepção de duas ilhas pouco elevadas (Fuerteventura e Lanzarote), têm um relevo muito acidentado, formado por cones, caldeiras, cumes de mais de 2000 m e falésias abruptas. O ponto culminante do arquipélago é o pico do Teide (3 718 m), um vulcão em Tenerife que é também o cume mais elevado de Espanha. Quase 80% da superfície do arquipélago tem um declive médio superior a 20%, o que coloca problemas em termos de erosão e ravinamento dos solos.

A Madeira e os Açores contam-se igualmente entre os maciços mais elevados de Portugal. As ilhas dos Açores emergem de uma elevada plataforma submarina, com uma profundidade média de 1500 m, numa zona que faz parte da cordilheira central do Atlântico. As nove ilhas, todas de origem vulcânica, apresentam aspectos morfológicos diversificados mas com características geológicas comuns. A montanha mais elevada dos Açores, e também de Portugal, é o Pico Alto, um vulcão em actividade (2 351 m). O relevo da Madeira é igualmente muito abrupto, com fortes declives: 65% da sua superfície tem declive superior a 25%. O ponto mais alto é o Pico Ruivo que, com 1 861 m, é a terceira montanha mais alta de Portugal.

A Reunião é a parte emersa de uma construção vulcânica jovem de 7 500 m de altura, dos quais 3 000 m estão emersos. Dois terços da ilha são montanhosos e 40% da superfície encontra-se a mais de 1 000 metros de altitude, sendo os pontos culminantes o Piton de la Fournaise (2 631 m) e o Piton des Neiges (3 069 m). Três vastos anfiteatros profundos, de paredes abruptas dificilmente acessíveis (circos de Mafate, de Salazie e de Cilaos) que resultam de desmoronamentos e da erosão, estão situados no centro da ilha.

Na Guadalupe, que tem uma zona montanhosa e um relevo acidentado, a extensão da superfície útil é limitada. A Basse Terre, nomeadamente, é uma ilha vulcânica e montanhosa cuja parte central, dominada pelo vulcão Soufrière (1 467 m) e coberta por

Estudo sobre a identificação e estimativa dos efeitos quantificáveis das deficiências específicas das regiões ultraperiféricas e das medidas aplicáveis para reduzir estas deficiências floresta, é dificilmente penetrável. A travessia da Basse Terre de Este a Oeste só é com efeito possível no colo Mamelles, frequentemente fechado. Na Martinica, o relevo montanhoso ocupa uma superfície preponderante (mais de 60% do território), enquanto a banda litoral se caracteriza pela sua estreiteza.

Na Guiana, embora o relevo não seja especialmente restritivo, a acessibilidade do território é limitada por outras características:

- o Uma fachada litoral em perpétua remodelação devido à alternância de fenómenos de forte erosão e sedimentação ligados a correntes marinhas e fluviais (nomeadamente bancos de lodo do Amazonas), bem como à cobertura das "terras baixas" pelos mangais e à presença de pântanos sublitorais e de florestas pantanosas;
- o Uma rede hidrográfica muito densa, composta nomeadamente por dezenas de rios, ribeiros e enseadas, que comportam numerosos desníveis dificilmente navegáveis;
- o Um coberto vegetal exuberante extremamente denso, cobrindo a floresta amazónica mais de 90% do território.

### 1.1.6. Clima difícil

As condições climáticas são também uma característica importante das regiões ultraperiféricas que podem constituir um condicionalismo para o seu desenvolvimento.

Situadas na sua grande maioria na zona intertropical húmida, estas regiões têm um clima quente e húmido, com fenómenos climáticos particulares em certas regiões: violência e importância das precipitações, nevoeiros persistentes, ventos violentos e ventos salinos e globalmente, devido à insularidade e ao relevo acidentado (cf. os fenómenos das encostas expostas aos ventos e protegidas dos ventos), variações muito fortes no espaço/tempo, etc. Pelo contrário, certas sub-regiões são afectadas por uma certa seca.

Conjugadas com as características do relevo, estas especificidades climáticas implicam uma limitação ou desequilíbrios, no tempo e no espaço, dos recursos naturais, em especial os recursos hidrológicos.

Na Madeira, as montanhas e os ventos alísios criam uma cobertura nebulosa quase permanente. A precipitação particularmente importante na costa exposta aos ventos (Norte) pode atingir em certas zonas 3 m/ano. Em contrapartida, em Porto Santo, a penúria de água é o problema mais importante.

A precipitação é igualmente muito importante nos Açores, que são as ilhas mais húmidas da Macaronésia, com volumes de precipitações que vão até 2,7 m por ano, e que contam portanto com a presença de numerosos lagos e rios.

Nas Canárias, constata-se uma grande variabilidade de ilha para ilha e dentro de cada ilha. Assim, o clima varia entre um clima subtropical seco e um clima tropical seco ou húmido, consoante a ilha e o local. Por exemplo, em certos locais de Tenerife, as precipitações não atingem 100 mm por ano, enquanto que a alguns quilómetros podem ultrapassar 2 m por ano. Estas precipitações podem mesmo aumentar devido ao efeito do nevoeiro, que constitui uma forma de precipitação horizontal. As ilhas mais orientais, Lanzarote e Fuerteventura, são quase desérticas porque são menos elevadas. A penúria de água é um dos problemas mais importantes das Canárias.

Na Reunião encontra-se esta mesma variabilidade no espaço, mas igualmente no tempo, o que dá origem a uma multiplicidade de microclimas. Durante a "estação das chuvas", de Novembro a Abril, as temperaturas são muito elevadas e as precipitações muito abundantes. A costa "ao vento", orientada a Nordeste e exposta aos alísios, recebe 70% das precipitações, que variam de 3 m a 10 m por ano, nomeadamente na encosta Leste do Piton de la Fournaise. Pelo contrário, a costa "sob o vento" orientada a Sudoeste, recebe menos de 2 m por ano, distribuídos muito irregularmente. A média anual em St-Gilles-les-



Estudo sobre a identificação e estimativa dos efeitos quantificáveis das deficiências específicas das regiões ultraperiféricas e das medidas aplicáveis para reduzir estas deficiências  
Bains é apenas de 0,525 m. De acordo com a Météo-France, as precipitações são, na Reunião, o fenómeno meteorológico mais notável. A ilha possui todos os recordes mundiais de precipitação para os períodos compreendidos entre 12 horas e quinze dias.

A Guadalupe e a Martinica caracterizam-se por temperaturas elevadas todo o ano (26°C em média), com uma estação chuvosa, invernação de Julho a Dezembro e um regime de ventos constantes, os alísios. Convergem nestas duas regiões a extrema variabilidade climática no tempo e no espaço, resultante da morfologia das ilhas, e a escala e frequência das perturbações atmosféricas. Na Guadalupe, a Grande-Terra e as ilhas do arquipélago podem sofrer secas severas, enquanto a Basse-Terre está frequentemente envolta por uma espessa camada nebulosa, com pluviometria que pode atingir 8 a 10 m por ano acima dos 1000-1100 metros de altitude.

Finalmente, as condições climáticas alcançam valores extremos na Guiana, que está sujeita a um clima de tipo equatorial quente durante todo o ano (26,5% em média), com humidade elevada (pluviometria média anual de 3 m) e teor de humidade que varia entre 80 e 90%, condições que são acompanhadas de fenómenos de erosão muito importantes e de deslizamentos de lamas devastadores.

### 1.1.7. Riscos naturais elevados

Cinco das sete regiões ultraperiféricas estão fortemente expostas a riscos naturais que provocam regularmente danos importantes e que impõem uma vigilância contínua. Estes riscos são de natureza diferente:

- riscos ciclónicos e riscos costeiros ligados à passagem dos ciclones (marés e ondulações ciclónicas),
- riscos vulcânicos,
- riscos sísmicos, de aluimentos de terrenos e maremotos,
- riscos ligados à erosão e às cheias.

As três regiões da Martinica, Guadalupe e Reunião situam-se na trajectória dos ciclones. Para as regiões das Antilhas, estes vêm do Atlântico (Cabo Verde) ou do centro do Mar das Antilhas e do Golfo do México, sobretudo em Agosto e Setembro, e são responsáveis por numerosos estragos ligados ao vento e à água. A Reunião, por sua vez, está regularmente em alerta contra os ciclones de Dezembro a Março. O último ciclone importante, Dina, passou a 50 km das costas da Reunião em Janeiro de 2002, com ventos de 270 km/h que provocaram estragos consideráveis.

Na Madeira, os riscos geológicos de movimentos de terreno e de deslizamentos são muito elevados, assim como os riscos ligados às cheias devido às particularidades da rede hidrográfica, composta por ravinas de elevados declives, com débitos máximos importantes.

O arquipélago dos Açores apresenta uma importante actividade vulcânica, evidenciada não somente pela erupção recente do vulcão dos Capelinhos perto da ilha do Faial em 1957 e 1958, mas também por diferentes manifestações vulcânicas secundárias, como as fumarolas. A actividade sísmica é importante – tenham-se, por exemplo, em conta as destruições e as vítimas em Angra do Heroísmo em 1980 – o mesmo sucedendo com os riscos geológicos ligados à pluviosidade e à orografia do território (por exemplo, os deslizamentos de 1997 em São Miguel que causaram 29 vítimas). Sublinhe-se que estes cataclismos naturais constituíram no passado uma das razões para a forte emigração para a América do Norte.

Nas Canárias, as últimas erupções ocorreram em Tenerife, em 1909, e na ilha de La Palma, em 1949 e 1971. A actividade vulcânica é igualmente visível nas emissões sulfúricas da cratera do Teide e em Lanzarote, onde uma cadeia de vulcões continua hoje a emitir calor após uma erupção no século XVIII que durou seis anos.

Estudo sobre a identificação e estimativa dos efeitos quantificáveis das deficiências específicas das regiões ultraperiféricas e das medidas aplicáveis para reduzir estas deficiências

Na Reunião, a actividade do Piton de la Fournaise, vulcão-escudo de tipo efusivo, é regular e intensa. É um dos vulcões mais activos ao mundo (várias erupções por ano). As "grandes" erupções recentes ocorreram em 1977 (Piton Ste-Rose), 1986 (Takamaka), 1998 e Junho de 2001, datando a última de 4 a 19 de Janeiro de 2002. Por outro lado, a sensibilidade da Reunião à erosão dos solos é uma das mais elevadas do mundo. O ritmo actual de desaparecimento do solo é de aproximadamente 0,5 a 1 m em 70 anos, sendo necessários 100 000 anos para reconstituir esta mesma quantidade. Finalmente, os riscos geológicos de movimentos de terras e de deslizamentos são muito elevados, assim como os riscos ligados às cheias devido às especificidades da rede hidrográfica composta por cerca de 800 ravinas e por ravinas de grandes declives, com débitos máximos importantes.

Na Guadalupe, o vulcão Soufrière, de tipo explosivo, conhece uma actividade intensa. Desde o século XVI, ocorreram pelo menos dez erupções. A última erupção, que data de 1976, saldou-se pela evacuação de cerca de 70 000 pessoas durante vários meses. Além disso, a Guadalupe está sujeita a um risco sísmico muito elevado, com uma classificação na zona III (zona de risco máximo), como o mostrou o tremor de terra de Novembro de 2004 que afectou a Basse Terra e as Saintes.

A Martinica está igualmente sujeita a um risco vulcânico (com a Montagne Pelée que teve uma erupção em 1902 - 28 000 vítimas – e outra em 1929), sísmico (entre 200 e 500 sismos registados por ano, dos quais 10 sentidos pela população), de cheias, de inundações e de deslizamentos de terras.

## 1.2. Deficiências endógenas

Combinadas com os efeitos das deficiências exógenas, as deficiências endógenas contribuem para retardar o desenvolvimento económico das regiões ultraperiféricas.

Recorde-se que uma variável endógena é uma variável definida dentro de um sistema que tem principalmente a ver com fenómenos económicos. É consequência directa de variáveis exógenas ou é gerada por outras variáveis ligadas às especificidades de cada região (cf. Parte A).

São as seguintes as diferentes deficiências endógenas abaixo descritas:

- A limitação da presença dos factores de produção
- O desenvolvimento limitado do capital humano
- A dependência económica de um número reduzido de actividades
- A estreiteza dos mercados internos
- A falta de inserção no meio regional
- Os obstáculos à entrada

### 1.2.1. Limitação da presença dos factores de produção

Geralmente, as regiões ultraperiféricas caracterizam-se pela fraqueza dos factores de produção, devido nomeadamente à combinação de várias deficiências exógenas, como a reduzida dimensão, o isolamento, o relevo, etc. Além do capital humano, descrito mais adiante, estão em causa os recursos naturais, a tecnologia e o capital. O preço do acesso aos factores de produção é, em geral, elevado, consistindo no preço que os intervenientes económicos pagam para importar esses factores.

A limitação da presença de recursos naturais traduz-se pela quase ausência de recursos energéticos e de recursos a nível do subsolo (excepto, em parte, no caso da Guiana) e de matérias-primas. Além disso, as regiões defrontam-se, na maioria, com problemas de gestão dos recursos hídricos, devido à sua penúria global (algumas das ilhas Canárias) ou a desequilíbrios espaciais (costas expostas ao vento e abrigadas do vento, litorais muito povoados), poluição (Guiana), etc.

Constata-se igualmente a insuficiência dos recursos fundiários, ou seja, terrenos exploráveis ou edificáveis, devido à limitação da superfície útil. Muitos espaços estão sujeitos a restrições de utilização devido a medidas de prevenção dos riscos naturais (zonas inundáveis, sísmicas, etc.) e de preservação da biodiversidade. Com efeito, as regiões ultraperiféricas contam com um número importante de espaços sujeitos a instrumentos de gestão e de preservação pelos poderes públicos (parques naturais, reservas, etc.) como o mostra o quadro infra. Estes espaços protegidos podem atingir 60% da superfície total (Martinica), ou mesmo mais de 70% do território (Madeira). O objectivo destas áreas protegidas é salvaguardar a grande riqueza, frequentemente ameaçada, constituída pela biodiversidade dos ecossistemas naturais, que representa, além disso, um ponto forte essencial para o desenvolvimento sustentável destas regiões.

Quadro 5: Espaços protegidos nas regiões ultraperiféricas

	Superfície total (km <sup>2</sup> )	Áreas protegidas (km <sup>2</sup> )	Áreas protegidas (% da superfície total)
Reunião	2 520	279	11% <sup>6</sup>
Guiana	83 934	17 058 (dos quais 2247 km <sup>2</sup> de parque regional)	20% <sup>7</sup>
Martinica	1 128	676 (dos quais 640 km <sup>2</sup> de parque regional)	59%
Guadalupe	1 705	566 (dos quais 330 km <sup>2</sup> de parque nacional)	33%
Açores	2 330	260	10,7%
Madeira	779	567 (essencialmente Parque Natural da Madeira)	72%
Canárias	7 242	3 014 (dos quais 1 383 km <sup>2</sup> ocupados por 4 parques nacionais e naturais) <sup>8</sup>	41%

Fontes:

- Regiões francesas: áreas protegidas das categorias I-VI da União Internacional para a Conservação da Natureza - UICN – Inventário 2004 (Zonas terrestres que têm um estatuto jurídico de protecção e gestão da sua biodiversidade e dos recursos naturais e culturais associados (reservas naturais, parques nacionais, áreas de protecção do habitat e das espécies, zonas selvagens, paisagens protegidas, etc. Estão excluídas destes dados as áreas marítimas e costeiras) + inclusão dos parques regionais para as regiões francesas
- Regiões portuguesas: Instituto da Conservação da Natureza – 2003
- Canárias: Gobierno de Canárias - Consejería de Medio Ambiente y Ordenación Territorial - 2005

A penúria de capital humano (ver infra) ou de tecnologia corresponde a uma série de limitações a nível do desenvolvimento e aquisição de certas competências especializadas ou técnicas.

O acesso à informação e às tecnologias é mais difícil que no continente.

O acesso ao capital, por seu lado, é frequentemente limitado devido à falta de visibilidade económica.

### 1.2.2. Desenvolvimento limitado do capital humano

Esta característica merece ser tratada de maneira distinta dos outros factores devido à importância estratégica que o desenvolvimento das competências representa para as regiões ultraperiféricas. Ora, em resultado da combinação de factores exógenos e

<sup>6</sup>Este número deverá aumentar com a criação prevista do Parc National des Hauts (1 070 km<sup>2</sup> na sua zona central), o que aumentará a superfície total protegida para 53% da superfície total.

<sup>7</sup>Este número deverá aumentar com a criação prevista do Parc National de Guyane (36 000 km<sup>2</sup>, ou seja, 63% da superfície).

<sup>8</sup>As variações são muito importantes consoante as ilhas, com um mínimo de 28,8% em Fuerteventura e um máximo de 58% em El Hierro. Para as duas ilhas mais povoadas, Gran Canaria e Tenerife, as percentagens são, respectivamente, de 42,7% e 48,6%.

Estudo sobre a identificação e estimativa dos efeitos quantificáveis das deficiências específicas das regiões ultraperiféricas e das medidas aplicáveis para reduzir estas deficiências endógenos (estreiteza dos mercados, natureza da estrutura produtiva, dimensão e morfologia territorial), o desenvolvimento do capital humano continua a ser insuficiente.

Pode-se com efeito notar ao mesmo tempo, do ponto de vista das empresas, uma carência importante de mão-de-obra especializada em certos sectores e, do ponto de vista dos assalariados, dificuldades em encontrar um emprego. Isto leva, para além de um desemprego conjuntural em certas regiões devido a uma falta de dinamismo económico, à presença de um desemprego estrutural importante.

Recorde-se que a taxa de desemprego nas economias ultraperiféricas é, historicamente e no seu conjunto, elevada (com excepção dos Açores e da Madeira, nos quais a baixa taxa de desemprego é explicada em parte pela importância da elevada taxa de subemprego devido principalmente à acentuada inactividade profissional das mulheres). Nota-se contudo que, no caso das Canárias, devido à sua recuperação económica mais rápida, a taxa de desemprego está mais próxima da média comunitária.

Quadro 6: População e taxas de desemprego nas regiões ultraperiféricas

Regiões ultraperiféricas	Taxa de desemprego 2001	Taxa de desemprego 2002	Taxa de desemprego 2003	Taxa de desemprego 2004
UE-25	-	8,9%	9,1%	9,2%
UE-15	7,5%	7,8%	8,1%	-
Açores	2,3%	2,6%	2,9%	nf
Canárias	10,7%	11,1%	11,4%	12%
Guadalupe	25,2%	26,0%	26,2%	25,1%
Guiana	28,1%	24,4%	24,3%	25,7%
Madeira	2,5%	2,5%	3,4%	nf
Martinica	24,0%	22,9%	21,0%	21,5%
Reunião	31,5%	29,3%	31,6%	32,8%

Fonte: Eurostat

nf: dados não fiáveis

A importância da procura de mão-de-obra e de emprego não satisfeita deve-se a vários factores exógenos:

- em primeiro lugar, a fraca dimensão do mercado local, que reduz a abundância do factor trabalho, limita as oportunidades relativamente a certas competências e formações específicas,
- em segundo lugar, o grande afastamento dos Estados a que as regiões pertencem dificulta e encarece o acesso a competências externas, tanto para preencher empregos desocupados como para assegurar formações ad hoc,
- em terceiro lugar, a morfologia territorial complexa (nomeadamente por estes territórios serem arquipélagos), que fragmenta o território regional em vários mercados do trabalho e constitui um entrave às deslocações internas dos trabalhadores.

Outras características endógenas (a seguir especificadas) contribuem igualmente para acentuar a limitação do desenvolvimento do capital humano, como por exemplo:

- a inserção num ambiente regional pobre que limita a possibilidade de aquisição, a nível regional, de competências específicas,
- a especialização económica no sector terciário, que trava o surgimento de saídas profissionais para competências técnicas mais especializadas.

Assim, o facto de a população ser pouco numerosa (em termos relativos) torna mais difícil encontrar rapidamente no local competências adaptadas às necessidades de um sector ou de um projecto industrial. Esta dificuldade acentua-se ainda mais pelo facto de a viabilidade dos projectos ser dificilmente previsível num mercado pequeno, o que não

Estudo sobre a identificação e estimativa dos efeitos quantificáveis das deficiências específicas das regiões ultraperiféricas e das medidas aplicáveis para reduzir estas deficiências permite às empresas fazer projecções para um período suficientemente longo para lhes permitir avaliar o seu plano de negócios (business plan).

Quadro 7: Repartição dos alunos e estudantes por nível de ensino em 2003

Estados a que as regiões pertencem e regiões	Educação pré-primária - nível 0	Ensino primário e secundário - níveis 1-3	Ensino superior - níveis 5-6	Outros
Espanha	14,8%	64,0%	21,2%	0,0%
Canárias	14,3%	69,9%	15,8%	0,0%
França	17,2%	67,3%	14,8%	0,8%
Guadalupe	18,6%	75,4%	5,6%	0,4%
Martinica	17,3%	74,8%	7,2%	0,7%
Guiana	20,5%	76,1%	3,0%	0,5%
Reunião	18,4%	74,4%	6,6%	0,6%
Portugal	11,4%	70,2%	18,3%	0,0%
Açores	13,2%	80,4%	6,3%	0,0%
Madeira	12,9%	81,7%	5,4%	0,0%

Fonte: Eurostat – ISCED 1997

O quadro da repartição dos alunos e estudantes por nível de ensino mostra o défice de qualificações. Assim, a proporção de estudantes em relação ao total dos alunos escolarizados é, em todas as regiões, muito inferior ou inferior (Canárias) à dos países a que pertencem: entre 3% e 7,2% dos alunos nas regiões francesas (contra 14,8% em França), entre 5,4% e 6,3% na Madeira e nos Açores (contra 18,3% em Portugal) e 15,8% nas Canárias (contra 21,2% em Espanha). Embora isto se explique por uma mais elevada proporção de alunos nos ensinos pré-primário, primário e secundário devido à juventude da população e à recuperação conseguida nos últimos anos em matéria de escolarização, a explicação principal reside no fraco nível de educação superior. Muitos alunos partem para estudar no continente ou no estrangeiro.

Geralmente, a penúria de mão-de-obra é particularmente visível nas profissões que necessitam de qualificações específicas; por seu lado, a procura insatisfeita de trabalho abrange os trabalhadores não qualificados do sector dos serviços e do comércio.

A fraca evolução demográfica da Madeira e dos Açores, ligada à imigração provocada pelas flutuações económicas desde os anos cinquenta, acentua a carência de mão-de-obra qualificada e agrava as características de exiguidade do mercado interno.

### 1.2.3. Dependência económica de um número reduzido de actividades

As economias ultraperiféricas são pouco diversificadas e assentam na exploração de um número limitado de actividades.

A análise do nível de especialização das actividades económicas nas RUP pode ser efectuada através de três indicadores:

- a contribuição dos sectores de actividades (NACE) para o valor bruto acrescentado aos preços de produção, nos níveis NUTS 1 e NUTS 2;
- a população activa por sector de actividades nos níveis NUTS 1 e NUTS 2;
- o índice, proposto por Balassa em 1965, das "Vantagens Comparativas Reveladas" (VCR), que é o principal indicador utilizado pelos economistas para analisar o nível de especialização.

#### Contribuição dos sectores de actividades para os valores acrescentados regionais

A análise da estrutura do valor acrescentado mostra que o sector dos serviços, ou seja o sector terciário comercial (códigos NACE G a K<sup>9</sup>) e não comercial (L a P<sup>10</sup>), é o sector dominante destas economias. Assim, a contribuição deste sector para o valor acrescentado atinge nas regiões ultraperiféricas taxas que são superiores em cerca de 10 pontos às constatadas a nível nacional, como o mostra o quadro infra.

Quadro 8: Valor acrescentado bruto aos preços de produção no nível NUTS 2 segundo os códigos NACE (não incluindo as actividades extra-territoriais) em 2002

Estado a que as regiões pertencem e regiões	Agricultura, caça, silvicultura e pesca A-B	Conjunto da indústria (excepto construção) C-D-E	Construção F	Serviços G-P	dos quais Serviços não comerciais L-P
Espanha	3,2%	19,2%	9,2%	68,3%	20,4%
Canárias	1,9%	7,3%	12,1%	78,6%	21,1%
França	2,6%	19,8%	4,9%	72,7%	23,5%
Guadalupe	3,7%	6,1%	8,9%	81,2%	32,6%
Martinica	3,5%	7,5%	6,8%	82,2%	34,5%
Guiana	4,7%	12,7%	9,7%	73,0%	37,8%
Reunião	2,3%	7,3%	6,5%	84,0%	39,9%
Portugal	3,6%	19,7%	7,6%	69,1%	26,3%
Açores	9,8%	9,2%	7,9%	73,0%	37,6%
Madeira	2,8%	6,8%	10,3%	80,2%	28,0%

Fonte: Eurostat (2005)

<sup>9</sup>Códigos NACE de G a K: Comércio, reparação de veículos e de bens de uso pessoal e doméstico; alojamento e restauração; transportes e comunicações; actividades financeiras e imobiliárias; propriedade, aluguer e serviços às empresas.

<sup>10</sup>Códigos NACE L a P: Administração pública; educação; saúde e acção social; serviços colectivos, sociais e pessoais; serviços domésticos.

Dentro do sector dos serviços, o sector não comercial ocupa um lugar relativamente mais importante do que nos Estados a que as regiões pertencem devido nomeadamente ao peso dos serviços públicos nestas regiões, com excepção das Canárias e da Madeira, que estão mais próximas das médias nacionais. A parte dos serviços não comerciais na estrutura do valor acrescentado atinge proporções muito elevadas na Reunião (39,9%), na Guiana (37,8%) e nos Açores (37,6%), enquanto que a nível nacional este sector contribui para cerca de um quarto do valor acrescentado total.

#### Serviços comerciais

Os serviços comerciais são dominados pela distribuição e o turismo.

O turismo permanecerá um sector estratégico para as regiões ultraperiféricas, tendo-se tornado por vezes o primeiro sector económico, ou mesmo o motor da economia. Nas Canárias, o sector da hotelaria-restauração representava, em 2002, 17% do valor acrescentado da região (contra 8% em Espanha). Em 2003, as Canárias eram, em número de camas (quase 378 000), a sétima região mais turística da UE-25. Desde o fim dos anos noventa, o arquipélago acolhe entre 9 e 10 milhões de turistas estrangeiros por ano, ou seja 5 vezes mais do que a sua população. A Madeira especializou-se igualmente no turismo, que representa actualmente – para a hotelaria – 9% do valor acrescentado (contra 3% em Portugal), não contando com as repercussões sobre o comércio, o artesanato e as produções agrícolas. O desenvolvimento do turismo nas regiões francesas das Antilhas e da Reunião reflecte-se da mesma forma no valor acrescentado, tendo contribuído com 4,5% na Guadalupe em 2002 e 3,7% na Martinica. O ramo da hotelaria e da restauração emprega 11% dos assalariados da Guadalupe, 9% dos assalariados da Martinica e 4% dos assalariados da Reunião. Na Reunião, o turismo apresenta resultados importantes: o número de turistas passou de 30 000 em 1978 para 430 000 em 2004, ou seja, quinze vezes mais. Esta dependência é tanto mais frágil quanto a economia do turismo está sujeita a fortes flutuações de frequência, por razões tão variadas como o clima, as taxas de câmbio, as mudanças dos modos de consumo turístico (redução da duração média das estadas) ou, ainda, a situação geopolítica mundial.

No que respeita ao comércio, o seu peso na economia é imputável, por um lado, ao peso das importações de bens de consumo para a população local provenientes dos Estados a que as regiões pertencem e, por outro lado, à presença de turistas que sustentam estas actividades comerciais, nomeadamente de retalho. As grandes superfícies e lojas alimentares, nomeadamente, estão muito bem implantadas. Nas regiões francesas, por exemplo, empregam entre 10 e 15% dos assalariados.

É de assinalar ainda que se reforçam ou se desenvolvem novas fileiras terciárias. Se estas não são ainda significativas em termos de emprego ou de contribuição para o valor acrescentado, não deixam no entanto de constituir sectores de futuro, que representam um potencial de exportação e um viveiro em matéria de desenvolvimento económico e criação de emprego: serviços internacionais e financeiros, nomeadamente nas zonas francas (Centro Internacional de Negócios da Madeira e Zona Franca de Las Palmas de Gran Canaria<sup>11</sup>), serviços de consultoria e de engenharia em diferentes domínios (engenharia do ambiente, manutenção industrial, etc.), novas tecnologias da informação e da comunicação e multimédia, tele-serviços (Madeira e Reunião), actividades de I&D em ligação com as especificidades em matéria de investigação destas regiões e as problemáticas de desenvolvimento sustentável (biodiversidade tropical, agronomia, gestão da água e do ambiente, riscos naturais, astrofísica, investigação haliêutica e oceanográfica, energias renováveis, saúde, etc.).

#### Agricultura, silvicultura e pesca

---

<sup>11</sup> Zonas francas existentes e operacionais, tal como notificadas pelos Estados-Membros à Comissão Europeia em 15 de Julho de 2005.

Estudo sobre a identificação e estimativa dos efeitos quantificáveis das deficiências específicas das regiões ultraperiféricas e das medidas aplicáveis para reduzir estas deficiências

Embora não contribuam intensamente para a criação de valor acrescentado, os sectores da agricultura e da pesca representam sectores tradicionalmente importantes nas regiões ultraperiféricas e permanecem estratégicos para a maioria destas regiões.

Os Açores são a região mais dependente deste sector, que em 2002 representava 9,8% do valor acrescentado regional total, contra 3,6% em Portugal. A pecuária (produção leiteira), o chá, o milho, a beterraba sacarina e o tabaco são as principais produções dos Açores. A pesca, de longa data a principal actividade dos Açores, continua a ser um sector estratégico de exportação, ainda que as capturas tenham vindo, desde há alguns anos, a diminuir (pesca do atum).

A economia da Guiana está igualmente fortemente orientada para o sector da agricultura e da pesca que, em 2002, representava 4,7% do valor acrescentado contra 2,6% em França. A pesca (camarão, luciano), a silvicultura e a produção de arroz são os principais sectores dinâmicos. Nas outras regiões, este sector desempenha igualmente um papel importante, com a produção de bananas, açúcar de cana, legumes, vinhas, outros frutos tropicais, flores, peixes e crustáceos. Esta especialização é tanto mais delicada quanto existe, nestes sectores, uma forte concorrência com os países em vias de desenvolvimento.

#### Sector industrial

O sector secundário, por seu lado, está fortemente subdesenvolvido nas regiões ultraperiféricas.

Nas Canárias, representa apenas 7,3% do valor acrescentado regional (contra 19,2% em Espanha). Do mesmo modo, o peso do emprego industrial em relação ao emprego total mantém-se abaixo de 6%, ou seja, um terço do peso que representa em Espanha (18,9%). Nas regiões francesas, a indústria transformadora empregava, em 2003, 6% dos assalariados na Guadalupe, 7% na Martinica, 12% na Guiana e 8% na Reunião, contra 24% na média nacional e, sobretudo, 27% na província. Fora da Guiana (ver infra), a parte da indústria no valor acrescentado é baixa, situando-se entre 6,1% e 7,3% contra 19,8% na França metropolitana.

Para o conjunto das regiões ultraperiféricas, a indústria mais desenvolvida é a indústria agroalimentar. Nas regiões francesas, essa indústria emprega entre 4 e 5% dos assalariados nas Antilhas, 2% dos assalariados na Guiana e 6% dos assalariados na Reunião. Na Martinica, por exemplo, estes efectivos correspondem a quase um terço dos efectivos da indústria. A indústria agroalimentar está especializada na valorização da cana de açúcar, com as bebidas e o açúcar. Na Madeira, a indústria agroalimentar assenta no vinho da Madeira, massas, bombons, sumos de fruta e cerveja. Nos Açores, a estrutura económica da região assenta também maioritariamente nas indústrias agroalimentares, nomeadamente as dos produtos lácteos, da carne, das conservas de peixe, das bebidas e do açúcar.

Na Guiana, a parte relativamente importante da indústria no valor acrescentado (12,7%) está ligada às indústrias espacial (Centro espacial de Kourou), aurífera e madeireira.

O artesanato ocupa um lugar importante nas economias das RUP (sobretudo na Madeira) com sectores-chave como o artesanato de arte, o trabalho da madeira, as jóias e os bordados.



Estudo sobre a identificação e estimativa dos efeitos quantificáveis das deficiências específicas das regiões ultraperiféricas e das medidas aplicáveis para reduzir estas deficiências

## Construção

No que respeita à construção e às obras públicas, as regiões ultraperiféricas constituem um exemplo tipo de sobre-representação sectorial.

Na Madeira, a construção e as obras públicas contribuíram com 10,3% do valor acrescentado total (contra 7,6% em Portugal) e representam 17,5% do emprego na região. Nas Canárias, o sector representa 12,1% do valor acrescentado regional (contra 9,2% em Espanha). Nesta região, o emprego apresentou entre 1994 e 2000 um aumento médio anual de 15%. Na Guiana e na Guadalupe representa entre 9% e 10% do valor acrescentado (contra 4,9% na França continental). Geralmente, este sector é estimulado pelo turismo (construções hoteleiras, grandes equipamentos, estradas) e, no caso das regiões francesas, pelo forte crescimento demográfico. Por exemplo, a população da Guiana aumenta a um ritmo anual de 3,6%, o que permite prever uma duplicação da população em 15 anos. Isto obriga a fazer face a importantes necessidades de equipamento, tanto no plano escolar como sanitário. A economia da Guiana está assim hoje essencialmente orientada para a satisfação das necessidades básicas da população (saúde, educação) e para a construção das infra-estruturas correspondentes.

### Vantagens comparativas reveladas

A análise através das vantagens comparativas reveladas confirma estes dados, como o mostram os três quadros infra (note-se que estes dados não estão disponíveis para a Reunião).

Conclui-se do Quadro 9 que as ilhas Canárias estão fortemente especializadas no sector da construção (índice 1,34), nas actividades de serviços (1,19) e sobretudo no sector da hotelaria e da restauração (2,15). À parte a construção, estes níveis de especialização permaneceram estáveis de 1995 a 2002.

Além disso, a região caracteriza-se por desvantagens comparativas nos sectores da transformação. Isto verifica-se sobretudo nos sectores têxtil, das máquinas e equipamentos mecânicos, do fabrico de material de transporte e das indústrias químicas e plásticas.

Estudo sobre a identificação e estimativa dos efeitos quantificáveis das deficiências específicas das regiões ultraperiféricas e das medidas aplicáveis para reduzir estas deficiências  
 Quadro 9: Vantagens comparativas reveladas (VCR)<sup>12</sup>– Ilhas Canárias

Sectores de actividades	1995	2000	2001	2002
1. Agricultura, pecuária e pesca	0,68	0,51	0,54	0,53
2. Indústria (incluindo a energia e a construção)	0,58	0,61	0,63	0,66
Energia	0,90	0,72	0,74	0,78
Extracção de produtos energéticos outros minérios e refinação de petróleo	0,75	0,89	0,94	1,10
Energia eléctrica, gás e água	0,95	0,67	0,69	0,69
Indústria	0,34	0,31	0,31	0,32
Alimentação, bebidas e tabaco	0,85	0,83	0,79	0,77
Têxtil, confecção, couros e sapatos	0,03	0,03	0,03	0,03
Madeira e cortiça	0,65	0,57	0,50	0,47
Papel, edição e arte gráfica	0,46	0,40	0,41	0,41
Indústria química	0,13	0,13	0,14	0,14
Borracha e plástico	0,17	0,15	0,17	0,19
Outros produtos minerais não metálicos	0,50	0,57	0,53	0,57
Metalurgia e produtos metálicos	0,31	0,27	0,28	0,29
Maquinaria e equipamento mecânico	0,09	0,08	0,09	0,09
Equipamentos eléctricos, electrónicos e ópticos	0,12	0,15	0,12	0,15
Fabrico de materiais de transporte	0,11	0,11	0,13	0,13
Indústrias transformadoras diversas	0,21	0,21	0,24	0,23
Construção	0,99	1,27	1,32	1,34
3. Actividades de serviços	1,21	1,21	1,20	1,19
Serviços comerciais	1,22	1,20	1,20	1,19
Comércio e reparações	1,36	1,38	1,41	1,41
Hotelaria	2,30	2,15	2,13	2,15
Transportes e comunicações	1,27	1,24	1,19	1,15
Mediação financeira	0,62	0,72	0,71	0,71
Propriedade e serviços às empresas	0,82	0,84	0,87	0,86
Serviços comerciais de educação e de saúde	0,79	0,82	0,82	0,83
Outras actividades sociais comerciais	1,13	1,09	1,07	1,05
Serviços não comerciais	1,20	1,25	1,21	1,18

Fonte: INE- Espanha, cálculos próprios

Para os Açores e Madeira, o Quadro 10 fornece os valores do índice das vantagens comparativas durante 2000 e 2001. Da mesma forma que as ilhas Canárias, os Açores e a Madeira estão subespecializados na indústria transformadora.

Além disso, no que respeita aos Açores, nota-se uma forte especialização no domínio da agricultura e da pesca (2,37), no dos transportes (1,67) e nos dos serviços ligados à administração pública, à educação, à saúde e aos serviços sociais (1,54). A Madeira tem um perfil de especialização diferente. Os ramos de actividades em que a região é especializada são a construção (1,70), os transportes e a armazenagem (1,37), bem como os serviços aos particulares (comércio grossista e retalhista, hotelaria).

<sup>12</sup>Recorde-se que um valor do índice superior a 1 significa que uma região dada é considerada como especializada num ramo de actividade determinado (vantagem comparativa no ramo). Quanto mais o valor do índice exceder 1, maior é a especialização da região. Pelo contrário, valores baixos do índice (inferiores 1) indicam que a região não é especializada no ramo.

Estudo sobre a identificação e estimativa dos efeitos quantificáveis das deficiências específicas das regiões ultraperiféricas e das medidas aplicáveis para reduzir estas deficiências  
 Quadro 10: Vantagens comparativas reveladas (VCR) – Açores e Madeira

Sector de actividades	Açores		Madeira	
	2000	2001	2000	2001
Agricultura e pesca	2,96	2,37	0,78	0,79
Indústrias extractivas	1,10	1,20	0,75	0,83
Indústria transformadora	0,40	0,38	0,29	0,30
Produção e distribuição de água, gás e electricidade	0,92	1,00	0,59	0,63
Construção	0,91	0,94	1,69	1,70
Serviços aos particulares (comércio grossista e retalhista, hotéis-restaurantes-cafés)	0,73	0,72	1,26	1,25
Transportes, correios, telecomunicações e armazenagem (serviços auxiliares de transporte)	1,61	1,67	1,31	1,37
Actividades financeiras, imobiliárias e serviços às empresas	0,69	0,70	1,10	0,99
Administração pública, educação, saúde e serviços sociais	1,51	1,54	1,03	1,06
Outras actividades de serviços, serviços pessoais e domésticos	1,06	1,12	1,08	1,12

Fonte: INE-Portugal, cálculos próprios

No Quadro 11 são apresentados os índices das vantagens comparativas reveladas dos três departamentos franceses da América no período 1993-2000. A Guadalupe, a Guiana e, em menor escala, a Martinica são relativamente especializadas na agricultura, na silvicultura e na pesca (respectivamente 1,5, 1,89 e 1,43). O mesmo sucede no sector da construção (1,87, 1,98 e 1,28). Finalmente, o comércio e os serviços não comerciais representam dois outros ramos importantes de especialização económica destas três regiões.

Quadro 11: Vantagens comparativas reveladas (VCR) – Guadalupe, Guiana e Martinica

Sector de actividades	Guadalupe		Guiana		Martinica	
	1993	2000	1993	2000	1993	2000
Agricultura, silvicultura, pesca	1,97	1,50	1,26	1,89	1,15	1,43
Indústrias agrícolas e alimentares	0,41	0,64	0,61	0,56	1,03	0,79
Indústrias dos bens de consumo	0,23	0,36	0,36	0,26	0,24	0,35
Indústria automóvel	0,00	0,00	0,00	0,08	0,04	0,00
Indústrias dos bens de equipamento	1,23	0,22	0,18	1,26	0,20	0,25
Indústrias dos bens intermédios	0,40	0,28	0,23	0,74	0,26	0,26
Energia	0,33	0,43	0,96	0,51	0,51	0,67
Construção	1,99	1,87	1,49	1,98	0,90	1,28
Comércio	1,37	1,39	1,58	1,20	1,47	1,30
Transportes	1,36	0,94	0,75		0,57	1,06
Actividades financeiras e imobiliárias	0,73	0,86	1,03	0,74	1,11	0,99
Serviços às empresas	0,49	0,67	0,56	0,88	0,48	0,66
Serviços aos particulares (entre os quais a hotelaria)	0,56	1,14	0,85	0,84	0,43	0,97
Educação, saúde, acção social, administração	1,57	1,56	1,52	2,09	1,92	1,63

Fonte: INSEE, cálculos próprios – Dados não disponíveis para a região da Reunião

#### 1.2.4. Estreiteza dos mercados internos

A estreiteza dos mercados internos resulta da combinação de vários factores: afastamento, isolamento, dupla insularidade<sup>13</sup> e dimensão reduzida (dimensão geográfica e económica) dos territórios considerados.

Em termos socioeconómicos, essa estreiteza observa-se tanto a nível da demografia das empresas como a nível da população, dela resultando uma procura interna fraca, com uma perspectiva de dimensão finita (cf. Quadro 12).

No que respeita à população regional, o Quadro 12 mostra o baixo número de consumidores locais finais e intermédios. Com excepção dos dois extremos constituídos pelas Canárias (5%) e pela Guiana (menos de 0,1%), as regiões possuem entre 1% e 2% da população nacional.

Além disso, recorde-se que os PIB regionais per capita em paridade do poder de compra são mais reduzidos que nas outras regiões europeias, o mesmo sucedendo com os rendimentos familiares, o que limita ainda mais a procura interna. Se as Canárias, a Madeira e a Martinica conheceram uma melhoria do seu PIB desde 1995, com níveis que em 2002 eram respectivamente de 89%, 89,6% e 75% da média comunitária da UE-25, os PIB dos Açores e das três outras regiões francesas continuam a ser muito inferiores a esta mesma média comunitária, ficando a Guiana (57,3%), a Reunião (60,1%) e os Açores (63,1%) nas últimas posições.

Quadro 12: População e PIB per capita das regiões ultraperiféricas

Regiões	População 2004 (em milhares)	População do país a que a região pertence 2004 (em milhares)	Percentagem da população regional em relação aos países a que as regiões pertencem	PIB per capita em PPC - 2002 UE-25= 100 *
Açores	240 024	10 102 000	2%	63,1
Canárias	1 894 868	40 217 000	5%	89
Guadalupe	442 500	62 177 000	1%	67,1
Guiana	178 347	62 177 000	menos de 0,1%	57,3
Madeira	244 213	10 102 000	2%	89,6
Martinica	390 500	62 177 000	1%	75
Reunião	753 800	62 177 000	1%	60,1

\* Fonte: Eurostat - Abril de 2005

No que respeita às empresas, as regiões ultraperiféricas contam com um número limitado de empresas. Além disso, estas empresas são de dimensão mais reduzida do que as empresas situadas nos Estados a que as regiões pertencem (Quadro 13), sendo a grande maioria microempresas.

Para as três regiões francesas das Antilhas-Guiana, por exemplo, a situação é muito notável dado que mais de três quartos das empresas regionais não contavam com nenhum assalariado em 2004, contra 56% a nível nacional. Do mesmo modo, se 36% das empresas francesas têm entre 1 e 9 assalariados, só 16% na Guadalupe, 20% na Guiana e 21% na Martinica têm o mesmo número de assalariados.

Nas regiões portuguesas, o tecido económico está igualmente muito atomizado: 97% das empresas da Madeira e 98% das empresas dos Açores têm menos de 20 assalariados.

Esta estreiteza dos mercados internos manifesta-se por:

<sup>13</sup>Nas regiões arquipelágicas existem tantos mercados diferentes (e de dimensão ainda mais reduzida) quanto ilhas.

Estudo sobre a identificação e estimativa dos efeitos quantificáveis das deficiências específicas das regiões ultraperiféricas e das medidas aplicáveis para reduzir estas deficiências

- uma limitação das saídas no que respeita às actividades produtivas, bem como de certos tipos de serviços,
- uma ausência de economias de escala internas e externas.

Quadro 13: Demografia das empresas nas regiões ultraperiféricas em comparação com a do Estado a que as regiões pertencem

Regiões e Estado-Membro	Número de empresas	Parte da região em relação ao Estado a que as regiões pertencem	% das empresas sem assalariados	% das empresas com 1 a 9 assalariados	% das empresas com 10 a 499 assalariados	% das empresas com mais de 500 assalariados
Espanha	2 942 583		51%	43%	6%	0,05%
Canárias	120 294	4,1%	47%	47%	6%	0,04%
França	2 972 798		56%	36%	8%	0,05%
Guadalupe	43 148	1,5%	81%	16%	3%	0,00%
Guiana	8 251	0,3%	76%	20%	4%	0,00%
Martinica	27 607	0,9%	75%	21%	4%	0,01%
Reunião	32 190	1,1%	63%	31%	6%	0,00%
Portugal	1 103 198					
Açores	17 234	1,6%	Menos de 20 assalariados: 97%			
Madeira	19 774	1,8%	Menos de 20 assalariados: 98%			

Fontes:

- para França, INSEE Répertoire SIRENE "Nombre d'établissements pour l'ensemble des secteurs marchands de l'industrie, de la construction, du commerce et des services selon la taille par région au 1er janvier 2004"
- para Espanha, INE – Anuario Estadístico de España 2005 - INE. Anuario Estadístico de España 2005 - Estructura empresarial - Empresas según estrato de asalariados por comunidades autónomas. 2004
- para Portugal, INE Portugal, Anuário Estatístico de Portugal, 2003

### 1.2.5. Falta de abertura ao exterior e de inserção no meio regional

Globalmente, as regiões ultraperiféricas estão pouco abertas ao exterior, quer em termos de trocas comerciais, quer em termos de cooperação regional. Esta afirmação merece contudo ser matizada, pois em regiões como as Canárias e a Madeira a abertura ao exterior é maior.

Analisando os números do comércio externo, constata-se que as trocas comerciais se fazem essencialmente com o país a que as regiões pertencem: uma parte dominante das importações provém desses países; do mesmo modo, as exportações são maioritariamente efectuadas para o país a que as regiões pertencem. O Quadro 14 mostra efectivamente esta relação privilegiada, que é ainda mais acentuada nas regiões francesas (nas regiões portuguesas, as trocas com Portugal continental não são contabilizadas nas estatísticas do comércio externo).

Fora das trocas com os países a que as regiões pertencem, as trocas comerciais são limitadas e deficitárias, com taxas de cobertura medíocres.

Quadro 14: Comércio externo das regiões ultraperiféricas

Regiões	Total das exportações * Milhões de €	Total das importações * - Milhões de €	% do Estado nas exportações	% do Estado nas importações	Exportações ** Milhões de €	Importações ** Milhões de €	Taxa de cobertura **	Saldo **	Saldo em % do PIB **
Madeira	Na	na	Na	na	26	118	21,8%	-92	2,7%
Açores	Na	na	Na	na	13	71	18,3%	-58	2,4%
Reunião	249	3291	61%	59%	98	1348	7,3%	-1249	12,6%
Guiana	90	671	68%	49%	28,8	342	8,4%	-313	14,1%
Martinica	322	2000	93%	69%	23	627	3,7%	-604	9,4%
Guadalupe	140	1785	88%	75%	17	441	3,8%	-424	6,6%
Canárias	2805	12489	57%	70%	1200	3768	31,8%	-2568	8,9%

\*: incluindo as trocas com o Estado a que as regiões pertencem (e para os DOM, as trocas inter-DOM)

\*\* : excluindo as trocas com o Estado a que as regiões pertencem (e para os DOM, as trocas inter-DOM)

Fontes:

- para as Canárias: Dirección Geral de Aduanas - Instituto Canario de Estadística. (ISTAC) – 2004
- para as regiões francesas: Direction Nationale des Statistiques du Commerce Extérieur (Março de 2005) - 2004
- para as regiões portuguesas: INE Portugal – 2002

Se se analisar a origem dos principais parceiros comerciais das regiões ultraperiféricas para além do Estado a que as regiões pertencem, constata-se que, para as regiões francesas, o principal parceiro comercial, tanto em termos de importações como de exportações, continua a ser a União Europeia.

Com efeito, embora as trocas comerciais com os países do meio regional imediato (Caraíbas, América Central e Latina, países da Comissão do Oceano Índico) aumentem, continuam a ser marginais.

Em relação à Martinica, constata-se há alguns anos uma reorientação geográfica das trocas para as Caraíbas, nomeadamente com a Trindade, que se tornou em 2004 o seu segundo fornecedor e terceiro cliente. Incluindo os Estados Unidos, a bacia das Caraíbas torna-se maioritária em número de países clientes. Santa Lúcia é o sexto cliente após Cuba. A Direcção Regional do Comércio Externo Antilhas-Guiana constata igualmente um novo fenómeno, que é a exportação de saber-fazer da Martinica para as Caraíbas, incentivada pelos PARDI14. De acordo com a DRCE, estas exportações substituem as exportações tradicionais, cuja competitividade é limitada pelos custos elevados de produção e de frete. Embora os fluxos não sejam identificáveis pelas alfândegas, os contratos de serviços, de obras e de engenharia ganhos por empresas da Martinica estão estimados pela DRCE em vários milhões de euros em 2004. Em relação à região da Guiana, países como a Guiana, o Brasil e o Haiti têm pesos relativamente baixos em termos de valor, mas recebem quantidades bastante importantes de mercadorias. Acolhem, respectivamente, 5%, 11% e 17% do volume dos produtos exportados pela Guiana.

No caso da Reunião, as trocas com a COI representaram, em 2004, 1,5% das importações e 6,4% das exportações da Reunião. Estas trocas foram, na sua quase totalidade, realizadas com a Maurícia e Madagáscar. As exportações para os países do segundo círculo do Oceano Índico (Moçambique, Tanzânia, Quénia, Índia) são marginais. Só a África do Sul, sétimo país fornecedor da Reunião, não faz parte desse conjunto.

Para os Açores e a Madeira, respectivamente 82% e 60% das exportações destinaram-se a mercados extracomunitários em 2002 (essencialmente Estados Unidos, Canadá, mercados

<sup>14</sup>PARDI: Programa de acção regional para o desenvolvimento internacional: construção e obras públicas-ambiente (2001) e fileira do rum (2003)

Estudo sobre a identificação e estimativa dos efeitos quantificáveis das deficiências específicas das regiões ultraperiféricas e das medidas aplicáveis para reduzir estas deficiências africanos de língua portuguesa ou Japão, para o vinho de Madeira). De notar contudo que apenas 30% das importações das duas regiões provieram de mercados não comunitários.

Por último, quanto às Canárias, metade das exportações (fora de Espanha) destinam-se a países terceiros e 41% das importações provêm de países não comunitários.

#### Obstáculos à integração comercial e à cooperação regional

As razões, para além dos obstáculos pautais e não pautais, foram referidas várias vezes e são de várias ordens:

- de ordem logística, por exemplo, as dificuldades de circulação nas zonas consideradas devido às deficiências e ao custo elevado das ligações marítimas e aéreas ou à política de vistos restritiva;
- de ordem humana, devido à falta de formação profissional, à fraca "mentalidade exportação" e ao défice em matéria de conhecimento de línguas estrangeiras que favorecem a cooperação internacional;
- de ordem económica, visto que os Estados presentes nas regiões representam ao mesmo tempo mercados limitados (economias vulneráveis com diferenciais de desenvolvimento e de poder de compra importantes, problema de solvabilidade e, por vezes, de instabilidade) e concorrentes de peso (posicionamento comercial em relação a produtos comparáveis a preços mais baixos devido aos custos de produção muito inferiores).

Além disso, estas diferenças de desenvolvimento constituem um chamariz que atrai uma importante vaga de imigração irregular, que pesa tanto sobre o desenvolvimento económico das RUP como sobre o seu desenvolvimento social. Daí resulta que a "economia paralela" assume uma dimensão importante. A maior parte das regiões ultraperiféricas conhece, com efeito, problemas de imigração clandestina provenientes do Haiti para a Martinica e a Guadalupe, do Magrebe para as Canárias, do Suriname e do Brasil para a Guiana e de Madagáscar, das Comores e da Maurícia para a Reunião.

Por conseguinte, esta problemática torna mais difícil a captação pelas economias ultraperiféricas das externalidades económicas e tecnológicas provenientes de outras zonas regionais com dinâmicas de crescimento e desenvolvimento mais marcadas. Isto afecta também o mercado do trabalho local, isolado do mercado nacional e sem possibilidade de escoamento para os mercados próximos devido aos salários baixos praticados nos países terceiros, que recebe a chegada dos assalariados pouco exigentes da zona.

Assim, uma maior abertura para o exterior e uma melhor inserção regional, nomeadamente comercial, representam desafios importantes para as regiões ultraperiféricas, tanto para a circulação dos bens e serviços, como para a do capital humano.

Do ponto de vista económico, na medida em que o mercado interno é limitado, uma forma que as empresas têm de escoar a sua produção e de conseguir um desenvolvimento que lhes permita atingir a sua fronteira de eficiência consiste em constituir ou reforçar os seus mercados externos para além do mercado interno e do mercado comunitário afastado. Esta abertura é considerada cada vez mais pelos intervenientes socioeconómicos como uma prioridade essencial que permitiria uma diversificação das actividades, tanto a nível da produção como dos espaços geográficos.

Apesar da sua falta de inserção regional, é de notar que foram empreendidos ou estão acessíveis às RUP diversas acções ou projectos a fim de tratar esta problemática.

A Comissão Europeia visa, com efeito, uma melhor cooperação regional através do "Plano de Acção para a Grande Vizinhança" desenvolvido no âmbito da estratégia de parceria reforçada em prol das regiões ultraperiféricas. Este plano destina-se a melhorar a inserção regional das RUP no seu meio geográfico próximo, na óptica da procura de "um

Estudo sobre a identificação e estimativa dos efeitos quantificáveis das deficiências específicas das regiões ultraperiféricas e das medidas aplicáveis para reduzir estas deficiências "co-desenvolvimento" benéfico simultaneamente para os países terceiros e para as RUP. É de notar que estas iniciativas terão provavelmente um impacto relativamente mitigado nos Açores e Madeira devido ao seu isolamento geográfico importante.

Distinguem-se duas grandes vertentes: a vertente "comercial" e a vertente "cooperação regional".

No caso da vertente comercial, a Comissão Europeia preocupa-se com a análise dos impactos sobre as regiões ultraperiféricas:

- por um lado, da intensificação da globalização e da liberalização das trocas que se verifica desde a última década e que se traduz nomeadamente por um desmantelamento dos obstáculos pautais e não pautais nas grandes esferas de negociações comerciais;
- por outro lado, das medidas aduaneiras e acordos comerciais internacionais preferenciais celebrados pela União Europeia com países terceiros. As regiões ultraperiféricas situam-se, com efeito, perto de países terceiros ligados à União Europeia por acordos que têm - ou são susceptíveis de ter - efeitos directos ou indirectos sobre as regiões ultraperiféricas (acordos preferenciais com grupos de países, como os Acordos de parceria económica com os países ACP ou acordos bilaterais; regimes preferenciais autónomos, como o acordo de associação com os países e territórios ultramarinos (PTU), a iniciativa "tudo excepto as armas" ou ainda o "sistema de preferências pautais generalizadas" (SPG); os outros grandes acordos regionais da Comunidade Europeia (Mercosul, Euro-Mediterrânico, etc.).

As negociações no âmbito da Organização Mundial do Comércio e do programa de Doha, bem como o projecto de Área de Comércio Livre das Américas (ACLA) liderado pelos Estados Unidos, são também seguidos de perto, a fim de avaliar as implicações para as regiões ultraperiféricas.

Quanto à vertente "cooperação regional" do Plano de Acção para a Grande Vizinhança, a Comissão propõe-se agir no âmbito da futura política de coesão (cf. o futuro dispositivo de tipo INTERREG) e das outras políticas europeias sectoriais (desenvolvimento, transporte, I&D, telecomunicações, pesca, etc.).

Sublinhe-se que foram já criados vários instrumentos pelos Estados-Membros e a Comissão Europeia para reforçar a cooperação regional, tendo alguns deles começado a dar frutos.

Pode-se nomeadamente citar a iniciativa comunitária INTERREG, a título das vertentes B e C, relativa à cooperação transnacional e inter-regional.

As regiões ultraperiféricas beneficiam de três programas de cooperação transnacional para o período 2000-2006: os programas "Espaço Caraíbas" (integração económica e social dos três DOM franceses do Atlântico na bacia das Caraíbas, que se estende da Florida às regiões setentrionais da América Latina, englobando a América Central e as ilhas das Caraíbas), "Oceano Índico" (integração económica, social e territorial da Reunião na zona Oceano Índico/África Austral) e "Açores-Madeira-Canárias" (integração económica, social e territorial entre as três regiões atlânticas e entre estas e os países das suas imediações geográficas, nomeadamente Cabo Verde, Marrocos, Mauritânia, Senegal, etc.).

Continuam a existir obstáculos relativamente a estes mesmos instrumentos de cooperação regional, por exemplo, a multiplicidade e a falta de coordenação das fontes de financiamento para a cooperação internacional (organismos internacionais, Europa, Estados, fundos regionais), o que não facilita a legibilidade e a montagem dos projectos, o mau conhecimento das políticas comunitárias externas pelos intervenientes das regiões (FED, MEDA, etc.), a dificuldade de coordenação entre os diferentes instrumentos financeiros comunitários (FED, MEDA, FEDER), etc.



### 1.2.6. Obstáculos à entrada

Os obstáculos à entrada persistem e impedem a melhoria da competitividade sectorial, aumentando ao mesmo tempo os custos de produção quando estes se aplicam à aquisição de bens intermédios.

Os principais obstáculos decorrem da estreiteza dos mercados, das restrições na oferta de factores de produção (nomeadamente a mão-de-obra altamente qualificada) e da incorporação de novos produtos com elevada elasticidade preço da procura.

Esta baixa capacidade de resposta dos mercados acentua a falta de visibilidade económica e retarda a introdução de novos bens e/ou serviços. A isso acresce a existência de obstáculos institucionais, como as restrições à abertura de novas empresas, os direitos e os contingentes, as concessões e monopólios do Estado, etc. Estes obstáculos só poderão ser considerados como debilitantes após um estudo exaustivo que integre os efeitos sobre a concorrência, a protecção das novas empresas e os recursos financeiros que estas requerem (cf. pontos 2.1.3 e 2.2.2 da parte D).

Os obstáculos à entrada traduzem-se igualmente em taxas muito limitadas de sobrevivência das empresas. Além disso, dada a fraqueza da dimensão do mercado e a dependência económica de um número reduzido de produtos, a necessidade de importar factores de produção é muito elevada e aumenta os custos de produção. As pequenas indústrias transformadoras não têm capacidade para repercutir certos fenómenos e choques externos.

### 1.3. Quando a existência de deficiências se traduz em vantagens

As deficiências acima referidas não têm porém necessariamente para todas as regiões e sectores em causa consequências exclusivamente negativas. Esta observação respeita, em especial, a dois pontos.

Em primeiro lugar, embora as condições naturais que caracterizam as regiões ultraperiféricas possam, no seu conjunto, conduzir à existência de condicionalismos ao desenvolvimento das actividades, constituem igualmente pontos fortes inegáveis para o desenvolvimento do turismo, sector dominante para certas regiões ou em desenvolvimento para outras, e para servir de base ao desenvolvimento de sectores conexos, tais como as produções tradicionais ou ainda a construção. Como vimos atrás, a importância dos sítios protegidos no conjunto das regiões ultraperiféricas e as condições climáticas destas, como a exposição ao sol ou as elevadas temperaturas em qualquer estação, constituem verdadeiras vantagens.

O segundo factor que pode apoiar a existência de vantagens resultantes das características específicas das regiões ultraperiféricas é a existência de obstáculos à entrada.

Com efeito, estas constituem, para além de condicionalismos ao desenvolvimento das actividades locais e de novos sectores, uma barreira proteccionista à chegada de novos operadores e uma protecção das economias locais. No que respeita às produções locais, em especial no domínio agroalimentar ou dos serviços públicos, certas empresas estão numa situação dominante na medida em que a penetração no mercado local permanece muito difícil. As produções do sector primário não seguem a mesma lógica, na medida em que as produções locais destinadas a ser expedidas para o mercado comunitário são alvo de forte concorrência por parte das importações que vêm dos países ACP.

Além disso, as preferências locais, que durante muito tempo abandonaram as produções internas em favor dos produtos importados, considerados mais sofisticados e de melhor qualidade, retornam cada vez mais às produções locais, que utilizam, por exemplo, aromas naturais ou recursos próprios ligados às especificidades das RUP.

## 2. Efeitos macro e microeconómicos das deficiências

O reconhecimento de que as características enumeradas no n.º 2 do artigo 299.º do Tratado de Amesterdão constituem "deficiências" não é só por si suficiente para compreender o modo de desenvolvimento das economias ultraperiféricas nem o impacto dessas características na actividade dos intervenientes socioeconómicos destas regiões.

Com base na tipologia das deficiências exógenas e endógenas que caracterizam as regiões ultraperiféricas, propõe-se por conseguinte o recurso às novas teorias do comércio internacional, da nova geografia económica e da economia industrial para analisar as relações entre as deficiências, fazer sobressair variáveis horizontais explicativas e identificar o impacto dessas variáveis no comportamento e no desenvolvimento económico das regiões ultraperiféricas.

A lógica adoptada, que fornece elementos que permitem definir de forma mais exaustiva a ultraperiferia, tem por objectivo especificar, na medida do possível, (i) os condicionalismos que estão na base dos obstáculos enfrentados pelos intervenientes socioeconómicos das regiões ultraperiféricas, (ii) a via pela qual os condicionalismos considerados se manifestam como obstáculos e (iii) os efeitos resultantes associados aos obstáculos que não são necessariamente considerados como sobrecustos propriamente ditos.

### 2.1. Contributos das teorias económicas e escolha das variáveis explicativas

Numerosas teorias económicas abordaram a análise das características específicas de países ou regiões que são susceptíveis de conduzir a desempenhos económicos diferenciados, nomeadamente:

- as teorias clássicas do comércio livre e do comércio internacional
- os trabalhos relativos às economias vulneráveis
- a teoria da nova geografia económica

Os contributos destas teorias são particularmente importantes no âmbito do presente estudo, pois fornecem um esclarecimento interessante sobre o impacto de características gerais (socioeconómicas ou ligadas à morfologia territorial) no desenvolvimento económico e territorial de uma região ou de um país e no comportamento microeconómico dos intervenientes, no seu processo de produção e no seu desempenho. Permitem igualmente fazer sobressair variáveis horizontais explicativas.

Em geral, estas teorias, e em especial as teorias clássicas do comércio livre, centraram-se, por um lado, em características macroeconómicas, escamoteando diversas especificidades relativas às condições de produção ou ainda aos comportamentos concorrenciais (hipóteses de concorrência pura e perfeita ou rendimentos marginais decrescentes), e, por outro lado, em fenómenos meramente microeconómicos relativos às empresas (funções de produção) e aos consumidores (funções de utilidade), sem ter necessariamente em conta as relações existentes e as repercussões entre os níveis micro e macroeconómicos para explicar certos processos de desenvolvimento económico.

As teorias da nova geografia económica interessam-se, por seu lado, sobretudo pelas articulações micro e macroeconómicas, pondo a tónica na importância das características de ordem geográfica, a fim de explicar os desempenhos económicos específicos de certas regiões ou países.

### 2.1.1. Contributos das teorias do comércio livre e do comércio internacional

As teorias clássicas do comércio livre e do comércio internacional interessaram-se pela dotação em saber-fazer, em tecnologia e em factores de produção, a fim de explicar a origem da especialização das economias e de explicitar as condições do seu interesse em comerciar numa economia aberta.

Assim, a teoria clássica do comércio internacional (Adam Smith, 1723 –1790) baseia-se no interesse que cada país tem em desenvolver as produções em que dispõe de uma vantagem absoluta, ou seja, na produção de bens cujo custo de produção é, no seu caso, inferior ao dos países com os quais comercia. Esta teoria recorre à noção de saber-fazer e de tecnologia que cada um dos países comerciantes possui. Assim, é a divisão internacional do trabalho que melhora a situação de todos os países.

Ricardo (1772-1823) completa, por sua vez, a teoria de Smith, estudando a situação de um país que não dispõe, a priori, de nenhuma vantagem absoluta. Enuncia, assim, a teoria das vantagens comparativas para demonstrar que um país tem interesse em praticar o comércio livre, especializando-se, de acordo com o saber-fazer e a tecnologia disponíveis, na produção em que possui, relativamente às outras produções, uma vantagem. Este país poderia então ser levado a renunciar às suas vantagens mais fracas para tirar partido das mais fortes. Na sua continuidade, a teoria da dotação de factores de produção (Heckscher, Ohlin e, em seguida, Samuelson) aborda o princípio das vantagens comparativas e da especialização enquanto resultante da abundância ou da escassez relativa dos diversos factores de produção de que os países dispõem.

Estas teorias permitem formular várias conclusões quanto às condições contemporâneas do comércio internacional. Assim, é de referir em primeiro lugar o fenómeno da deterioração dos termos das trocas comerciais, segundo o qual os países industrializados produzem bens de elevado valor acrescentado, enquanto que os bens dos países em desenvolvimento são de baixo valor acrescentado. Pode-se igualmente assinalar que uma especialização que responda ao princípio das vantagens comparativas e ao facto de renunciar às vantagens mais fracas pode conduzir a uma especialização excessiva, que pode provocar uma dependência em relação a produções inexistentes. Finalmente, nestas mesmas condições, em caso de evolução da procura, pode surgir um problema de reconversão.

No âmbito destas teorias são utilizadas diversas variáveis horizontais, das quais é de referir o saber-fazer e a dotação em tecnologia e em recursos naturais e factores de produção. O corolário da presença de vantagens comparativas ou absolutas, devido às quais os países têm interesse em comerciar, reside nas possibilidades, por parte desses países, de explorar essas vantagens, especializando-se em produções que a elas recorram.

No caso das regiões ultraperiféricas, coloca-se pois a questão de saber (i) se existem vantagens comparativas ou absolutas, (ii) se essas regiões estão em condições de explorar essas vantagens a fim de se especializarem em produções correspondentes e (iii) se essas produções lhes permitem inscrever-se em trocas comerciais equilibradas.

Em referência à dotação relativa de factores de produção, as vantagens comparativas das economias ultraperiféricas não são realmente identificáveis na medida em que se constata uma penúria de factores de produção qualquer que seja a sua natureza (capital ou factores de natureza humana ou tecnológica). Contudo, constata-se uma especialização histórica relativamente acentuada destas economias nas produções tradicionais. Pode-se pensar que esta especialização não decorre de uma abordagem estratégica mas de uma restrição, na medida em que resulta da exploração dos recursos disponíveis.

Em comparação com os Estados a que pertencem, as regiões beneficiam em contrapartida de vantagens absolutas em termos do saber-fazer que desenvolveram em resposta aos

Estudo sobre a identificação e estimativa dos efeitos quantificáveis das deficiências específicas das regiões ultraperiféricas e das medidas aplicáveis para reduzir estas deficiências recursos naturais disponíveis, como o seu espaço natural, as características climáticas e a biodiversidade, que, como se referiu já, constituem um ponto forte para o desenvolvimento do turismo ou, ainda, das produções tradicionais.

Além disso, em certos domínios de investigação, as regiões ultraperiféricas desenvolveram competências muito específicas. É nomeadamente de referir a investigação em vulcanologia, climatologia, agronomia tropical, biodiversidade marinha e terrestre ou, ainda, a investigação médica para o tratamento das doenças tropicais.

Ora, as regiões ultraperiféricas, devido aos seus condicionalismos específicos, nem sempre estão em condições de explorar plenamente a presença destes recursos ou apenas o podem fazer a custos superiores. Entre os outros pontos fortes das RUP, pode-se citar a posição geográfica estratégica para uma abertura da Europa a outros continentes. Além disso, essas regiões são por vezes confrontadas com contradições e escolhas delicadas.

Além disso, no que respeita em especial à biodiversidade, a pesquisa de um modelo económico viável, que concilie ao mesmo tempo o crescimento económico a longo prazo e o respeito dos seus pontos fortes em termos de ambiente, é delicada.

Paralelamente, o desenvolvimento económico destas regiões caracteriza-se por uma passagem rápida de uma economia baseada no sector primário para uma economia assente no sector terciário, sem uma fase real de industrialização criadora de valor acrescentado e de competências específicas. Este modo de desenvolvimento defronta-se com uma desarticulação entre os factores de produção necessários e os factores disponíveis, o que tem por consequência um aumento do custo dos factores considerados.

Podemos assim reter já uma primeira variável que contribui para explicar os efeitos das deficiências específicas das regiões ultraperiféricas: o acesso aos factores de produção.

### 2.1.2. Contributo das teorias sobre as economias vulneráveis

Os trabalhos relativos às economias vulneráveis fornecem igualmente várias pistas de reflexão e elementos de resposta, por vezes paradoxais, relativos ao funcionamento das economias ultraperiféricas.

Em primeiro lugar, as análises de Streeten (1993), que têm por ponto de partida a dimensão das economias e as vantagens e inconvenientes daí derivados, mostram que, apesar da existência de uma menor diversificação das economias e de desvantagens em termos de condições de comércio internacional, uma percentagem importante destas economias obtém rácios de crescimento elevados. Nos trabalhos de Armstrong e de Read (2002 e 2004), podem-se distinguir quatro características principais relativas às economias insulares: a insularidade, o afastamento, a condição de arquipélago e uma morfologia territorial complexa. Estas características podem relacionar-se com variáveis horizontais como, por exemplo, a dimensão. Contudo, os resultados sublinham que não é evidenciada uma correlação negativa directa entre a dimensão reduzida de uma economia e o crescimento do Produto Nacional Bruto ou do PIB/capita dessa economia.

Briguglio (2004), por seu lado, estuda a possibilidade de medir a "vulnerabilidade económica" das regiões, derivada da sua pequena dimensão e da sua insularidade. A vulnerabilidade é medida através de um índice que tem em conta a abertura da economia, a concentração das exportações, a dependência estratégica das importações e a perifericidade.

Finalmente, Cuadrado (2005) interessa-se pelo grau de perifericidade enquanto resultante de um acesso limitado aos factores de produção devido a uma distância (física) importante em relação aos mercados, aos recursos e aos centros de decisão (inovação, divulgação tecnológica, capital humano, etc.). Estes factores permitem, com efeito, determinar se uma região tem possibilidades de interagir e de se integrar nos mercados e redes globalizados. Assim, mais que geográfico, o conceito de "periferia" é económico.

Destes diferentes trabalhos, vários elementos podem, ainda que não expliquem plenamente o modo de desenvolvimento das regiões ultraperiféricas, ser considerados essenciais na análise dos efeitos das deficiências específicas das regiões ultraperiféricas.

Permitem distinguir três variáveis principais:

- o a dimensão, que reflecte não somente as problemáticas ligadas à dimensão do mercado doméstico, mas igualmente à dimensão das empresas,
- o o isolamento, que resulta da combinação da insularidade e do afastamento,
- o o grau de abertura de uma economia, que é corolário da dependência estratégica das importações ou da concentração de exportações.

### 2.1.3. Contributos da nova geografia económica

Os trabalhos efectuados no âmbito da nova geografia económica e das novas teorias do comércio internacional abordam, em especial, as condições das economias insulares e periféricas.

Krugman e Venables (1990) debruçaram-se assim nomeadamente sobre a questão do acesso ao mercado e sobre os efeitos da integração de duas economias, uma central e a outra periférica, sobre a produção, o comércio, o número de empresas e o bem-estar.

No caso das regiões ultraperiféricas, a integração no mercado comunitário e o acesso aos factores de produção continuam a ser limitados devido ao isolamento destas regiões. É contudo importante notar, como foi já referido atrás, que o isolamento e a existência de obstáculos à entrada pode, em certa medida, constituir uma protecção das produções locais e gerar efeitos de distorção da concorrência.

Prosseguindo nesta linha, Krugman (1991) introduz a mobilidade do factor trabalho entre as duas economias, sendo a dimensão das economias uma variável endógena do modelo. A mobilidade do capital provoca a sua migração para zonas onde a actividade económica é mais importante e onde as empresas têm melhor acesso ao mercado. É um fenómeno que se auto-sustenta, na medida em que a procura de causalidades cumulativas vai levar os novos intervenientes no mercado a estabelecer-se nessa mesma zona, já que o aumento da dimensão de um mercado reduz os custos de produção devido à presença de economias de escala. A abundância do factor trabalho permite manter o seu custo a um nível relativamente baixo, apesar da sua maior utilização. A imobilidade do factor trabalho provoca, ao contrário, um aumento do custo deste factor à medida que a sua necessidade aumenta numa economia determinada. No caso das regiões ultraperiféricas, a imobilidade do factor trabalho constitui um fenómeno real, mesmo num território único, devido a problemas de infra-estruturas. Além disso, o factor trabalho que provém do exterior de cada região é dispendioso e, por esta razão, difícil de mobilizar.

Estudo sobre a identificação e estimativa dos efeitos quantificáveis das deficiências específicas das regiões ultraperiféricas e das medidas aplicáveis para reduzir estas deficiências

De acordo com Redding e Venables (2003), mesmo que os obstáculos institucionais ao comércio e ao investimento sejam suprimidos, a penalidade da distância continuará a manter os rendimentos das regiões afastadas a um nível inferior. Na medida em que existe uma relação entre a distância aos mercados e o processo de acumulação do capital humano, Redding e Schott (2003) mostram que os países mais periféricos correm o risco de, com o tempo, se tornarem cada vez mais periféricos.

A mobilidade do capital humano permanece uma problemática importante nas economias ultraperiféricas. Insuficiente, não permite uma concentração da actividade criadora de causalidades cumulativas. É verdade que o estudo da localização da actividade nas regiões ultraperiféricas põe em destaque uma forte concentração em certas zonas. Contudo, essas zonas (periféricas) permanecem isoladas do grande mercado e formam-se em resposta ao condicionalismo constituído por morfologias territoriais complexas (limitação da superfície útil). Além disso, para além do factor mobilidade, a presença do capital humano (local ou vindo do exterior) é insuficiente devido à pequena dimensão da economia e ao isolamento.

Assim, as regiões ultraperiféricas têm fraca acessibilidade ao mercado, beneficiam menos de externalidades e correm o risco de continuar ligadas a produções intensivas de baixos níveis de qualificação, o que poderia favorecer a manutenção de níveis de formação mais baixos. Isto leva a insistir na importância da melhoria dos níveis de qualificação e da melhoria dos factores de acessibilidade para permitir que as regiões ultraperiféricas desenvolvam vantagens competitivas.

As principais variáveis que, no âmbito destas análises, permitem medir o efeito das deficiências específicas das regiões ultraperiféricas são principalmente a dimensão, a acessibilidade (ao mercado, assim como aos factores de produção) e as condições morfo-geográficas fortemente ligadas à acessibilidade.

Fora dos condicionalismos de relevo que influenciam a mobilidade do capital humano e a localização da actividade, as condições climáticas e a existência de riscos naturais condicionam em grande medida as actividades dos intervenientes socioeconómicos no que respeita ao modo de exploração (cf. ponto 2.2.4).

## 2.2. Variáveis sintéticas explicativas e seus efeitos macro e microeconómicos

A abordagem analítica da noção de ultraperiferia que aqui propomos assenta na combinação de três variáveis sintéticas utilizadas nos trabalhos acima referidos. Trata-se da dimensão (pequena), da acessibilidade (reduzida) e das condições climáticas e riscos naturais (limitantes).

Através destas três variáveis, é possível transcrever o conjunto dos condicionalismos a que estão sujeitas as economias ultraperiféricas, tanto no plano macroeconómico como microeconómico.

## 2.2.1. Efeitos ligados à dimensão

O termo "dimensão" abrange várias noções.

Fala-se em primeiro lugar de "dimensão económica", que está na origem de diversas problemáticas ligadas aos perfis de especializações das economias. A apreciação da "dimensão económica" passa geralmente pelo estudo da variável "população" (dimensão do mercado e potencial da procura), pelo volume de produção e pela dotação em recursos e sua localização. Fala-se igualmente da dimensão "geográfica", medida pela superfície do território e, em especial, pela superfície útil.

Os efeitos da dimensão a nível das regiões ultraperiféricas podem observar-se a três níveis:

- o A dimensão da população, limitada para cada uma das regiões ultraperiféricas, sendo as Canárias a região menos afectada por este fenómeno: a dimensão limitada da população condiciona a intensidade da procura interna e, por conseguinte, as potencialidades de desenvolvimento das actividades económicas;
- o A dimensão do mercado, através da estrutura das empresas: à imagem da dimensão reduzida do mercado interno, as economias das regiões ultraperiféricas são dominadas por uma forte proporção de empresas muito pequenas. A dimensão das empresas é inversamente proporcional aos custos com que são confrontadas na ausência de economias de escala. Uma dificuldade, corolário dessa estreiteza do mercado, é a resultante da presença de intervenientes que, através de uma situação de oligopólio, ou mesmo de monopólio, têm um grande poder de mercado. Este aspecto, combinado com o afastamento e o isolamento, leva à existência de tarifas elevadas em certos domínios (telecomunicações nomeadamente).
- o A dimensão dos territórios: devido às suas características particulares ligadas à topologia e à vegetação, a dimensão do território é mensurável pela superfície útil que, como se viu, é limitada. Além disso, certas configurações arquipelágicas provocam o parcelamento em vários mercados pequenos. Isto contribui para aumentar o custo dos bens imóveis.

Assim, devido à morfologia territorial complexa das regiões ultraperiféricas e ao número de espaços protegidos, a sua superfície "útil" reduzida, associada à dimensão da população, reforça a estreiteza do mercado local. O mercado doméstico não permite considerar verdadeiras explorações de economia de escala.

Os efeitos da dimensão reduzida (económica ou geográfica) podem ser apreciados globalmente através da ausência de economias de escala e de economias externas e através do excesso de concorrência a nível das importações (a ausência natural de economias de escala e o fraco nível de competitividade das produções das RUP podem incitar certas empresas continentais desejosas de penetrar nestes mercados afastados e isolados e de os conquistar a recorrer a práticas de baixos preços (predatory pricing) que consistem, a nível local, em reduzir os seus preços durante períodos relativamente limitados, mas suficientemente longos para eliminar concorrentes que podem ser outros importadores ou produtores locais).

Além disso, como se verá mais adiante, a dimensão tem igualmente um impacto nos processos de diversificação e especialização das economias das RUP.

### 2.2.1.1. Dimensão e concentração dos mercados

No que respeita aos efeitos da dimensão, a análise da estrutura de um mercado permite responder a um conjunto de questões respeitantes tanto às empresas das regiões ultraperiféricas como aos poderes públicos. Entre estas questões, citemos o número de

Estudo sobre a identificação e estimativa dos efeitos quantificáveis das deficiências específicas das regiões ultraperiféricas e das medidas aplicáveis para reduzir estas deficiências concorrentes existentes, a distribuição das partes de actividades e as condições de entrada e de saída no mercado (obstáculos à entrada). O exame da estrutura de um mercado permite igualmente apreender o nível de normalização de um produto e a sua proximidade em relação aos bens substitutos, o grau de interdependência existente relativamente à parte a montante e a jusante da actividade, bem como a qualidade da informação de que os participantes dispõem e a importância dos riscos encontrados.

O tecido económico das regiões ultraperiféricas é, em geral, constituído por antigos monopólios históricos, empresas muito pequenas e empresas de dimensão média.

Os monopólios (no âmbito das telecomunicações e do transporte aéreo) continuam a ser poderosos mas, devido à liberalização comercial e à abertura à concorrência, estão hoje frequentemente numa situação de oligopólio com novos concorrentes frequentemente vindos do exterior, com, por vezes, a participação de capitais locais. Fora destes ex-monopólios de primeira geração, há sem dúvida monopólios de segunda geração. Surgem por vezes aquando do aparecimento de um novo produto (motivo), de uma produção local concorrente de importações custosas ou ainda de uma inovação, empresas muito pequenas (EMP) que realizam actividades de pequena transformação (artesanato, serviços) que não podem corresponder directamente a bens importados ou que não podem ser senão locais (construção e obras públicas, serviços), formando assim gradualmente o tecido económico das pequenas economias insulares.

O desenvolvimento das EMP é limitado pela estreiteza do mercado e pela ausência de mercados externos. Frequentemente estão sujeitas à pressão das importações, com o aparecimento de produtos sofisticados que põem regularmente em causa a sua actividade de produção. O custo dos transportes marítimos desempenha então, para estas empresas, um papel protector: podem desenvolver-se desde que se situem ao nível dos preços do Estado a que a sua região pertence, acrescidos dos custos de transporte. A continuidade territorial acabaria logicamente com essas empresas.

As empresas de dimensão mais importante desenvolveram-se igualmente, mas estão frequentemente sujeitas a uma concorrência interna importante e à pressão dos produtos de importação. Hoje em dia, as maiores empresas são as do sector agroalimentar, construção e obras públicas e comércio.

Assim, o nível de concentração dos mercados refere-se ao grau de controlo exercido por uma ou um pequeno número de empresas sobre uma parte importante da actividade económica de uma indústria, com consequências para os preços. No âmbito de um mercado reduzido como o das regiões ultraperiféricas, é possível que se verifiquem igualmente efeitos negativos para os consumidores devido à concentração das importações e à presença de empresas com capital cruzado entre diferentes sectores. O primeiro fenómeno restringe a concorrência no transporte de matérias-primas e de produtos estrangeiros acabados. O segundo fenómeno aumenta a concentração que pode existir num mercado devido às interconexões dos interesses de empresas que operam em sectores aparentemente diferentes do ponto de vista da procura e/ou da oferta.

A situação hoje predominante caracteriza-se por uma concorrência dupla, interna (criação de empresas) e externa (importações). À parte certos sectores públicos, como o sector da energia, e os serviços de interesse geral, há menos monopólios estáveis, ocorrendo sobretudo situações económicas provisórias mais ou menos favoráveis às empresas (locais, mas frequentemente unidas a grupos exteriores) que se lançam em novas produções. Esta situação coexiste com uma multiplicidade de EMP que jogam, por vezes com eficácia, com uma lógica de economia de nichos. Os mercados internos permanecem muito "contestáveis" devido à pressão das importações.

São propostos no relatório técnico indicadores que permitem estimar o impacto dos níveis de concentração.



### 2.2.1.2. Dimensão e especialização produtiva

No plano estrutural, a dimensão reduzida dos mercados locais das regiões ultraperiféricas torna não somente difíceis as economias de escala e de aglomeração, mas limita igualmente a capacidade de diversificação económica em grandes escalas e de produção com elevado potencial de rentabilidade. Os problemas devidos à dimensão reduzida dos mercados são tradicionalmente superados por meio de estratégias de exportação que oferecem uma dimensão de mercado mais importante às pequenas economias.

Esta necessidade é reforçada frequentemente pela forte dependência da economia em relação às importações e pela falta de recursos naturais. Essa situação de dependência é em contrapartida atenuada, para certas regiões, pelo vigor do turismo enquanto sector de exportação.

Por outro lado, como se viu atrás, de acordo com a análise académica do comércio internacional que baseia as trocas comerciais internacionais nas vantagens comparativas (de origem tecnológica ou factorial), para a teoria tradicional do comércio internacional, e nas economias de escala e na concorrência imperfeita (dumping e diferenciação dos produtos), para as novas teorias do comércio internacional, a especialização das economias ultraperiféricas parece dever explicar-se sobretudo por elementos ligados a eventuais vantagens comparativas ou pela possibilidade de exportar um produto altamente diferenciado com fortes economias de escala externas e internacionais. Ora, o aparecimento de vantagens comparativas não parece ser adquirido. Sem mecanismos de protecção que permitem a presença de certas produções, poucas actividades possuem uma vantagem comparativa real.

A noção de importação-substituição desenvolveu-se por conseguinte na maior parte dos casos a partir do fim dos anos sessenta, frequentemente com a ajuda do Estado, numa perspectiva de dinâmica de crescimento destinada a substituir as produções importadas por produções locais e com o objectivo de criar localmente um valor acrescentado real. Este processo deu lugar ao surgimento de uma série de pequenas empresas industriais de transformação cuja dimensão é proporcional às dimensões do mercado. Exercendo a sua actividade principalmente no sector agroalimentar, estas empresas valorizam as produções agrícolas locais procedentes de recursos locais raros, aproveitando ao mesmo tempo o alargamento do mercado, a protecção decorrente da importância dos custos dos transportes ou de medidas de ordem regulamentar, como o "Octroi de mer" ou o AIEM em prol dos DOM e das Canárias, respectivamente. A empresa local mantém-se na maioria das vezes como franquia de uma empresa exterior mais poderosa.

Pode-se considerar que esta estratégia tem o objectivo louvável de reforçar a autonomia de um país, tentando repartir a seu favor a realização do valor acrescentado consumido.

Por conseguinte, a exploração de vantagens comparativas (raras) ou factores de competitividade específicos parece ser uma das únicas pistas possíveis para o desenvolvimento económico das regiões ultraperiféricas num contexto de trocas internacionais ou mesmo de trocas a nível do mercado interno.

Contudo, a especialização das regiões ultraperiféricas aumentou em sectores de baixo valor acrescentado, como as produções locais dos sectores tradicionais (agricultura). Existem potencialidades de valor acrescentado em domínios muito específicos, o que permite desenvolver pólos de competitividade em engenharia ligados aos recursos naturais e produções tradicionais (investigação anti-sísmica, energias renováveis, actividade espacial), mas estes factores de competitividade, relativos a mercados de nicho, parecem não ser ainda suficientemente explorados.

A escolha efectuada, possivelmente não a menos dispendiosa, foi erigir, para as regiões ultraperiféricas (com excepção dos Açores e da Madeira) obstáculos de protecção e optar por uma estratégia de importação-substituição, ou seja, mais de diversificação que de especialização industrial.

Estudo sobre a identificação e estimativa dos efeitos quantificáveis das deficiências específicas das regiões ultraperiféricas e das medidas aplicáveis para reduzir estas deficiências  
É necessário referir que se trata, tendo em conta a solvabilidade relativa dos mercados internos, de uma escolha bastante "natural".

Contudo, como se viu já, podem identificar-se factores de competitividade e efectuar-se várias escolhas estratégicas a fim de estimular os sectores mais inovadores das regiões ultraperiféricas e, nomeadamente, de tirar partido da sua posição geográfica estratégica.

### 2.2.1.3. Dimensão, capacidades de produção e mercados

A dimensão reduzida dos territórios, medida pela superfície "útil", associada a um baixo nível populacional, reforça a estreiteza do mercado local. O mercado doméstico não permite considerar verdadeiras explorações de economia de escala.

No plano microeconómico, a sub-utilização do aparelho produtivo, geralmente sobredimensionado em relação às capacidades de escoamento da produção, conduz à ausência de massa crítica nas produções e aumenta fortemente os custos marginais das empresas e os limiares de rentabilidade da produção e dos investimentos em capital físico e humano.

A maior parte dos intervenientes socioeconómicos das regiões ultraperiféricas, devido à dimensão reduzida dos mercados, à dimensão reduzida da maioria das empresas e à insuficiência de economias de escala, não pode atingir a fronteira de eficiência relativa à sua produção. Isto tem por consequência a existência de sobrecustos devidos ao sobredimensionamento do aparelho produtivo, quantificáveis através do encargo financeiro que representa a aquisição de equipamentos produtivos adaptados ao volume de produção. Tem igualmente por consequência a existência de fenómenos mais intangíveis, em termos de quantificação, que não constituem propriamente sobrecustos, tais como a falta de rendimento resultante da sub-utilização do aparelho produtivo.

Embora esta característica seja particularmente sensível nas regiões ultraperiféricas, convém precisar que em todas as economias existem empresas que não atingem a sua fronteira de eficiência.

Assim, a ausência de economias de escala significativas leva a que os produtos sofram uma forte imputação dos custos fixos de produção. Dela resulta igualmente uma sub-utilização das capacidades de produção. O emprego é visto como uma variável de ajustamento mais flexível. Pode-se, com efeito, considerar que numerosas empresas estão afastadas da sua fronteira de eficiência do ponto de vista da utilização dos seus factores de produção e da gestão da cadeia logística, tanto a nível dos seus abastecimentos como das suas entregas.

A limitação das saídas não afecta apenas as actividades produtivas. As actividades de formação podem ser analisadas como qualquer actividade industrial. Caracterizam-se pela utilização de inputs (factores humanos) para permitir a produção de um output (a formação destinada a um ou vários indivíduos). São necessários investimentos pesados em investigação e desenvolvimento e em engenharia pedagógica e gestão de logística. Conclui-se que as dificuldades encontradas nestas actividades são ilustradas por um custo dos factores que pode ser mais elevado que noutros territórios do continente europeu. Além disso, o baixo valor do divisor (o mercado) não permite amortecer os custos ligados aos numerosos investimentos requeridos para instaurar a acção de formação. Este último elemento é reforçado pelo facto de as formações poderem não funcionar anualmente mas sim de forma mais espaçada, o que atrasa a amortização dos encargos fixos iniciais. Esta elevação do custo da formação é igualmente notável no plano da manutenção das competências e da formação ao longo da vida. A distância e o baixo número de estagiários tornam os custos por indivíduo mais elevados que no continente europeu.

A elevação do custo da formação é particularmente sensível no caso dos altos níveis de qualificação.

## 2.2.2. Efeitos ligados à acessibilidade

A variável "acessibilidade" ilustra a separação entre dois pontos. No caso de certas regiões ultraperiféricas, esta característica apresenta um grau extremo e traduz-se em condicionalismos importantes que pesam sobre o transporte e provocam custos suplementares em termos de tempos e de unidades monetárias.

A acessibilidade assume várias formas, o que multiplica os efeitos ligados à sua amplitude, bem como os obstáculos daí decorrentes:

- o a acessibilidade física (externa e interna), que se refere à distância geográfica e às infra-estruturas de conexão (por exemplo, problemas relativos ao alto débito),
- o a acessibilidade económica, que traduz a relação entre as problemáticas de conexão, a dispersão ou concentração económica e as funções de produção,
- o a acessibilidade institucional, que traduz as estratégias dos agentes para modificar os valores desta variável e a sua capacidade para agir sobre a acessibilidade.

### 2.2.2.1. Acessibilidade, fluxos de pessoas e fluxos de mercadorias

Os condicionalismos que resultam da fragmentação territorial e da falta de acessibilidade são visíveis, em termos de fluxos, a dois níveis:

1. A nível da circulação das pessoas;
2. A nível da circulação dos bens e da prestação de serviços.

No que respeita à circulação das pessoas, a fragmentação territorial entrava a mobilidade das pessoas em geral e da mão-de-obra em especial. Os mercados locais do trabalho encontram-se assim fragmentados em vários espaços diferentes.

Quanto à circulação dos bens e serviços, os custos de encaminhamento dos bens aumentam para as empresas. Além disso, as empresas e as administrações são obrigadas a multiplicar os seus equipamentos produtivos e os seus investimentos em capital humano para garantir uma continuidade de serviço.

Esta situação é agravada no caso das regiões que constituem arquipélagos.

Ainda que nestes últimos anos se tenha verificado uma evolução significativa em matéria de conexão (através do alto débito), as regiões ultraperiféricas permanecem isoladas. As ligações aéreas reduzidas, sobretudo nos departamentos ultramarinos, acentuam o isolamento.

### 2.2.2.2. Acessibilidade e ordenamento do território

A acessibilidade física reflecte-se ainda, a nível do território propriamente dito, nas dificuldades de ordenamento do território, quer devido a uma morfologia territorial complexa, quer devido à dupla insularidade. Isto tem por consequência limitar a amplitude das zonas de actividades e acelerar a aglomeração nas zonas mais acessíveis (faixas litorais, por exemplo, em que as densidades são bem mais elevadas que as densidades médias regionais, já importantes). Estes condicionalismos, para além de limitarem as possibilidades de ordenamento do território (localização da actividade, congestão, etc.) assim como a mobilidade do capital humano, como já se viu atrás, restringem fortemente os intervenientes socioeconómicos no exercício das suas actividades.

Quadro 15: Densidade populacional

Regiões	Densidade populacional (hab/km <sup>2</sup> )
Açores	105
Canárias	222
Guadalupe	247
Guiana	1,85
Madeira	314
Martinica	337
Reunião	289

Isto exerce, por outro lado, uma pressão sobre as infra-estruturas ou dotações em capital humano privadas e públicas, necessárias para garantir a continuidade da prestação de bens e de serviços. Além disso, a falta de capital humano qualificado acentua os efeitos negativos deste fenómeno e aumenta o custo de multiplicação das infra-estruturas e do pessoal associado. Tal pode conduzir a fortes desequilíbrios territoriais em termos de implantação de infra-estruturas ou equipamento e de repartição da população.

Geralmente, a dificuldade do transporte terrestre reforça ainda a utilização do transporte privado, acentuada pelo subdesenvolvimento das infra-estruturas de transporte público, o que tem designadamente por consequência a deterioração do ambiente, tanto em termos de poluição como em termos de valorização do património das regiões. No caso das regiões cujos desenvolvimento e crescimento estão muito dependentes do turismo, este efeito pode ter consequências económicas bastante desastrosas a longo prazo.

Assim, frequentemente, nas regiões ultraperiféricas os centros económicos concentram-se em algumas zonas cujo perímetro é limitado. Os custos de transporte e o nível insuficiente das infra-estruturas de transporte interior reforçam a concentração das actividades em zonas próximas dos centros de abastecimento, como os portos.

Desta forma, a localização das zonas de actividade não depende necessariamente das oportunidades de economias externas, mas sobretudo das condições naturais ligadas ao relevo (zonas montanhosas), tendo ao mesmo tempo em conta o facto de a mobilidade da mão-de-obra ser reduzida no caso particular das regiões ultraperiféricas. Estes dois factores ilustram nomeadamente as situações de congestão, pelas quais o efeito positivo da polarização económica é inibido. As situações de congestão são ilustradas igualmente pela existência de factores externos como a poluição ou o risco de esgotamento dos recursos naturais, riscos com que são confrontadas as regiões ultraperiféricas. Isto impõe um limite nítido ao potencial de desenvolvimento económico e territorial destas regiões.

### 2.2.3. Impacto da combinação da dimensão e da acessibilidade reduzidas

#### 2.2.3.1. Dependência do exterior e vulnerabilidade

Resultado da combinação da dimensão reduzida do mercado e da acessibilidade, a dependência das importações constitui indubitavelmente um obstáculo ao desenvolvimento das economias ultraperiféricas. A falta de acessibilidade ligada à distância implica não somente a criação de sistemas de abastecimento dispendiosos para o fornecimento de bens e a prestação de serviços, mas impõe igualmente aos produtores locais condicionalismos na obtenção dos produtos que desejam. Isto provoca um aumento dos custos de abastecimento e reforça também, ao travar o surgimento de uma concorrência real, o aumento destes custos.

Estudo sobre a identificação e estimativa dos efeitos quantificáveis das deficiências específicas das regiões ultraperiféricas e das medidas aplicáveis para reduzir estas deficiências

Este impacto é tanto mais importante quanto os únicos bens exportados pelas regiões ultraperiféricas são algumas produções tradicionais, sem contar com o turismo, que constitui igualmente um bem de exportação. O défice marcado da balança comercial que caracteriza o conjunto das regiões ultraperiféricas resulta de uma produção local insuficiente que não permite satisfazer a procura interna. Assim, as regiões ultraperiféricas dependem do abastecimento externo tanto para as matérias-primas e os bens intermédios como para os produtos acabados.

Dada a sua situação particular, as regiões ultraperiféricas fazem além disso face a uma maior dependência estratégica em relação aos carburantes importados, apresentando uma grande vulnerabilidade em relação aos efeitos eventuais de "choques petrolíferos". Confrontam-se igualmente com dificuldades importantes para garantir a segurança do abastecimento de energia. Os condicionalismos estruturais permanentes a que fazem face as regiões ultraperiféricas conduzem, para além da dependência energética propriamente dita, à impossibilidade total de uma conexão às fontes de energia do continente, como a energia nuclear ou o gás natural. Além disso, a instalação das infra-estruturas necessárias para assegurar essa conexão (cabos submarinos, pipelines...) é extremamente dispendiosa.

A procura de energia está, além disso, exposta às numerosas flutuações da procura energética devidas ao turismo sazonal.

Finalmente, em geral, a ausência de concorrência em matéria de distribuição local da energia, tendo em conta a estreiteza dos mercados, leva a um aumento dos preços dos factores de produção importados.

Isto implica que qualquer choque exógeno que possa obstruir o processo de abastecimento ou danificar as infra-estruturas em causa constitui uma forte ameaça para o equilíbrio económico destas regiões (é exemplo disto a primeira guerra do Golfo).

A dependência do exterior é igualmente visível no que respeita ao factor humano.

Estudo sobre a identificação e estimativa dos efeitos quantificáveis das deficiências específicas das regiões ultraperiféricas e das medidas aplicáveis para reduzir estas deficiências

Com efeito, em relação às necessidades de capital humano qualificado, as empresas são em geral forçadas a recorrer à importação de qualificações de elevado nível. Isto tem um custo importante: o de atrair o candidato aumentando o salário ou os benefícios que o podem levar a optar pela migração.

Além disso, quando a escolha não é a de importar uma competência mas formar no plano local, a dificuldade não desaparece, dado que o investimento em formação, frequentemente elevado, é confrontado com uma viabilidade incerta e uma amortização limitada do investimento.

### 2.2.3.2. Fragmentação dos mercados e estruturas produtivas

A fragmentação dos mercados devida à fragmentação física (arquipélago, enclave e relevo difícil) ou a uma fragmentação da estrutura produtiva das economias ultraperiféricas dominada pelo artesanato e pelas empresas muito pequenas, que trabalham pouco em rede, contribui para reduzir a presença de economias de escala, que se traduz pelo facto de a dimensão reduzida das empresas ser inversamente proporcional aos custos unitários que praticam. Além disso, a ausência de economias externas e a exiguidade da dimensão económica reduz as possibilidades de formação de economias dinâmicas e leva, para certas regiões, à existência de fenómenos de cartelização em certas actividades.

Finalmente, a estreiteza dos mercados internos conduz a uma simplificação das estruturas de organização das empresas e à ausência de certas funções económicas estratégicas.

Daí resulta que as análises que fazem assentar o crescimento de uma economia na presença de factores externos pecuniários significativos não podem ser aplicáveis às regiões ultraperiféricas. Além disso, este inconveniente implica que um certo número de profissões, sectores ou fileiras não existem ou não podem existir numa base tão restrita. A falta de mercados a que faz face qualquer actividade produtiva ou de serviços é agravada no caso dos arquipélagos, cujo mercado é não somente reduzido mas igualmente disperso.

Neste contexto, as economias ultraperiféricas têm a possibilidade de se limitar a um mercado local restrito (sofrendo ao mesmo tempo a condicionante de um aparelho produtivo sobredimensionado) ou de conquistar novos mercados voltados para a exportação.

Assinale-se, no entanto, que nem todos os sectores sofrem com a mesma intensidade os efeitos da estreiteza dos mercados. Com efeito, os sectores mais afectados são os que necessitam de importantes linhas de produção e de grandes investimentos, na medida em que a rentabilidade destes é condicionada pelos mercados, já de si limitados. Em contrapartida, os serviços ou ainda os sectores que não operam no âmbito de grandes linhas produção são menos afectados.

No que respeita ao factor humano, a fragmentação territorial associada à estreiteza dos mercados contribui para agravar a carência de mão-de-obra qualificada na medida em que se constata, para além da falta de qualificações propriamente dita, uma dispersão do mercado do trabalho. Esta dispersão limita a mobilidade do factor trabalho e penaliza os indivíduos na sua procura de emprego, no acesso à informação e nas suas deslocações para o local de trabalho e retarda o processo de aquisição de competências.

#### 2.2.4. Efeitos ligados às condições climáticas e aos riscos naturais

As consequências das condições climáticas específicas das regiões ultraperiféricas (calor, teores de humidade) e a grande vulnerabilidade aos riscos naturais (ciclónicos, sísmicos, etc.) são principalmente visíveis a nível do modo de exploração praticado pelos intervenientes socioeconómicos. Podem-se nomeadamente citar o desgaste e a consequente renovação prematura do material e das infra-estruturas, a manutenção das instalações, a criação de infra-estruturas específicas, a climatização das existências ou das ferramentas de produção ou ainda a utilização de material que responda a normas específicas (normas anti-sísmicas ou ciclónicas).

#### 2.2.5. Outros efeitos combinados

A falta de acessibilidade, a dimensão limitada e as condições climáticas difíceis e os riscos naturais elevados constituem, combinadamente, um condicionalismo importante para certos sectores de actividade, na medida em que o conjunto destes factores requer uma adaptação dos modos e processos de produção.

Isto traduz-se pela instauração de tecnologias alternativas ou por necessidades importantes em matéria de securização das actividades ou ainda por modos de produção mais complexos que em territórios vastos, planos e de dimensões económicas vastas (cf. impactos sectoriais sobre a produção de água e de electricidade ou o fornecimento de telecomunicações). O custo final dos recursos considerados é mais elevado que no continente.

Estudo sobre a identificação e estimativa dos efeitos quantificáveis das deficiências específicas das regiões ultraperiféricas e das medidas aplicáveis para reduzir estas deficiências

Quadro 16: Síntese das relações e efeitos das deficiências específicas das regiões ultraperiféricas e das três variáveis horizontais consideradas

Teoria económica	Temas tratados	Variáveis horizontais associadas	Deficiências específicas das RUP
Teorias clássicas do comércio internacional (Smith, Ricardo, Heckscher-Ohlin e Samuelson)	<ul style="list-style-type: none"> <li>o Comércio livre e especialização</li> <li>o Dotação de factores</li> <li>o Acesso aos recursos</li> <li>o Progresso técnico</li> </ul>	Dimensão e acessibilidade	<p><u>Deficiências exógenas</u> Relevo</p> <p><u>Deficiências endógenas</u> Desenvolvimento limitado do capital humano, acesso limitado aos factores de produção</p>
Novas teorias do comércio internacional e geografia económica (Ethier, Krugman, Venables Fujita)	<ul style="list-style-type: none"> <li>o Rendimentos crescentes e economias de escala</li> <li>o Abertura e integração regional</li> <li>o Localização da actividade e aglomeração e especialização</li> <li>o Mobilidade dos factores de produção</li> <li>o Acesso aos mercados</li> </ul>	Dimensão e acessibilidade	<p><u>Deficiências exógenas</u> Insularidade Pequena superfície Relevo</p> <p><u>Deficiências endógenas</u> Dependência económica relativamente a um número reduzido de produtos, acesso limitado aos factores de produção, estreiteza dos mercados internos, falta de inserção regional e obstáculos à entrada</p>
Teorias das economias vulneráveis (Amstrong, Read e Cuadrado)	<ul style="list-style-type: none"> <li>o Relações entre perifericidade, dimensão das economias e vulnerabilidade</li> <li>o Inserção na economia mundial</li> <li>o Especialização, dependência e fragilidade</li> </ul>	Dimensão, acessibilidade, condições climáticas e riscos naturais	<p><u>Deficiências exógenas</u> Insularidade Pequena superfície Relevo</p> <p><u>Deficiências endógenas</u> Dependência económica relativamente a um número reduzido de produtos, acesso limitado aos factores de produção, estreiteza dos mercados internos e falta de inserção regional</p>



Estudo sobre a identificação e estimativa dos efeitos quantificáveis das deficiências específicas das regiões ultraperiféricas e das medidas aplicáveis para reduzir estas deficiências

## C. Análise dos sobrecustos incorridos pelos intervenientes socioeconómicos

### 1. Impacto das deficiências específicas das regiões ultraperiféricas: a noção de sobrecusto

#### 1.1. Noção de sobrecusto

A utilização do termo "sobrecusto" subentende a explicitação de uma noção de diferencial em relação a um custo dado. Além disso, ao estudar os sobrecustos incorridos por intervenientes económicos num espaço geográfico dado, subentende-se que a comparação (cálculo do diferencial) é feita com um referencial determinado.

Atendendo às características específicas das entidades que aqui estudamos, há que utilizar como referencial as economias que funcionam em "condições normais de produção".

#### 1.1.2. Que se entende por condições normais de exploração?

Não existem, a priori, condições "normais" de produção. A normalidade remete para uma visão de uma situação que é subjectiva. Pode-se contudo considerar como normal uma produção que optimize a utilização dos seus factores de forma a alcançar uma situação de eficiência num ambiente sem distorção importante da concorrência. Assim, é considerada normal a produção que permite que uma empresa se situe na sua fronteira de eficiência. Pode-se então definir uma situação de referência (ou um benchmark), em matéria de processo de produção ideal, em termos de acesso aos factores de produção e ao mercado, em função do modo de utilização destes últimos a fim de se aproximar da fronteira de eficiência e em matéria de formação dos preços.

Na nossa análise, a amostra representativa de empresas determinada para formar o referencial, a fim de proceder à quantificação dos sobrecustos que figuram no catálogo a seguir apresentado, é constituída pelos Estados a que pertencem as regiões.

Consideramos, com efeito, que os Estados a que as regiões pertencem estão numa posição óptima (por oposição à situação das regiões ultraperiféricas) no que respeita às três variáveis horizontais anteriormente estudadas, nomeadamente a dimensão, a acessibilidade e as condições climáticas e os riscos naturais.

No que respeita em primeiro lugar à dimensão, os Estados a que as regiões pertencem não são afectados pelos efeitos da dimensão reduzida do mercado, fazendo parte integrante do grande mercado a que têm um acesso directo, quer se trate do mercado interno propriamente dito quer dos mercados dos países vizinhos, tendo os três países interacções fortes com os países da sua zona geográfica.

Do mesmo modo, os fenómenos ligados à ausência de economias externas e a persistência das especificidades da concorrência que conduzem a uma redução das possibilidades de formação de economias dinâmicas ou a fenómenos de cartelização de certas actividades estão menos presentes nestes Estados.

Por último, os processos de diversificação e especialização das economias destes Estados são mais equilibrados entre os três sectores primário, secundário e terciário, da mesma forma que o são as especializações do capital humano. Isto tem por consequência diminuir os condicionalismos decorrentes da necessidade de mão-de-obra do exterior, bem como os condicionalismos ligados às necessidades de importações.

Quanto à acessibilidade, os Estados-Membros a que as regiões pertencem estão no cerne do mercado comunitário e não apresentam condicionalismos importantes de acesso ao mercado e aos factores de produção.

No que respeita, por último, às condições climáticas e aos riscos naturais, estes Estados são relativamente poupados. Finalmente, ainda que apresentem zonas cuja morfologia territorial é complexa, a extensão do seu território é suficientemente importante para garantir um desenvolvimento territorial e económico potencialmente equilibrado.

Por estas razões, os sobrecustos são analisados tendo por referencial as condições de exploração de que beneficiam os Estados a que pertencem as regiões.

### 1.2.3. Que contexto, que ambiente?

A apreensão das condições normais obriga, como acabamos de ver, a conceber uma abordagem que permita efectuar comparações. Trata-se, com efeito, de construir uma situação de referência para uma actividade de produção que resulte da combinação de múltiplos factores e que se inscreva num contexto ambiental e institucional. Isto implica, quer a fixação do processo de produção a fim de delimitar a influência dos parâmetros externos (ambiente, contexto institucional, etc.), quer a fixação destes parâmetros a fim de comparar os processos de produção.

A abordagem "em igualdade de circunstâncias de todos os outros factores" é então útil para distinguir o impacto de cada um dos elementos que influenciam a dinâmica estudada.

No que respeita à análise dos sobrecustos, trata-se efectivamente, graças a esta metodologia, de diferenciar os sobrecustos decorrentes do funcionamento próprio da firma dos sobrecustos que se devem a elementos que constituem o quadro regulamentar, institucional e social e/ou a características de funcionamento dos mercados estudados.

Esta abordagem, que se apoia numa abordagem próxima da estática comparativa, inscreve-se numa concepção dinâmica do sistema de produção e do funcionamento da firma, do sector ou da economia estudada.

## 1.2. Formação dos sobrecustos

A formação dos sobrecustos remete, designadamente, para as consequências da combinação das deficiências exógenas e endógenas sintetizadas através das três variáveis explicativas.

Os sobrecustos podem assim ser considerados, em parte, como directamente derivados das deficiências exógenas ou como consequência das deficiências endógenas (por exemplo, os sobrecustos que decorrem de baixas dotações em factores de produção). A intensidade dos sobrecustos, o impacto destes no desenvolvimento económico e a capacidade de adaptação dos intervenientes socioeconómicos são fenómenos fortemente condicionados pela existência de deficiências endógenas.

A formação dos sobrecustos faz-se por três vias principais:

- em primeiro lugar, do ponto de vista das actividades produtivas ou actividades que são da competência dos sectores públicos ou parapúblicos na produção ou utilização dos bens e dos serviços intermédios e consumo de produtos acabados: a dependência do transporte, a gestão estratégica das existências, a ausência de massa crítica e a subutilização das capacidades das produções são fenómenos que têm por consequência o crescimento dos custos de produção, bem como distorções no ciclo de exploração destas actividades. A análise dos sobrecustos em relação às funções económicas das empresas, conforme apresentada a seguir, permite transcrever os níveis de impacto destes;
- a um segundo nível, no que respeita às potencialidades de desenvolvimento de certas actividades e à introdução de novos sectores ou intervenientes económicos: os obstáculos à entrada ligados à concorrência das importações, à escassez dos factores de produção (principalmente tecnologia, recursos naturais e capital humano), à dependência em relação ao exterior, à baixa rentabilidade dos investimentos e às condições climáticas e de relevo, limitam o desenvolvimento de sectores económicos existentes ou de novos sectores;
- a um terceiro nível, do ponto de vista do consumidor final ou intermédio de um produto ou um recurso: os obstáculos à entrada acima citados que condicionam o número de importadores e produtores de bens e de serviços aumentam os níveis de concentração dos mercados e afectam os preços.

### 1.2.1. Obstáculos à exploração

As actividades produtivas sofrem com efeito os efeitos da combinação das deficiências exógenas e endógenas no âmbito da exploração das suas actividades através da formação de sobrecustos associados principalmente ao abastecimento de matérias-primas, de bens intermédios e de produtos acabados, à gestão das existências, à gestão financeira e à constituição de imobilizações.

Por exemplo, o afastamento dos principais centros de abastecimento e o isolamento tornam nomeadamente necessária a armazenagem e reduzem as possibilidades de gestão "just in time". Assim, a duração das existências em certos sectores industriais em nada é comparável à que se verifica no continente europeu. Além disso, a estreiteza do mercado reduz as possibilidades de conseguir economias de escala no transporte de matérias-primas e na logística da importação.

A constituição de existências, ainda mais necessária que noutras zonas, efectua-se também a um custo mais elevado, não somente do ponto de vista das necessidades financeiras para a constituição das existências, mas também do ponto de vista do custo ligado à despesa ocasionada pela utilização de um espaço de armazenagem mais vasto que o que seria utilizado nos Estados a que as regiões pertencem. Ora, este último elemento não deve ser negligenciado em regiões onde os preços dos bens imóveis apresentam frequentemente uma clara tendência para o aumento.

### 1.2.2. Limitação das potencialidades de desenvolvimento e obstáculos à entrada

Além das consequências da ausência de economias de escala e dos fenómenos de sobredimensionamento do aparelho produtivo acima referidos, as potencialidades de desenvolvimento de certas actividades e a introdução de novos sectores económicos são travadas pelos obstáculos à entrada ligados à dependência das importações e à

concorrência destas, à escassez dos factores de produção e à baixa rentabilidade dos investimentos em I&D.

A exposição à concorrência das importações condiciona as actividades produtivas a realizar um diferencial de preços em relação às importações. Este diferencial pode ser atingido através da procura de um melhor funcionamento dos modos de abastecimento e do aumento da eficiência das cadeias logísticas. O acesso às novas tecnologias da informação e da comunicação e à tecnologia em geral pode desempenhar um papel determinante neste processo mas, aqui também, o acesso das regiões ultraperiféricas é mais difícil, quer devido a tarifas mais elevadas, quer devido ao seu afastamento.

Esta pressão concorrencial obriga os produtores (industriais e artesãos) a continuar muito atentos à evolução tecnológica e comercial do mercado sob pena de se verem muito rapidamente em dificuldades. As EMP, que podem dificilmente dispor de um sistema próprio de alerta estratégico e tecnológico eficaz, são especialmente afectadas. São obrigadas a adoptar uma actividade de nichos, de "produção por medida", mas não dispõem realmente dos meios.

### 1.2.3. Formação dos preços

Conforme atrás indicado, a formação dos preços nas economias ultraperiféricas está fortemente condicionada pela existência de obstáculos à entrada, assim como por uma estrutura de mercado que favorece o surgimento de monopólios de tipo institucional ou de renda associada à situação.

Assim, a dependência das economias ultraperiféricas das importações, a limitação das fontes de abastecimento e a estrutura do mercado conduzem em grande parte a que a variável fundamental apreendida pelos consumidores intermédios ou finais (o preço) seja mais elevada. Esta variável incorpora então não somente um factor "exógeno" ligado à repercussão, sobre os preços, dos condicionalismos a que fazem face os produtores dos bens e serviços ou de recursos, mas igualmente um factor "endógeno" ligado às estruturas de mercados e à existência de obstáculos à entrada.

Sem negligenciar este último efeito, a análise que se segue concentra-se na análise dos sobrecustos ligados, em primeiro lugar, à existência de deficiências exógenas, ainda que o seu impacto final esteja, naturalmente, igualmente ligado à existência de deficiências endógenas. Nesta base, é proposta uma classificação a fim de distinguir as diferentes categorias de sobrecustos incorridos pelos intervenientes socioeconómicos das regiões ultraperiféricas.

## 2. Sobrecustos a nível dos ciclos de exploração

Com base nas três vias de formação dos sobrecustos acima descritos, o catálogo dos sobrecustos recorre às informações seguintes:

Funções de produção:

- Abastecimento e logística
- Produção
- Recursos humanos
- I&D e tecnologias utilizadas
- Imobilizações financeiras
- Venda e distribuição
- Armazenagem dos produtos acabados
- Marketing e prospecção
- Formação do pessoal
- Seguros

Medida do sobrecusto:

- Efeito preço (EP): resulta do diferencial do custo dos recursos considerados
- Efeito volume (EV): ligado ao modo de exploração, pelos intervenientes socioeconómicos, dos recursos

Factores de produção (FP):

- Capital (K)
- Trabalho (L)
- Inputs (MP)
- Despesas de exploração (CE)

Deficiências exógenas:

- Afastamento
- Insularidade
- Dupla insularidade
- Pequena superfície
- Clima difícil
- Morfologia territorial complexa
- Riscos naturais elevados

Deficiências endógenas:

- Limitação da presença dos factores de produção
- Desenvolvimento limitado do capital humano
- Dependência económica de um número reduzido de actividades
- Estreiteza dos mercados internos
- Falta de abertura para o exterior e de inserção no meio regional
- Obstáculos à entrada

Variáveis horizontais explicativas:

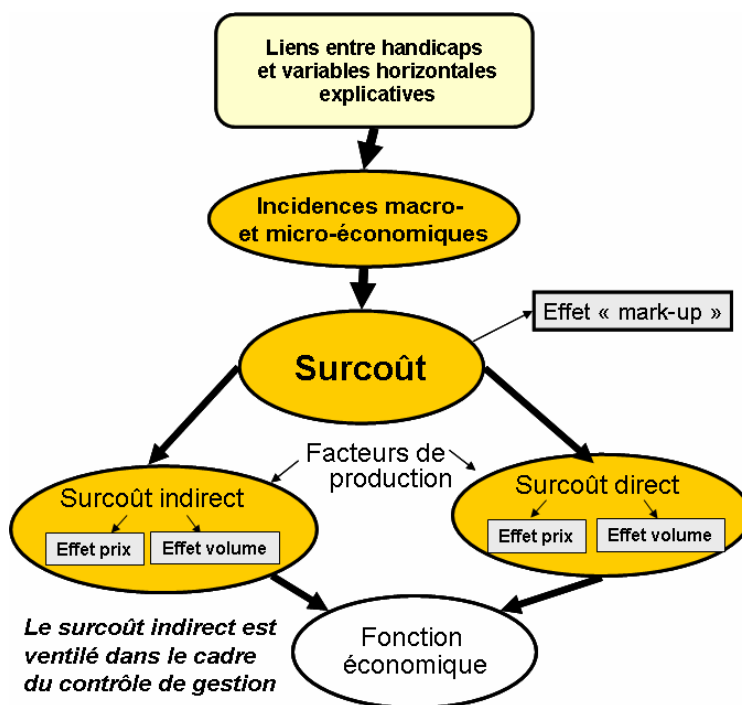
- Dimensão
- Acessibilidade
- Condições climáticas e riscos naturais

A classificação dos sobrecustos faz uma distinção de acordo com a tipologia seguinte.

Consideram-se dois tipos principais de sobrecustos.

- Em primeiro lugar, os sobrecustos que chamamos "directos", discriminados segundo uma repartição natural por função económica. Trata-se, por exemplo, dos sobrecustos de transporte relativos à função económica "Abastecimento" ou ainda dos sobrecustos de formação ligados à função económica "Recursos Humanos".

- O segundo grupo é constituído pelos sobrecustos "indirectos" (classificação em conformidade com os termos empregues no âmbito da contabilidade analítica), ou seja, os sobrecustos transversais não afectados a funções económicas (estão-no apenas através do controlo de gestão, função que nem sempre existe nas empresas das regiões ultraperiféricas). Trata-se, por exemplo, dos sobrecustos ditos de conexão, tais como os sobrecustos relativos ao preço do quilowatt/hora ou os sobrecustos das telecomunicações.



	Relações entre deficiências e variáveis horizontais explicativas		
	•		
	Incidências macro e microeconómicas		
	•		Efeito "mark-up"
	Sobrecusto		• •
• •	• • •		• •
			•
Sobrecusto indirecto	• Factores de produção •		Sobrecusto directo
• •			• •
Efeito preço	Efeito volume		Efeito preço
• •		Função económica	• •

Dentro destas duas categorias de sobrecustos, é feita uma distinção a um segundo nível, que identifica as diferentes componentes de custo. Distingue-se assim um "efeito preço", resultante do diferencial do custo dos recursos considerados (decorrente de tarifas ou índices de preços), e um "efeito volume", ligado ao modo de exploração destes recursos pelos intervenientes socioeconómicos.

Considerando, por exemplo, o sobrecusto relativo aos terrenos e às construções, uma componente do custo (custo diferencial das instalações) decorre do índice fundiário e da

Estudo sobre a identificação e estimativa dos efeitos quantificáveis das deficiências específicas das regiões ultraperiféricas e das medidas aplicáveis para reduzir estas deficiências

utilização de materiais de construção (efeito preço) e a segunda componente, relativa à dimensão das instalações, resulta da importância das existências e das condições de exploração da empresa considerada (elemento volume).

É de notar que se considera paralelamente um efeito que, embora não seja propriamente considerado como um sobrecusto, contribui para aumentar os custos dos recursos consumidos. Trata-se de um "efeito mark-up", que pode transcrever, em parte, a repercussão dos preços devidos a uma posição dominante do produtor do recurso.

Convém igualmente fazer uma distinção relativamente ao interveniente que incorre no sobrecusto. Com efeito, por um lado, podemos-nos pôr na posição do interveniente "original" produtor de um recurso (energia, por exemplo) que incorre num sobrecusto, no âmbito do processo de produção do recurso ou produto considerado, resultante da existência de deficiências específicas da região em que se situa.



Por outro lado, podemos-nos pôr na situação de um interveniente que, no âmbito da sua actividade, utiliza um recurso já "afectado" de um sobrecusto. Neste segundo caso, o preço a que o interveniente paga o recurso utilizado incorpora vários elementos.

Por conseguinte, esta distinção, ainda que nem sempre possa levar a uma quantificação de todas as componentes identificadas, deve ser mencionada a fim de distinguir devidamente a parte do sobrecusto que provém da combinação das deficiências específicas das regiões ultraperiféricas da parte do sobrecusto que provém da existência de situações de monopólio ou de oligopólio.

Convém, por fim, mencionar um último efeito gerador de sobrecustos: a ineficácia. Ainda que este factor possa ser mencionado, há que precisar que situações de falta de eficácia ou, ainda, de má gestão se podem encontrar em qualquer economia.

### 3. Catálogo dos sobrecustos

A constituição do catálogo a seguir apresentado obedeceu a uma abordagem de tipo "bottom-up". A lista dos sobrecustos foi elaborada com base numa fase inicial de identificação dos sobrecustos e completada em seguida por uma fase de missões no terreno. Os sobrecustos foram repartidos por diferentes famílias e associados a funções económicas das empresas.

As informações que se seguem têm por objectivo enumerar o conjunto dos sobrecustos com que as regiões ultraperiféricas são confrontadas. No entanto, os sobrecustos não estão divididos por sectores. Com efeito, a constituição do catálogo seguiu a lógica segundo a qual os sobrecustos apresentados são tão transversais quanto possível em termos de impacto sectorial.

Para além da apresentação das informações de terreno recolhidas, o catálogo dos sobrecustos tem igualmente por objectivo fornecer informações quanto às origens dos sobrecustos, às suas componentes, à sua discriminação intra-empresa (por função económica), bem como aos factores por eles afectados.

O Quadro 17 apresenta os sobrecustos directos e o Quadro 18 os sobrecustos transversais indirectos.

Estudo sobre a identificação e estimativa dos efeitos quantificáveis das deficiências específicas das regiões ultraperiféricas e das medidas aplicáveis para reduzir estas deficiências

Quadro 17: Sobrecustos directos

Observação: Os efeitos preço e volume são explicitados na coluna intitulada "Medida do sobrecusto".

Categorias de sobrecustos por função de produção	Medida do sobrecusto		FP	Deficiências	Variáveis horizontais explicativas	Explicações	
	Efeito preço	Efeito volume					
A	Sobrecustos incorridos no processo de produção						
A-1	Abastecimentos e logística						
A11	Compras						
A111	Custo dos factores de produção importados	Custo unitário negociado do factor de produção	Sem efeito	MP	Afastamento, insularidade e dupla insularidade	Dimensão e acessibilidade	Devido à dimensão reduzida dos mercados e ao condicionalismo constituído pelo abastecimento externo, as empresas das regiões ultraperiféricas, nas suas negociações comerciais, encontram-se em desvantagem, na medida em que as quantidades negociadas são frequentemente baixas.
A12	Transporte						
A121	Custo de encaminhamento dos factores de produção	Custo unitário de encaminhamento das mercadorias (incluindo os seguros, as despesas de estacionamento, etc.)	Importância das quantidades fretadas: a grande maioria dos bens deve ser encaminhada por via aérea ou marítima	MP	Afastamento, insularidade e dupla insularidade	Acessibilidade	Devido à insularidade, ao afastamento, à pequena dimensão dos mercados e à falta de diversificação resultante da falta de saídas, as economias ultraperiféricas estão fortemente dependentes das importações. O custo de frete global é muito elevado devido ao número de operações a efectuar e ao número de componentes do custo de abastecimento total: transporte, seguros, portagem, remuneração da actividade transitória, despesas de processo, taxa informática, imposto sobre a mercadoria (direito portuário), estacionamento, movimentação. Além disso, devido à atomização dos fluxos, a técnica de agrupamento em contentores é frequentemente utilizada.
A122	Custo de transporte intra-arquipélago	Custo unitário de encaminhamento das mercadorias	Importância das quantidades fretadas, nomeadamente nas ilhas mais pequenas	MP	Dupla insularidade	Acessibilidade	Este sobrecusto, resultante da fragmentação territorial, está na origem de divisões da carga importantes que se traduzem numa ruptura do processo de encaminhamento das mercadorias. As operações ligadas ao abastecimento são com efeito desmultiplicadas no caso dos arquipélagos.

Estudo sobre a identificação e estimativa dos efeitos quantificáveis das deficiências específicas das regiões ultraperiféricas e das medidas aplicáveis para reduzir estas deficiências

Categorias de sobrecustos por função de produção		Medida do sobrecusto		FP	Deficiências	Variáveis horizontais explicativas	Explicações
		Efeito preço	Efeito volume				
A13 Logística							
A131	Custo financeiro da armazenagem	Sem efeito	Quantidade anual armazenada (rotação das existências) e despesas de tesouraria	CE	Afastamento, insularidade e dupla insularidade	Acessibilidade	O afastamento dos mercados de abastecimento em termos de fornecimento e de matérias-primas leva geralmente as firmas a dispor de existências muito importantes. Esta necessidade, gerada pela dependência do exterior, implica a necessidade de um fundo de maneio importante e uma mobilização de tesouraria correspondente.
A-2 Produção							
A21 Terrenos e construções							
A211	Custo dos terrenos e das construções	Preço dos bens imóveis e custo de construção das infra-estruturas (nomeadamente a adequação às normas de segurança)	Dimensão das infra-estruturas amplificada pelas instalações de armazenagem	K	Pequena superfície, morfologia territorial complexa, clima difícil, limitação da presença dos factores de produção, dupla insularidade	Dimensão, acessibilidade, condições climáticas e riscos naturais	<p>Custos das infra-estruturas, economias de escala, condicionalismos de liquidez, mercados financeiros temerosos:</p> <p>Uma das características essenciais de uma região insular, em especial de uma região ultraperiférica, é a falta de espaço, medida pela superfície útil. Esta característica é um elemento restritivo do desenvolvimento territorial e aumenta o custo dos bens imóveis.</p> <p>Esta característica afecta assim as empresas na aquisição de terrenos e na construção dos seus escritórios ou fábricas. Assume especial importância, sobretudo em relação aos Estados a que as regiões pertencem.</p> <p>No caso dos arquipélagos, o custo é aumentado em função do número de unidades de armazenagem necessárias.</p>

Estudo sobre a identificação e estimativa dos efeitos quantificáveis das deficiências específicas das regiões ultraperiféricas e das medidas aplicáveis para reduzir estas deficiências

Categorias de sobrecustos por função de produção		Medida do sobrecusto		FP	Deficiências	Variáveis horizontais explicativas	Explicações
		Efeito preço	Efeito volume				
A22	Instalações, máquinas e ferramentas, mobiliário e material circulante						
A221	Custo ligado ao sobredimensionamento dos equipamentos	Sem efeito	Taxa de utilização e capacidade de produção dos equipamentos reduzidos aos encargos anuais de amortização	K	Estreiteza dos mercados internos, dependência económica de um número reduzido de actividades, obstáculos à entrada	Dimensão	<p>Economias de escala, custo de produção, comportamento monopolista, condicionalismos de numerário:</p> <p>O sobredimensionamento e a polivalência dos equipamentos resultam da dificuldade em encomendar equipamentos especialmente calibrados ao nível de produção das regiões ultraperiféricas. Estes elementos geram uma falta de economias de escala. Além disso, o uso de máquinas polivalentes a fim de aumentar a taxa de ocupação dos equipamentos sobredimensionados implica tempos mortos para o ajustamento, assim como perdas de matérias devidas ao arranque, à paragem e à regulação.</p>
A222	Custo ligado à adaptação das ferramentas e modos de produção	Custo de aquisição mais elevado das tecnologias a utilizar	Baixa produção que não permite rentabilizar os investimentos realizados	K	Morfologia territorial complexa, clima difícil, riscos naturais elevados, afastamento, estreiteza dos mercados, insularidade e dupla insularidade	Dimensão, acessibilidade, condições climáticas e riscos naturais	<p>Vantagens comparativas, custos das infra-estruturas, custos de produção:</p> <p>Esta categoria de sobrecustos remete para a criação de infra-estruturas, o custo de tratamento e depuração do m<sup>3</sup> de água, o custo de um sistema independente de abastecimento de água às empresas não ligado à rede geral, a climatização das existências ou das ferramentas de produção ou ainda a utilização de material que respeite as normas anti-sísmicas. Remete igualmente para o problema de segurança das actividades ("utilities" nomeadamente) e, por último, para as mudanças de tecnologias necessárias, em certas actividades, para produzir nas regiões ultraperiféricas devido à ausência de economias de escala e à dimensão reduzida do mercado.</p>

Estudo sobre a identificação e estimativa dos efeitos quantificáveis das deficiências específicas das regiões ultraperiféricas e das medidas aplicáveis para reduzir estas deficiências

Categorias de sobrecustos por função de produção		Medida do sobrecusto		FP	Deficiências	Variáveis horizontais explicativas	Explicações
		Efeito preço	Efeito volume				
A223	Custo ligado ao uso prematuro do mobiliário e do material circulante	O custo de amortização total anual depende do preço de aquisição do material (efeito preço) bem como da sua duração e da frequência das reparações (efeito volume)		K	Morfologia territorial complexa, clima difícil e riscos naturais elevados	Condições climáticas e riscos naturais	O uso prematuro deve-se às condições climáticas e de relevo (um declive dominante acentuado, por exemplo) que danificam não somente os equipamentos mas igualmente as infra-estruturas de todos os tipos.
A224	Custo ligado ao risco de paragem da produção	Tarifas para uma assistência técnica proveniente do continente e preços de aquisição das máquinas e peças de substituição suplementares	Importância da reserva de peças de substituição e duplicação do material	K	Afastamento, insularidade e dupla insularidade	Dimensão e acessibilidade	Devido aos grandes prazos de fornecimento de peças avulsas ou manutenção aquando do recurso às competências dos Estados a que as regiões pertencem e aos custos importantes ligados aos riscos de avaria, é frequentemente necessária uma capacidade de produção mais importante e mesmo uma duplicação do material e dos encargos financeiros correspondentes.
A23	Tratamento dos resíduos e desperdícios industriais						
A231	Custo de tratamento ou transporte dos resíduos e desperdícios industriais	Custo unitário dos resíduos industriais (tarifas ou taxas) que resultam dos modos específicos de tratamento e de transporte	Sem efeito	MP	Afastamento, insularidade e dupla insularidade	Dimensão e acessibilidade	Custos das infra-estruturas, custos de produção: O tratamento dos resíduos constitui um sobrecusto importante na medida em que são poucas as infra-estruturas de tratamento dos resíduos existentes nas RUP que podem valorizar, no território, as diferentes categorias de resíduos. É necessário, por conseguinte, exportar por vezes certos tipos de resíduos. Além disso, constata-se que relativamente a certos resíduos não será nunca possível criar uma fileira rentável (resíduos industriais especiais, por exemplo).
A3	Recursos humanos						
A31	Salários e outros benefícios						
A311	Custo ligado à remuneração do pessoal	Custo unitário do pessoal	Sem efeito	L	Desenvolvimento limitado do capital humano, obstáculos à entrada	Dimensão e acessibilidade	Falta de dinamismo endógeno, condicionalismos de numerário: Os inquéritos junto de chefes de empresas das RUP

Estudo sobre a identificação e estimativa dos efeitos quantificáveis das deficiências específicas das regiões ultraperiféricas e das medidas aplicáveis para reduzir estas deficiências

Categorias de sobrecustos por função de produção		Medida do sobrecusto		FP	Deficiências	Variáveis horizontais explicativas	Explicações
		Efeito preço	Efeito volume				
							revelam a existência de uma remuneração excessiva ligada à rigidez do mercado do emprego no que respeita ao elevado nível de qualificação, em especial os quadros.
A4	I&D e tecnologias utilizadas						
A41	Custo do acesso às bases de conhecimentos, vigilância tecnológica						
A411	Custo de acesso às bases de conhecimentos e custo da vigilância tecnológica	Custo anual total do acesso às bases de conhecimentos, custo anual total da vigilância tecnológica	Sem efeito	CE	Afastamento, estreiteza dos mercados internos, desenvolvimento limitado do capital humano, obstáculos à entrada	Dimensão e acessibilidade	<p>Isolamento, economias de escala, falta de dinamismo endógeno, condicionalismos de numerário, falta de saídas:</p> <p>Devido ao isolamento, o acesso à informação e às bases de conhecimentos é limitado e dispendioso, o que é geralmente agravado pela reduzida disponibilidade de meios de prospecção e capital humano especializado, bem como por funções de vigilância estratégica pouco representadas. Assim, o custo de acesso às bases de conhecimentos requer deslocações mais numerosas, bem como a inscrição em redes locais, por vezes parceladas. O sobrecusto de acesso às bases de conhecimentos e o custo da vigilância tecnológica são medidos essencialmente por deslocações e actividades de formação.</p>
A5	Imobilizações financeiras						
A51	Dívidas-fornecedores e créditos-clientes						
A511	Custo das imobilizações financeiras ligadas aos prazos de pagamento no que respeita aos clientes e fornecedores	Sem efeito	Montante anual total do crédito-fornecedores e do crédito-clientes que resulta da duração dos prazos de pagamento	CE	Obstáculos à entrada, limitação da presença dos factores de produção	Dimensão e acessibilidade	<p>Condicionalismos de numerário:</p> <p>Devido, em certas regiões, a uma falta global de visibilidade económica, os fornecedores dos Estados a que as regiões pertencem exigem ser pagos antes da entrega de certas mercadorias. Isto implica, para certas empresas, importantes condicionalismos de tesouraria.</p>
B	Sobrecustos incorridos no processo de comercialização, de venda e de distribuição						
B1	Venda e distribuição						

Estudo sobre a identificação e estimativa dos efeitos quantificáveis das deficiências específicas das regiões ultraperiféricas e das medidas aplicáveis para reduzir estas deficiências

Categorias de sobrecustos por função de produção		Medida do sobrecusto		FP	Deficiências	Variáveis horizontais explicativas	Explicações
		Efeito preço	Efeito volume				
B11	Custo de expedição para o mercado comunitário	Custo unitário de expedição das mercadorias para o continente	Sem efeito	CE	Afastamento, insularidade e dupla insularidade	Acessibilidade	Devido à insularidade e ao afastamento, a expedição das produções para o mercado comunitário é muito dispendiosa. O custo de frete global é muito elevado devido ao número de operações a efectuar e ao número de componentes do custo de abastecimento total.
<b>B2 Armazenagem dos produtos acabados</b>							
B21	Custo financeiro da armazenagem dos produtos acabados	Sem efeito	Quantidade anual armazenada (rotação das existências) e despesas de tesouraria respectivas	CE	Afastamento, insularidade e dupla insularidade	Acessibilidade	<p>A maior necessidade de armazenagem é aplicável aos produtos acabados na medida em que o tempo de encaminhamento das mercadorias é longo e dispendioso. As empresas não podem funcionar em tempo útil e aguardam até ter uma certa massa crítica de produtos acabados para os expedir para os Estados a que as regiões pertencem.</p> <p>Isto mobiliza por conseguinte a tesouraria das empresas que fazem ainda face a despesas conexas, como a construção de armazéns para armazenagem.</p>
<b>B3 Marketing e prospecção</b>							
B31	Custo das actividades de marketing e de prospecção	Custos totais anuais das actividades de marketing e de prospecção	Sem efeito	CE	Afastamento, insularidade e dupla insularidade, pequena superfície, estreiteza dos mercados internos	Acessibilidade	<p>Custos de transporte, economias de escala, comportamento monopolista:</p> <p>Os custos de prospecção para a investigação de mercados ou de fornecedores são elevados na medida em que o isolamento e a estreiteza dos mercados forçam as empresas a procurar mercados em zonas frequentemente afastadas do seu território. Além disso, os processos de negociação, no âmbito da procura de fornecedores ou de mercados, obrigam as empresas a deslocar-se no Estado a que a sua região pertence e a assistir, por exemplo, a feiras profissionais. Estas deslocações tornam a abordagem de prospecção muito cara e pouco flexível. Sendo os mercados reduzidos e não extensíveis, no imediato, aos países vizinhos, é mais difícil fazer face à rotação da clientela do que num vasto mercado.</p>

Estudo sobre a identificação e estimativa dos efeitos quantificáveis das deficiências específicas das regiões ultraperiféricas e das medidas aplicáveis para reduzir estas deficiências

Quadro 18: Sobrecustos indirectos

Categorias de sobrecustos por função de produção	Medida do sobrecusto		FP	Deficiências	Variáveis horizontais	Explicações
	Efeito preço	Efeito volume				
C Sobrecustos transversais						
C1 Formação do pessoal						
Custo ligado às actividades de formação que recorrem a uma competência proveniente do Estado a que a região pertence	Tarifas praticadas para trazer participantes do continente	Sem efeito	L	Pequena superfície, estreiteza dos mercados internos, desenvolvimento limitado do capital humano	Dimensão, acessibilidade	<p>Economias de escala, falta de dinamismo endógeno:</p> <p>A estreiteza do mercado e a orientação das economias ultraperiféricas para o sector terciário criam desequilíbrios na formação do capital humano. As empresas têm dificuldades em aceder a um pessoal qualificado, situação que as obriga a empreender programas de formação específica, tanto para o pessoal de gestão, como para o pessoal técnico. Geralmente, o pessoal pode seguir uma formação no Estado a que a região pertence ou ser formado a nível local, recorrendo a competências provenientes do Estado a que a região pertence.</p>
C2 Seguros						
Custo ligado aos diversos prémios de seguro	Preços fixos	Importância das existências e dos equipamentos suplementares a segurar	CE	Morfologia territorial complexa, clima difícil e riscos naturais elevados	Condições climáticas e riscos naturais	Devido aos riscos naturais e às condições climáticas, constata-se, em certas regiões ultraperiféricas, níveis de seguro mais elevados que no Estado a que a região pertence. Estes sobrecustos são incorridos pelo conjunto dos intervenientes situados nestas regiões.



## 4. Importância relativa dos sobrecustos por sector

Apresentamos em seguida uma tipologia das incidências sectoriais dos sobrecustos, ou seja, uma análise dos impactos potenciais dos diferentes sobrecustos sobre certos sectores. Não se trata contudo de uma enumeração exaustiva, mas de ter em conta os sectores mais afectados ou fragilizados pelos sobrecustos ligados à dimensão e à acessibilidade e os que decorrem das características climáticas e da vulnerabilidade aos riscos naturais. A abordagem seguida assenta na observação da representatividade das funções económicas presentes na exploração considerada.

Devido às especificidades dos serviços de interesse geral, a análise dos sobrecustos para alguns deles (gestão da água, sector da energia e sector das telecomunicações) é efectuada separadamente (4.2).

### 4.1 Tipologia das incidências sectoriais dos sobrecustos

O Quadro 20 apresenta uma síntese dos efeitos, em termos de sobrecustos, da combinação das deficiências sobre os diferentes sectores económicos.

Quadro 19: Síntese dos efeitos sectoriais da combinação das deficiências específicas das regiões ultraperiféricas

Funções económicas em causa	Condicionamento/ Deficiência	Variáveis horizontais	Efeitos	Tipos de sectores em causa
Abastecimento e logística & produção	Afastamento, insularidade, dupla insularidade, estreiteza dos mercados internos, morfologia territorial complexa e clima difícil, riscos naturais elevados	Dimensão e acessibilidade	<p>A necessidade de recorrer a um abastecimento e uma expedição exteriores tem, no caso das regiões ultraperiféricas, muito afastadas do Estado a que pertencem, uma primeira consequência: aumentar o custo do encaminhamento e da expedição. Combinada com a dimensão reduzida dos mercados (volumes de produções limitados), a dependência em relação ao exterior implica uma baixa capacidade de negociação dos intervenientes destas regiões, o que aumenta o custo unitário negociado da mercadoria importada.</p> <p>Além disso, devido à repercussão, pelos produtores de recursos, do conjunto dos condicionamentos sobre o preço de venda e perante fenómenos de concorrência imperfeita, o preço dos inputs produzidos localmente é mais importante que nos Estados a que as regiões pertencem.</p>	Os sectores mais fragilizados são os sectores fortemente dependentes dos transportes exteriores (transportes marítimos e aéreos) para a importação e a expedição de produtos acabados, de bens intermédios e de matérias-primas. Estes sectores são principalmente os sectores agrícolas, as actividades produtivas (indústrias) e certos serviços, como as actividades de reparação e de manutenção ou a hotelaria. Outros sectores como a saúde e as utilities, que importam material, equipamentos ou factores de produção específicos (postes para o fornecimento de electricidade) são afectados igualmente por estes condicionamentos. Por último, os sectores da investigação e da tecnologia estão fragilizados, na medida em que o encaminhamento do material científico e de análises biológicas (condicionado no caso do transporte de produtos perigosos e devido à necessidade da conservação da cadeia de frio) é um processo muito dispendioso.
Abastecimento e logística & produção & Venda e distribuição	Afastamento, insularidade, dupla insularidade, estreiteza dos mercados internos, morfologia territorial complexa e clima difícil, riscos naturais elevados	Acessibilidade	A acessibilidade reduzida que provoca uma dependência em relação ao exterior leva geralmente as firmas a dispor de existências muito importantes. Estas existências respeitam tanto aos produtos acabados como às matérias-primas ou aos bens intermédios.	Os sectores mais fragilizados por este condicionamento são as actividades industriais, o sector dos bens de consumo, as actividades de manutenção e de reparação e as actividades de investigação e de desenvolvimento que efectuam análises que devem ser expedidas para os Estados a que as regiões pertencem. Necessária ao bom funcionamento da sua actividade, a constituição das existências (matérias-primas, bens intermédios e produtos acabados) representa um encargo financeiro importante.
Produção – Terrenos e construções	Pequena superfície, morfologia territorial complexa e clima difícil, riscos naturais elevados, acesso limitado ao capital e ao	Dimensão e Acessibilidade	As morfologias territoriais complexas reduzem a superfície útil do território e elevam o preço das superfícies edificáveis.	Os sectores cujas empresas necessitam de uma grande área de exploração são os mais afectados: o sector agrícola (devido à limitação de solos aráveis e aos riscos climáticos), a compra de edifícios (preços dos bens imóveis) e as indústrias que necessitam de existências importantes (fileira madeira, agroalimentar,

Estudo sobre a identificação e estimativa dos efeitos quantificáveis das deficiências específicas das regiões ultraperiféricas e das medidas aplicáveis para reduzir estas deficiências

Funções económicas em causa	Condicionamento/ Deficiência	Variáveis horizontais	Efeitos	Tipos de sectores em causa
	financiamento			etc.).
Produção – Instalações, máquinas e ferramentas - adaptação do material e desgaste do mobiliário e material circulante	Morfologia territorial complexa e clima difícil, riscos naturais elevados, estreiteza dos mercados internos, dependência económica de um número reduzido de actividades, obstáculos à entrada	Dimensão, acessibilidade e condições climáticas e riscos naturais	<p>O conjunto das actividades presentes nas regiões ultraperiféricas deve adaptar os seus instrumentos e modos de produção às condições climáticas e ao relevo. Além disso, em relação a essas actividades e às infra-estruturas públicas, os seus equipamentos degradam-se em geral prematuramente devido aos condicionamentos climáticos.</p> <p>A ausência de economias de escala leva também directamente a um sobredimensionamento e a uma polivalência dos equipamentos. Isto tem repercussões financeiras importantes, na medida em que a rentabilidade dos equipamentos não é óptima.</p>	<p>Enquadram-se neste esquema a quase totalidade das infra-estruturas e serviços públicos (captação, tratamento das águas, saneamento e gestão dos resíduos, infra-estruturas rodoviárias, portuárias, energia e telecomunicações). Pode-se também acrescentar o material destinado às explorações agrícolas e florestais e qualquer actividade que necessite importantes investimentos em bens de equipamento.</p> <p>Finalmente, as actividades inovadoras e de investigação que utilizam equipamentos específicos que exigem condições especiais de utilização são muito afectadas por este condicionamento. Assim, os sobrecustos ligados ao clima tropical, aos riscos naturais e aos problemas de alimentação eléctrica (climatização, condições de conservação dos documentos e dos materiais, cumprimento das normas, inversores) são importantes.</p>
Produção – Tratamento dos resíduos e desperdícios industriais	Afastamento, insularidade, dupla insularidade e morfologia territorial complexa e clima difícil, riscos naturais elevados	Acessibilidade, dimensão	A falta de acessibilidade e a dimensão reduzida do território traduzem-se igualmente em condicionamentos relativos ao tratamento dos resíduos, na medida em que existem nas RUP poucas infra-estruturas de tratamento dos resíduos. A morfologia complexa, a superfície útil limitada e a falta de economias de escala não permitem criar fileiras operacionais. É necessário por conseguinte, caso necessário, exportar certos tipos de resíduos. Além disso, constata-se que existem resíduos para os quais não será nunca possível criar uma fileira rentável (resíduos industriais especiais, por exemplo).	A maior parte das indústrias são geradoras de resíduos e fonte de poluição das águas. Estão aqui em causa as indústrias ditas pesadas: refinaria, química, materiais de construção, papelaria, bem como a investigação e a indústria do açúcar e das bebidas alcoólicas tipo rum. Certas actividades produzem resíduos específicos e altamente tóxicos, como a actividade espacial, a produção de electricidade ou ainda as actividades médicas. Por último, é necessário não esquecer a quantidade de resíduos que pode emanar do sector da hotelaria e da restauração durante a época alta, bem como o problema da depuração das águas.
Recursos humanos - Salários e outros benefícios	Desenvolvimento limitado do capital humano, obstáculos à entrada	Dimensão e acessibilidade	Devido à limitação da presença do factor trabalho, é necessário para certas funções (quadros ou competências técnicas), fazer apelo ao exterior. O custo de acesso a este factor é assim aumentado.	Em todos os sectores há problemas de falta de mão-de-obra. É contudo possível assinalar algumas actividades especialmente afectadas: as indústrias que necessitam de engenheiros e técnicos experientes (inovação, investigação e desenvolvimento), a hotelaria, a reparação e a manutenção, a construção, a educação e a

Estudo sobre a identificação e estimativa dos efeitos quantificáveis das deficiências específicas das regiões ultraperiféricas e das medidas aplicáveis para reduzir estas deficiências

Funções económicas em causa	Condicionamento/ Deficiência	Variáveis horizontais	Efeitos	Tipos de sectores em causa
I&D e tecnologias utilizadas – Acesso às bases de conhecimentos e vigilância tecnológica	Estreiteza dos mercados internos, desenvolvimento limitado do capital humano, obstáculos à entrada	Dimensão e acessibilidade	Devido ao isolamento, o acesso à informação e às bases de conhecimentos é limitado e dispendioso. Isto é geralmente reforçado pela disponibilidade reduzida de meios de prospecção e capital humano especializado, bem como por funções de vigilância estratégica pouco representadas. Da mesma forma, os custos de prospecção de mercados ou de fornecedores são elevados, na medida em que o isolamento e a estreiteza dos mercados forçam as empresas a procurar mercados em zonas frequentemente afastadas do seu território.	saúde. Os sectores fortemente orientados para o exterior são afectados por estes fenómenos. Entre eles contam-se a produção e comercialização de bens diferenciados que necessitam um conhecimento perfeito do mercado e um marketing reforçado, a promoção do sector do turismo e as actividades de reparação e de manutenção, que devem seguir a evolução tecnológica do material. Os sectores da inovação e da investigação e desenvolvimento são afectados pelos custos de acesso às bases de conhecimentos na medida em que o trabalho em rede é em geral um factor-chave para o funcionamento destes sectores. Além disso, o conjunto dos sectores que procuram inovar está em dificuldade quando se trata de aceder às redes de inovação. Assim, a capacidade de inovação, factor essencial da competitividade das empresas no conjunto dos sectores das economias das RUP, fica dificultada.  O sistema de educação e de formação são também especialmente afectados.
Imobilizações financeiras	Afastamento, insularidade, dupla insularidade, pequena superfície, morfologia territorial complexa e clima difícil, riscos naturais elevados, estreiteza dos mercados internos	Dimensão e acessibilidade	Em certas regiões, devido à falta global de visibilidade económica e à importante distância que as separam dos seus clientes nas RUP, os fornecedores estabelecidos nos países a que as regiões pertencem exigem ser pagos antes da entrega de certas mercadorias. Isto implica, para certas empresas, importantes condicionamentos de tesouraria.	Todos os sectores que dependem de fornecimentos provenientes dos Estados a que as regiões pertencem são afectados por este condicionamento.
Venda e distribuição & Armazenagem dos produtos acabados	Afastamento, insularidade e dupla insularidade	Acessibilidade	Devido à insularidade e ao afastamento, a expedição das produções para o mercado comunitário é muito dispendiosa. Além disso, a maior necessidade de armazenar aplica-se aos produtos acabados na medida em que o tempo de encaminhamento das mercadorias é longo e o processo é dispendioso. As empresas não podem funcionar em tempo útil e aguardam até dispor de certa massa crítica de produtos acabados para	Os sectores que expõem produtos para o mercado comunitário são especialmente afectados. É o caso dos sectores agroalimentar, do rum, do açúcar ou ainda da madeira.

Funções económicas em causa	Condicionamento/ Deficiência	Variáveis horizontais	Efeitos	Tipos de sectores em causa
			os expedirem para os Estados a que as regiões pertencem.	
Formação do pessoal	Pequena superfície, estreiteza dos mercados internos, desenvolvimento limitado do capital humano	Dimensão, acessibilidade	A estreiteza do mercado e a orientação das economias ultraperiféricas para o sector terciário levam a desequilíbrios na formação do capital humano. As empresas têm dificuldade em aceder a um pessoal qualificado, situação que as obriga a aplicar programas de formação específica, tanto para o pessoal de gestão como para o pessoal técnico. Geralmente, o pessoal pode seguir uma formação no Estado a que a região pertence ou ser formado a nível local, recorrendo a competências vindas dos Estados a que as regiões pertencem.	A formação tem um peso importante para sectores que necessitam de pessoal altamente qualificado (investigadores, médicos, engenheiros, técnicos para I&D, saúde, tecnologias da informação e da comunicação, etc.) e para sectores menos técnicos ou tecnológicos (a hotelaria ou a construção, por exemplo).  É de notar que as funções de reparação e de manutenção são em geral as mais dispendiosas, em oposição às funções de gestão ou mesmo a postos qualificados nos serviços, qualquer que seja o sector que os utiliza (I&D, medicina, mecânica, indústria, etc.), pois as competências que necessitam conhecimentos técnicos ou tecnológicos devem evoluir muito rapidamente.
Seguros	Morfologia territorial complexa e clima difícil, riscos naturais elevados	Condições climáticas e riscos naturais	Devido aos riscos naturais e às condições climáticas, constatam-se, em certas regiões ultraperiféricas, níveis de seguros mais elevados que no Estado a que as regiões pertencem. Estes sobrecustos são incorridos pelo conjunto dos intervenientes situados nestas regiões.	Todas as actividades que seguram a sua exploração, o seu material e as suas infra-estruturas são afectadas por este condicionamento.

## 4.2 Efeitos combinados sobre certos serviços de interesse geral

Os sobrecustos ligados à adaptação dos modos e processos de produção são particularmente visíveis para certos serviços de interesse geral cuja actividade exige a criação de redes e de infra-estruturas no conjunto do território. Estão aqui em causa sobretudo os serviços de captação e tratamento da água, de fornecimento de energia e electricidade e de telecomunicações.

### 4.2.1 Sector da gestão da água

Os principais problemas relativos à gestão da água (captação, saneamento e distribuição) e às infra-estruturas para a água são:

- o a construção e a manutenção das redes que são, em geral, operações pouco eficientes devido aos grandes condicionalismos de relevo e que requerem investimentos elevados;
- o avulnerabilidade das redes de distribuição de água potável devido aos riscos naturais importantes e aos elevados custos de segurança;
- o o tratamento das poluições de origem industrial e agrícola.

No que respeita a este último ponto, os recursos hídricos naturais são, com efeito, ameaçados pela poluição causada pelo sector agroalimentar e pelo sector extractivo. Os dois sectores são igualmente grandes consumidores de água, na medida em que as suas indústrias são alimentadas pelas redes de abastecimento de água potável. Geralmente, as culturas agrícolas requerem igualmente um fornecimento abundante de água.

É de notar que, em termos de tratamento da água, a região das Canárias desenvolveu técnicas particularmente eficazes de dessalinização da água, o que, para certas ilhas, permite dar resposta à quase totalidade da procura de água potável a partir da água do mar. As técnicas utilizadas - energias renováveis (eólica ou solar), pressão natural ou dessalinização sob vácuo - são baixas consumidoras de energia.

### 4.2.2 Sector do fornecimento de energia e de electricidade

No que respeita ao sector do fornecimento de energia e de electricidade, os principais condicionalismos incidem tanto sobre a produção como sobre a distribuição.

A estimativa dos custos médios de produção de electricidade em cada uma das fileiras passa pela consideração de três tipos de custos:

- o o custo dos combustíveis, volátil e incerto a longo prazo,
- o os custos de investimento, variáveis com a evolução da tecnologia,
- o os custos de exploração.

### Condicionalismos sobre a produção

A análise dos custos de produção para as regiões ultraperiféricas faz-se em comparação com os das produções existentes nos Estados a que as regiões pertencem.

Assim, para os departamentos franceses ultramarinos, há que comparar a produção fóssil com a nuclear. Para as Canárias, os Açores e a Madeira, há que comparar as produções fósseis entre si.

Enquanto no caso dos departamentos franceses ultramarinos está em causa uma mudança completa de tipo de produção, no das Canárias, Açores e Madeira estão em causa condicionalismos específicos, suplementares.

Assim, para os departamentos franceses ultramarinos, os condicionalismos suplementares que geram sobrecustos em relação à produção nuclear ou ao gás na França metropolitana são principalmente:

1. a necessidade de mudar de tecnologia,
2. a necessidade de importar os combustíveis,
3. a necessidade de dispor de numerosas centrais de pequena dimensão,
4. a ausência de economias de escala relativamente aos investimentos.

Para as Canárias, os Açores e a Madeira, os condicionalismos sobre a produção resultam essencialmente da necessidade de importar combustíveis, da estreiteza dos mercados e da falta de economias de escala (pontos 2, 3 e 4).

Nesta base, a análise da estrutura dos custos de exploração nas diferentes fileiras mostra que estes variam fortemente consoante o modo de produção considerado.

Assim, a fileira carvão tem custos de exploração relativamente similares aos da energia nuclear (45 € em média por ano e por quilowatt (kWe)), mas superiores aos das fileiras gás (20 €/kWe) e fuelóleo (30 €/kWe). A fileira eólica apresenta igualmente custos de exploração relativamente elevados (48 €/kWe). A análise dos custos de exploração pode revelar a importância dos custos fixos para as fileiras carvão, nuclear e eólica. Paralelamente, os custos de investimento para os modos clássicos de produção são, de acordo com a Agência Internacional de Energia, de aproximadamente 1600 €/kWh para a energia nuclear, contra 1200 €/kWh para o carvão, 600 € para o gás (ciclo combinado) e 300 € para o fuelóleo.

Além disso, a fileira eléctrica apresenta a particularidade de internalizar uma parte dos custos ambientais que provoca. Assim, as emissões atmosféricas das centrais térmicas clássicas estão hoje em dia sujeitas a limites, nomeadamente para o SO<sub>2</sub> e o NO<sub>x</sub>. A parte dos custos ligados à protecção do ambiente está estimada entre 12 e 32% do custo total de produção na fileira carvão e em menos de 9% na fileira gás.

A nível dos territórios nacionais, a importância relativa dos custos de investimento, de exploração e de combustível determina largamente o modo de utilização das diferentes técnicas de produção, cuja estrutura varia. Ora, no caso das regiões ultraperiféricas, esta escolha não é possível. A única alternativa à produção de electricidade em centrais térmicas clássicas é o recurso a energias renováveis, ainda hoje dispendiosas em termos de investimento e pouco fiáveis em termos de segurança.

Sem ter em conta o impacto das economias de escala, observam-se, para a França (dados EDF), as diferenças seguintes entre os diferentes modos de produção:

Quadro 20: Estimativa da estrutura dos custos da produção eléctrica

	Investimento	Exploração	Combustível
Hidráulica	90%	10%	0%
Eólica	80%	20%	0%
Nuclear	60%	16%	24%
Carvão	40%	20%	40%
Gás CC	30%	10%	60%
Gás TC	10%	5%	85%

Fonte: EDF Trading Limited

Por último, independentemente do país considerado, a produção centralizada permite tirar partido das economias de escala e favorece a utilização de meios de produção cujos custos de investimento são elevados.

No âmbito de uma produção descentralizada, como no caso das regiões ultraperiféricas, as economias de escala insuficientes acentuam o peso dos encargos fixos. Assim, e não tendo em conta os benefícios ambientais das energias renováveis e das economias de rede, a produção descentralizada de electricidade não é competitiva em relação às tecnologias clássicas. Os custos indirectos em matéria de securização dos abastecimentos são elevados. Essa produção constitui contudo, no caso das regiões ultraperiféricas, o único meio para fornecer electricidade a esses territórios isolados, bem como aos consumidores isolados em cada região.

A jusante: abastecimento e distribuição

Em geral, para qualquer tipo de produção, os custos fixos ligados às redes de distribuição normalizadas são muito importantes.

Em primeiro lugar, vários condicionalismos físicos e tecnológicos afectam o transporte e a distribuição de electricidade. As redes de distribuição são, em geral, cedidas pelas autarquias locais. A dificuldade de gestão da rede eléctrica reside essencialmente na capacidade de manter permanentemente um equilíbrio entre a oferta e a procura. Os gestores da rede de transporte (GRT) contactam em tempo real as instalações dos produtores e as fontes de importação. Tratam as congestões que surgem na rede e prevêm as perdas. Asseguram igualmente o trânsito de electricidade entre os países limítrofes.

Os custos de transporte são principalmente custos de investimento ligados à dimensão da rede, que está dimensionada em função da densidade do consumo, e à localização das unidades de produção em relação às principais zonas de consumo. Os condicionalismos ambientais e paisagísticos pesam sobre os custos de construção das linhas.

Embora os custos de exploração das redes de transporte sejam hoje pouco elevados nos Estados a que as regiões ultraperiféricas pertencem, são bastante importantes nestas regiões. Não constituem contudo uma forte proporção dos sobrecustos totais incorridos pelos operadores, cuja maioria é constituída pelos sobrecustos ligados à produção.

Os condicionalismos específicos no caso das regiões ultraperiféricas são relativos:

- à importação de materiais de construção,
- à construção das linhas de alta tensão sujeitas a condições climáticas difíceis,
- à segurança e à manutenção das linhas.



Por exemplo, os postes utilizados para as linhas electrificadas devem ser de maior diâmetro e as fundações mais profundas que na Europa continental.

Os custos de distribuição são integrados pelos gestores da rede de distribuição (GRD) na facturação ao utilizador final, sem que seja possível conhecer precisamente a sua repartição entre a parte fixa e a parte variável do preço.

#### Impacto sobre os preços

Ao contrário das energias primárias, a formação do preço da electricidade é pouco tributária de considerações geopolíticas. Em contrapartida, a fileira eléctrica é marcada por fortes condicionalismos técnicos que influenciam a escolha do aparelho de produção e pesam sobre a cadeia custos. A electricidade apresenta nomeadamente a particularidade de não poder ser armazenada. Devido a esta concorrência entre os modos de produção mobilizáveis, a cadeia dos custos na fileira eléctrica depende largamente, a montante, das escolhas tecnológicas dos produtores e da evolução dos custos das energias primárias e, a jusante, dos problemas de congestão da rede.

A perequação tarifária permite, além disso, repartir pelo conjunto dos consumidores os sobrecustos relativos às regiões ultraperiféricas.

### 4.2.3 Sector das telecomunicações

O sector das telecomunicações é afectado pela acumulação e a combinação de várias deficiências exógenas e endógenas, nomeadamente:

- a componente afastamento e isolamento,
- as condições naturais,
- a reduzida capacidade concorrencial da oferta, nomeadamente no mercado grossista,
- a estreiteza e a organização geográfica.

O factor "afastamento" em relação aos países de que as regiões dependem, mais forte nos departamentos franceses ultramarinos, é especialmente penalizante e está na origem de sobrecustos importantes. Com efeito, o afastamento torna necessário o recurso a cabos submarinos de longo alcance para as comunicações nacionais intercontinentais. Os investimentos necessários para instalar estes cabos são muito elevados. Além disso, ainda que os preços das ligações intercontinentais tenham tido tendência para baixar nos últimos anos, continuam a ser muito importantes no caso das regiões que têm tráfegos modestos e dificilmente rentabilizáveis (ao contrário de certas "auto-estradas", como as ligações interestatais ou a ligação Europa-Estados Unidos). O recurso alternativo a ligações de satélite continua a ser, além disso, muito caro. Trata-se, por conseguinte, de um elemento objectivo de diferenciação em relação à situação no continente europeu e, além disso, do principal elemento gerador de sobrecustos.

Em matéria de alto débito, o facto é também que o essencial do tráfego das RUP é internacional. De acordo com as medições efectuadas, apenas cerca de 5% do tráfego Internet permanece no interior de cada entidade regional. Além disso, os sistemas técnicos instalados tornam obrigatória a passagem pelo país a que as regiões pertencem para as comunicações internacionais (ausência de comutadores internacionais no território regional) e mesmo para as comunicações internas na região (exemplo da RENATER). Embora existam soluções alternativas ao repatriamento do tráfego para o continente que podem ter um custo menor (GIX, por exemplo), essas soluções entram sempre como um sobrecusto na equação económica.

Ao factor do afastamento, acresce o do isolamento. A baixa densidade das ligações de telecomunicações que resulta deste isolamento das regiões acentua a deficiência constituída pela distância. Além das dificuldades de rentabilização das ligações (ver supra), surgem problemas em caso de avaria. Devido à escassez das ligações, não é facilmente possível o desvio para ligações alternativas, como é frequentemente o caso no continente, muito bem dotado dessas ligações. Nas RUP, recorre-se geralmente a caminhos de acesso; quando existem cabos (exemplos da Madeira ou das Canárias), estes nem sempre são utilizáveis devido a razões técnicas (ausência de ponto de amarração no território regional), jurídicas ou comerciais (estratégias dos operadores). É necessário, por conseguinte, prever soluções de segurança ou de back up: construir novos cabos alternativos para duplicar as ligações, multiplicar as soluções tecnológicas (cabo + satélite) ou, ainda, rodear-se de garantias, o que também tem o seu custo.

A insularidade, acentuada pela situação de arquipélago, e a fragmentação territorial ligada às condições biogeológicas (presença de territórios infra-regionais que constituem enclaves nas zonas montanhosas ou de floresta) constituem dificuldades suplementares para a instalação das redes e dos serviços de telecomunicações nos territórios das RUP. É com efeito necessário multiplicar as ligações e os equipamentos conexos para abrir o acesso às ilhas e zonas isoladas: estações satélite, feixes hertzianos ou ligações submarinas inter-ilhas (e estações de amarração).

Além disso, as características de relevo exigem uma maior utilização de materiais (por exemplo, multiplicação das antenas de rádio para a telefonia móvel, para reduzir as zonas de sombra numerosas nas zonas alcantiladas). Há também que ter em conta os custos mais elevados dos trabalhos preparatórios (construção de valas, por exemplo) ou para aceder a "desvios" ou zonas encravadas.

O factor climático e biológico (forte humidade e calor, animais particularmente destrutivos, vegetação tropical invasora) obriga a investimentos na realização de tratamentos preventivos (postes, por exemplo) e na manutenção e reparação das redes. Estes tratamentos têm frequentemente que ser realizados na Europa continental.

Finalmente, os riscos naturais implicam sobrecustos ligados à compra de material específico, adaptado a condições extremas (por exemplo, equipamentos BLR que resistem às chuvas tropicais), à segurança preventiva, à manutenção regular, à necessidade de fazer face a reparações frequentes e ao custo dos seguros.

Em conclusão, estes factores exógenos tornam necessário prever investimentos mais importantes para a construção, a manutenção e a segurança de materiais e das redes (que não são rentabilizados devido às características dos mercados).

No caso dos factores endógenos, as RUP são caracterizadas por uma dupla limitação:

- A limitação da oferta (situação concorrencial limitada): esta manifesta-se em primeiro lugar nos mercados grossistas. Para as RUP, a situação de monopólio de facto dos operadores históricos em relação às ligações intercontinentais e a sua posição extremamente dominante em relação às ligações infra-regionais limitaram as possibilidades de desenvolvimento nos mercados retalhistas. Observa-se um nível de concentração muito mais elevado da oferta nos mercados finais, com operadores históricos que detêm nomeadamente mais de 80% dos acessos ADSL: no fim 2004, as partes de mercado eram respectivamente de 81% para a France Télécom em média para os 4 DOM, 80% para a Telefónica nas Canárias e mais de 90% para a Portugal Telecom na Madeira e nos Açores.
- A limitação da procura (dos mercados): os mercados são reduzidos em volume. Com excepção das Canárias, a população de cada RUP não ultrapassa a de uma grande cidade. Os mercados alvo dos operadores são assim reduzidos. O mercado das empresas oferece, por seu lado, perspectivas restritas (mercado de EMP, fracamente consumidores de TIC, a fortiori de TIC de valor acrescentado).

Além disso, estes mercados são muito concentrados geograficamente. A população está concentrada em alguns locais, enquanto o restante do território está quase "desértico". Aceder a estas zonas pouco densas tem um custo elevado, sendo no entanto por vezes uma passagem obrigatória para os operadores se estes quiserem expandir os seus mercados (para além das obrigações de serviço universal).

A tradução destes sobrecustos das comunicações electrónicas ligados tanto às deficiências estruturais como aos factores endógenos acima identificados é diferente consoante as RUP. Com efeito, os condicionalismos não foram apreendidos da mesma maneira pelos poderes públicos.

Nas RUP ibéricas, os poderes públicos decidiram aplicar o princípio de continuidade tarifária dos preços entre o continente e as ilhas para os utilizadores finais, em relação ao conjunto dos serviços (fixo, móvel, alto débito). Nas Canárias, constatam-se mesmo tarifas inferiores às observadas no continente espanhol devido a uma taxa reduzida do IVA. Resultam nomeadamente desta situação taxas médias de cobertura dos serviços de telecomunicações - telefonia móvel, Internet de baixo débito e de alto débito – comparáveis ou mesmo superiores (exemplo do alto débito na Madeira) às do país de origem.

Dito isto, se não existem tarifas discriminatórias nas RUP ibéricas, existem discriminações em termos de qualidade e segurança dos serviços. Com efeito, devido aos preços grossistas das ligações intercontinentais para os operadores (elevados por estarem em grande parte ligados à distância e acentuados pelo monopólio de facto dos operadores históricos proprietários destas ligações, não obstante uma certa redução imposta pelos reguladores nacionais), estes são obrigados a alinhar as suas tarifas de retalho pelas da "mainland", embora os seus custos de funcionamento sejam superiores.

No imediato, estes diferenciais entre os custos suportados pelos operadores e as tarifas de retalho impostas põem os operadores "sob pressão". De forma sem dúvida paradoxal, esta continuidade tarifária tem, por conseguinte, efeitos negativos, ou mesmo perversos, para (1) a qualidade dos serviços oferecidos (limitação da gama dos serviços oferecidos, deterioração da qualidade), (2) a segurança das comunicações e (3) o desenvolvimento e o funcionamento da concorrência nestas regiões.

Com efeito, constatou-se o desaparecimento progressivo dos operadores alternativos que tinham tido a intenção de progredir a nível regional: alguns muito simplesmente retiraram-se; outros propõem as suas ofertas através de revendedores; outros ainda desenvolveram uma estratégia de nichos orientada para as grandes receitas e as zonas densas. Em resultado disto, o mercado da oferta concentrou-se, geralmente para benefício dos operadores históricos que, por conseguinte, se encontram de novo numa situação de monopólio de facto. Além disso, no futuro, a sua situação hoje difícil poderia tornar-se insustentável. Se o consumo de banda passante aumentar, se os preços no continente continuarem a diminuir devido ao desenvolvimento da concorrência, as margens já baixas poderão diminuir ainda mais dado que os sobrecustos dos circuitos submarinos serão demasiadamente pesados. Além disso, estes condicionalismos limitam o potencial, ou pelo menos as ambições, de novos operadores alternativos susceptíveis de se interessar por estes mercados. Constituem, por conseguinte, obstáculos à entrada para novos operadores alternativos potenciais e, ao mesmo tempo, um factor de limitação da renovação e da extensão das redes, da implantação dos serviços e da melhoria das condições de acesso para os consumidores.

Nas RUP francesas, o princípio de continuidade tarifária não existe. Os sobrecustos são repercutidos em grande parte sobre os utilizadores finais, o que se traduz por tarifas de telecomunicações mais elevadas para a população dos departamentos franceses ultramarinos que para a população do continente (comunicações de longa distância, comunicações internacionais e, sobretudo, alto débito). A consequência directa é a fraca taxa de penetração do alto débito em comparação com a taxa da metrópole. A constatação suplementar nos departamentos franceses ultramarinos é de que não somente as tarifas são discriminatórias, mas que além disso as condições de qualidade e de segurança são igualmente deficientes.

Assim, tanto nos departamentos franceses ultramarinos como nas RUP ibéricas, os sobrecustos têm efeitos negativos para a qualidade e a segurança dos serviços propostos.

A limitação da qualidade dos serviços propostos traduz-se por:

- uma gama de ofertas-catálogo muito mais limitada que nos países de origem (limitação dos débitos propostos para o grande público – a 512 Kpbs - e o sector profissional – a 1 Mbps (a partir daí os preços saem do catálogo e são muito elevados);
- ofertas comerciais degradadas para propor tarifas "atraentes" (falsa oferta "ilimitada" e imposição de limites máximos de telecarregamento);
- qualidade de serviço degradada devido a uma taxa de contenção frequentemente mais elevada (diferenças importantes entre os débitos vendidos e os débitos efectivos);
- disparidades territoriais importantes: fraca implantação das redes e dos serviços para além dos mercados cativos constituídos pelos grandes centros urbanos e as principais ilhas dos arquipélagos.

Além disso, devido aos custos elevados dos investimentos para modernizar as redes e os materiais, para os tornar seguros e mesmo para garantir uma manutenção de qualidade (cf. problema de grande vetustez nas ilhas portuguesas nomeadamente), as RUP são confrontadas com problemas de avarias frequentes nas ligações intercontinentais, bem como nas redes infra-regionais (cortes, lentidão dos débitos).

## D. Constituição de um quadro analítico que permita a avaliação das medidas de política pública aplicáveis para reduzir os efeitos das deficiências

### 1. Apresentação da abordagem

A presente parte tem por objecto a constituição de um quadro analítico que permita a avaliação das medidas de política pública aplicáveis para reduzir os efeitos das deficiências específicas das regiões ultraperiféricas.

A análise que se segue, que se inscreve no prolongamento das partes precedentes, estabelece condições de aplicação de certas medidas de política pública em função das variáveis e dos sobrecustos visados e dos efeitos potenciais – positivos ou negativos – destas medidas.

Assim, a partir de uma tipologia das medidas em prol das regiões ultraperiféricas existentes, a nível comunitário, é efectuado um estudo dos seus principais efeitos em termos de eficiência e de equidade. Este estudo tem por objectivo identificar os efeitos genéricos favoráveis a um crescimento equilibrado e endógeno das regiões ultraperiféricas e igualmente os efeitos que poderiam, pelo contrário, obstruir esse crescimento ou provocar desequilíbrios em termos de distribuição dos rendimentos e dos frutos do crescimento a nível das pessoas e dos territórios.

São analisadas seguidamente medidas específicas, aplicadas a cada sobrecusto do catálogo atrás constituído e que actuam sobre os efeitos das deficiências exógenas ou sobre as próprias deficiências endógenas. São-lhes atribuídos três objectivos:

1. Neutralizar os sobrecustos ou evitar a sua formação;
2. Compensar os sobrecustos;
3. Melhorar as condições de exploração dos intervenientes socioeconómicos das regiões ultraperiféricas que não conduzem necessariamente à compensação de sobrecustos ou ao desaparecimento destes, mas que podem alterar a intensidade de certos efeitos (efeitos da dimensão, da concentração dos mercados ou dos obstáculos à entrada).

Estas medidas podem constituir acções directas que têm por objectivo compensar financeiramente as deficiências de competitividade que afectam as RUP ou acções indirectas que visam dotar as regiões dos meios e dos recursos que lhes permitam superar os condicionalismos naturais com que são confrontadas.

Tal subentende que, para cada sobrecusto considerado, podem ser aplicadas distinta e por vezes simultaneamente medidas compensatórias, medidas de desenvolvimento ou, ainda, medidas aparentadas a obstáculos à entrada.

São, por último, propostos indicadores com o objectivo de avaliar a aplicação destas medidas em termos de realização e de resultado.

## 2. Análise dos efeitos das medidas existentes

### 2.1. Intervenção pública em prol das RUP: tipologia das principais medidas existentes

Entre as medidas de política pública comunitária existentes e em função dos objectivos que prosseguem, são identificadas três categorias de medidas: os obstáculos à entrada, as políticas de compensação e as políticas de desenvolvimento. É importante notar que as medidas de política pública nacionais ou regionais se integram igualmente nestas categorias.

#### Ø Os obstáculos à entrada:

Estes obstáculos abrangem as tarifas e encargos de efeito equivalente, bem como os contingentes e as medidas de efeito equivalente. Esta categoria inclui apenas instrumentos de política económica de conteúdo estritamente regulador que podem permitir a certas entidades não ficar sujeitas à legislação aplicável. Estes instrumentos constituem, maioritariamente, medidas unidireccionais ou assimétricas, que apenas abrangem, em geral, o fluxo de entrada das mercadorias que são objecto dos referidos encargos.

Certos encargos indirectos específicos são aplicados nas regiões ultraperiféricas. Entre estes, podem-se citar o AIEM e o "Octroi de mer". O imposto AIEM (Arbitrio sobre las Importaciones y Entregas de Mercancías) é um imposto que onera as entregas de mercadorias às ilhas Canárias pelos produtores de bens e as importações de mercadorias similares. O valor tributável das mercadorias importadas está ligado ao valor aduaneiro e o das mercadorias entregues está ligado ao montante total das prestações (Comunidades Europeias, 2002). O "Octroi de mer" é um imposto sobre o consumo local nos departamentos ultramarinos, que incide tanto nas mercadorias que vêm do exterior como nas mercadorias produzidas localmente, em relação à Guiana, às Antilhas e à Reunião.

Estes encargos destinam-se a favorecer o desenvolvimento económico e o emprego nestas regiões (Comunidades Europeias, 2004) e, caso as produções locais sejam tributáveis, o "Octroi de mer" aplicado às produções locais é inferior ao aplicado às produções vindas do exterior.

#### Ø As políticas de compensação:

De um modo geral, os instrumentos de compensação directa dos sobrecustos destinados a reduzir as despesas correntes das empresas (e nomeadamente os custos variáveis) devem ser considerados como auxílios ao funcionamento. As regras comunitárias permitem conceder este tipo de auxílios em condições muito estritas. No caso particular das regiões ultraperiféricas, e para os auxílios que entram no âmbito de aplicação das orientações comunitárias relativas aos auxílios estatais com finalidade regional, os auxílios destinados a compensar os sobrecustos de transporte podem derrogar às condições gerais, da mesma forma que os auxílios destinados a compensar os outros factores de sobrecustos reconhecidos pelo Tratado. Incumbe neste caso ao Estado-Membro em causa medir a importância dos custos adicionais e estabelecer a relação com os factores descritos no nº 2 do artigo 299º. Estes auxílios devem então ser proporcionais aos custos considerados e justificados em função da sua contribuição para o desenvolvimento regional.

Estas medidas são instituídas pelos Estados-Membros através, nomeadamente, dos auxílios estatais de finalidade regional. O programa de compensação dos sobrecustos que tem por objectivo a redução dos efeitos das deficiências específicas das regiões ultraperiféricas tal como enumeradas no nº 2 do artigo 299º do Tratado de Amesterdão entrará nesta categoria de intervenção.

No que respeita ao sector agrícola e ao da pesca, diversas medidas têm directamente por objectivo compensar certos sobrecustos incorridos pelos intervenientes destas regiões:

- o ajudas à importação dos animais reprodutores (sobrecusto de transporte e outros),
- o ajudas ao transporte do açúcar (sobrecusto de transporte, expedição e outros),
- o ajudas dos regimes específicos de abastecimento (sobrecusto do transporte e insularidade),
- o ajuda à realização de contratos de campanha para a exportação de produtos tropicais (sobrecusto de transporte, expedição e outros),
- o ajudas para a armazenagem do queijo (sobrecusto de armazenagem),
- o ajudas à comercialização dos produtos da pesca (conjunto dos sobrecustos da fileira),
- o etc.

Ø As políticas de desenvolvimento:

As políticas de desenvolvimento ou acções específicas são ajudas financeiras e estruturais destinadas a favorecer um desenvolvimento autónomo e sustentável das economias ultraperiféricas.

A maior parte destas acções é financiada pelos fundos estruturais, o Fundo de Coesão, o FEOGA-Orientação e o IFOP, abrangendo os seguintes domínios:

- o infra-estruturas para a educação,
- o redes de infra-estruturas de transporte,
- o redes de infra-estruturas para as energias,
- o telecomunicações e sociedade da informação,
- o investigação & desenvolvimento, tecnologias e inovação,
- o PME (ajudas ao investimento),
- o ordenamento e desenvolvimento do território,
- o cooperação inter-regional,
- o etc.

Podem-se designadamente citar as ajudas seguintes:

- o ajudas à criação de infra-estruturas de comunicação (telecomunicações/transportes),
- o ajudas à inovação,
- o ajudas à cooperação.

No que respeita, por exemplo, ao domínio dos transportes, refira-se o programa Marco Polo, relativo à transferência do tráfego rodoviário para o tráfego marítimo (transporte intermodal). Contudo, já que as regiões ultraperiféricas são caracterizadas por sistemas de transporte mono e bimodal (monomodal para o transporte das pessoas e bimodal para o transporte de mercadorias) e dado o grande afastamento geográfico do continente, o impacto da transferência de tráfego da estrada para o mar é apenas marginal.

Outros instrumentos comunitários como os fundos estruturais e o Fundo de Coesão para a Espanha e Portugal permitem o financiamento de certas infra-estruturas no domínio dos transportes.

Estes três tipos de medidas destinam-se em primeiro lugar a reduzir os efeitos das deficiências exógenas que caracterizam as regiões ultraperiféricas. O conjunto destas medidas pode ser analisado em função de objectivos de desenvolvimento económico a longo prazo. Através de acções específicas, estas medidas procuram, com efeito:

- o acelerar o processo de recuperação e convergência económica das regiões ultraperiféricas em relação média à comunitária,
- o estabelecer a igualdade de oportunidades das regiões ultraperiféricas em relação ao resto da União Europeia,
- o permitir a estas regiões valorizar os seus pontos fortes e reforçar a sua competitividade.

É igualmente visando componentes económicas de ordem endógena, como a diversificação das actividades económicas e a vulnerabilidade, a inserção regional, os obstáculos à entrada, o capital humano, etc., que estas medidas podem ser consideradas.

Retemos assim dois níveis principais de intervenção, determinados em função da natureza das deficiências consideradas:

- o agir sobre os efeitos das deficiências exógenas: estas deficiências, como as situações insulares ou o afastamento, não podem ser visadas directamente, mas a redução dos seus efeitos sobre a actividade económica é possível através de uma intervenção pública;
- o agir sobre as deficiências endógenas propriamente ditas: pela sua natureza, as deficiências endógenas são directamente modificáveis. Assim, a falta de inserção regional, a estreiteza dos mercados ou ainda a existência de obstáculos à entrada constituem deficiências que podem ser reduzidas por meio de medidas políticas discricionárias e reguladoras.

Através destes dois tipos de acção, é possível agir directa ou indirectamente sobre os próprios sobrecustos através de medidas de políticas públicas.

Além dos critérios relativos às deficiências verificadas nas regiões ultraperiféricas, a escolha do nível de intervenção e o seu modo são igualmente determinados em função do modelo de desenvolvimento escolhido para as regiões. Dependem também dos objectivos de eficiência e equidade, bem como dos efeitos a longo prazo, que estas mesmas medidas são susceptíveis de gerar. Estes desafios são em seguida analisados.



## 2.2. Análise dos efeitos destas medidas em termos de eficiência e de eficácia

### 2.2.1. Paradigmas escolhidos

Num contexto ideológico e orçamental menos favorável à reserva no domínio da utilização das políticas económicas, observa-se uma tendência geral para a exigência de uma maior transparência no âmbito da intervenção pública.

Paralelamente, levanta-se a questão da continuidade, da durabilidade e do risco de justaposição de numerosos instrumentos específicos. No âmbito específico das regiões ultraperiféricas acrescenta-se a vontade de gerir melhor o conjunto destes instrumentos, tão proximamente quanto possível dos interesses das regiões em causa e do resto dos Estados-Membros da União Europeia.

Do mesmo modo, quer se refiram ao desenvolvimento económico no sentido estrito, ao ordenamento do território ou ainda à inovação e à investigação, as medidas de política pública são analisadas e avaliadas a fim (i) de apreciar os seus resultados e (ii) de justificar a sua adequação em relação aos objectivos definidos, aos resultados previstos e aos meios utilizados. São tidos igualmente em conta os efeitos a longo prazo e as especificidades regionais que se enquadram no seu âmbito de aplicação.

Neste contexto, é possível fazer uma distinção entre dois objectivos principais que orientam a escolha e a elaboração de uma medida de política pública: a eficiência, por um lado, e a equidade, por outro lado.

A noção de eficiência do sistema geral segue uma lógica de estímulo do crescimento. Abrange os princípios que se seguem.

- o A eficiência na afectação dos recursos ou eficiência alocativa, que passa por uma optimização da utilização dos factores de produção e mais especificamente por:
  - § uma afectação dos recursos (financeiros, humanos, etc.) para as produções mais rentáveis e as que respondem melhor às necessidades do mercado (eficiência interna). O princípio de afectação óptima dos recursos enquadra-se na corrente neoclássica, nomeadamente nas teorias do equilíbrio geral (Arrow-Debreu). Quando os recursos são afectados da maneira mais eficiente possível, o mercado encontra-se na situação designada por Ótimo de Pareto;
  - § um aumento da concorrência que provoca o desenvolvimento das empresas mais competitivas e a saída do mercado das empresas menos eficientes (eficiência externa). As tendências clássica, neoclássica e ultraliberal aceitam este princípio;
  - § a redução dos efeitos negativos criados pela actividade económica ou por características específicas de zona considerada, como os problemas de congestão subsequentes às dificuldades de mobilidade dos factores de produção. Estes problemas são em parte tratados pelas teorias da nova geografia económica.

A procura de uma afectação mais eficiente foi, durante as duas últimas décadas, frequentemente invocada pelos poderes públicos que desejam criar um ambiente favorável ao desenvolvimento das empresas graças à abertura dos mercados, à desregulação e à luta contra as práticas restritivas e os abusos de posição dominante.

- o A eficiência produtiva, que passa essencialmente pela melhoria da competitividade das empresas e, em especial, por:
  - § uma melhoria das condições de produção através de uma minimização dos custos de produção num determinado estado da tecnologia. Trata-se aqui de uma procura de rentabilidade graças à racionalização da produção. Estes fenómenos são estudados principalmente no âmbito dos modelos de organização do trabalho, gestão e estratégia de gestão;
  - § o aumento do ritmo de transformação dos recursos e a incorporação de um maior valor acrescentado aos bens e serviços produzidos, tal como foi preconizado pelas últimas correntes das teorias do desenvolvimento;
  - § a aquisição de uma competitividade ligada a certas produções novas ou a uma especialização em certos nichos de actividade.
- o A eficiência dinâmica, perceptível a longo prazo, explicada pelas teorias do crescimento endógeno (Romer, Lucas e Helpman) e por economistas como Hirschman ou Perroux, que provém principalmente:
  - § da exploração de economias de escala, a fim de beneficiar de rendimentos crescentes e conseguir um crescimento autónomo;
  - § da criação de externalidades positivas, como os spillovers, os fenómenos de sinergias ou ainda os efeitos de aprendizagem;
  - § da melhoria das capacidades de inovação, da absorção de novas tecnologias e da criação de novos produtos, acompanhadas de um crescimento da produtividade no tempo.

É importante notar que a concentração dos mercados pode por vezes dificultar, ou mesmo impossibilitar, a prossecução simultânea destes três tipos de eficiência. Assim, promover as componentes produtiva e dinâmica pode conduzir à criação de empresas hegemónicas cujas políticas pautais correm o risco de afectar a eficiência alocativa. O favorecimento desta última é, pelo contrário, susceptível de enfraquecer as duas outras quando a promoção da eficiência produtiva e da eficiência dinâmica exigir o surgimento de firmas grande dimensão.

A avaliação das políticas públicas não pode contudo limitar-se a uma abordagem em termos de eficiência e de optimização económica. Uma análise completa requer que sejam tidos em conta os efeitos socioeconómicos e a equidade da intervenção escolhida.

A melhoria da equidade do sistema implica que os efeitos da intervenção, em matéria de rendimento ou emprego, se repercutam de forma equilibrada pelos territórios e/ou as pessoas. Tal pode apreciar-se através:

- o de uma melhoria do bem-estar dos indivíduos. Esta melhoria provém geralmente de um aumento do poder de compra, devido nomeadamente a uma descida dos preços e/ou a um aumento dos rendimentos (salários ou transferências públicas).

Estes conceitos reportam-se directamente aos modelos neoclássicos (Walras, Pareto);

- o uma distribuição equilibrada do crescimento entre empregos e rendimentos: os frutos do crescimento devem ser repartidos equitativamente entre os lucros, os rendimentos e o investimento. Esta problemática foi tratada nomeadamente por Keynes e os seus sucessores;
- o a manutenção da coesão territorial, que se aparenta a uma distribuição espacial equilibrada da actividade económica, principalmente através das medidas de ordenamento do território e das medidas de política regional. Estes aspectos são abordados pelas teorias da nova geografia económica, nomeadamente através dos desafios e dos riscos ligados ao desenvolvimento de infra-estruturas de transporte.

Há que notar que o princípio da equidade foi objecto de críticas frequentes, segundo as quais os esforços empreendidos para reduzir as disparidades entre territórios ou entre pessoas deviam ser reorientados para objectivos de eficiência e de crescimento global.

É nomeadamente o caso do relatório Sapir, encomendado em 2002, que teve por objectivo passar em revista o conjunto dos instrumentos económicos comunitários e avaliar se estes constituíam instrumentos de governação económica adaptados no contexto do alargamento da União Europeia. Estas problemáticas tinham anteriormente sido abordadas no relatório Padoa-Schioppa (1986) intitulado "Eficiência, estabilidade e equidade", que tinha sido utilizado no âmbito da reforma dos fundos estruturais em 1988.

Estes dois relatórios colocaram, de maneira diferenciada, as questões seguintes: o poder redistributivo das autoridades públicas pode destacar-se da qualidade das transferências propriamente ditas e da sua eficiência económica? As políticas de desenvolvimento regional que visam a equidade ou a coesão territorial são preferíveis a um estímulo dos grandes centros de crescimento económico?

Através destas interrogações, põe-se a questão da interdependência ou mesmo da contradição entre os critérios de eficiência e de equidade. Assim, cenários sobre a evolução de uma situação macroeconómica, integrando estes critérios, demonstram que uma pulverização das ajudas, resultante de um desejo de equidade, nem sempre permite atingir níveis de eficiência alocativa ou dinâmica satisfatória em termos de crescimento do PIB. Pelo contrário, a procura exclusiva de uma maior eficiência apenas através do apoio às bacias económicas mais desenvolvidas contribui, certamente, para o crescimento do PIB, mas pode ter consequências sociais que não poderiam ser ignoradas (penúria de alojamentos e insalubridade, descontinuidade territorial, empobrecimento das zonas periféricas, problemas de segurança, etc.).

Assim, é importante considerar a análise dos desafios dos três tipos de política pública até agora aplicados às regiões ultraperiféricas segundo os dois ângulos da eficiência e da equidade, ainda que, ultrapassando o simples quadro da análise económica, a escolha entre estes objectivos acabe por ser uma escolha ideológica e/ou política.

### 2.2.2. Desafios em termos de eficiência e equidade das políticas públicas aplicadas às regiões ultraperiféricas

Os desafios e impactos das medidas decorrentes de obstáculos à entrada, políticas de compensação e políticas de desenvolvimento são analisados através do quadro que se segue.

Este quadro apresenta, para cada tipo de medida, as informações seguintes:

- o os objectivos iniciais;
- o as principais variáveis visadas;
- o os desafios - positivos e negativos - em termos de eficiência alocativa, produtiva e dinâmica e de equidade.

Estudo sobre a identificação e estimativa dos efeitos quantificáveis das deficiências específicas das regiões ultraperiféricas e das medidas aplicáveis para reduzir estas deficiências

Tipologia dos modos de intervenção			Impacto em termos de eficiência do sistema geral		
Tipo de medida	Objectivo inicial	Principais variáveis visadas	Eficiência alocativa	Eficiência produtiva	Eficiência dinâmica
Obstáculos à entrada	Protecção das actividades mais expostas a uma concorrência proveniente de mercados externos	Dimensão do mercado	-- Podem surgir no mercado distorções de concorrência que podem travar o surgimento de uma dotação factorial óptima (eficiência interna). As medidas proteccionistas mantêm certas actividades economicamente não viáveis (eficiência externa)	- Este tipo de medida não actua sobre a melhoria da produção nem sobre a racionalização dos custos. A fraca concorrência resultante deste tipo de proteccionismo não conduz a que as empresas organizem mais eficazmente a sua produção	- Este tipo de medida não tem impacto em termos de melhoria das economias de escala e não favorece a inovação. Além disso, os impostos sobre os bens de equipamento podem, a longo prazo, ser nefastos para o crescimento (impossibilidade de mudar de tecnologia)
Políticas de compensação	Redução dos efeitos das deficiências específicas das regiões ultraperiféricas	Embora as variáveis horizontais visadas dependam do tipo de ajuda considerado, a variável mais frequentemente visada é a acessibilidade	+ Em termos de eficiência interna, estas medidas permitem atribuir recursos financeiros até então imobilizados por rubricas não compensadas - Em termos de eficiência externa, o impacto sobre as condições de mercado é, em contrapartida, mais dificilmente perceptível: certas actividades podem assim ser mantidas artificialmente	+ A produção e a competitividade aumentam graças à compensação de certos sobrecustos verificados no processo de produção	+ Certas ajudas destinadas a melhorar o acesso a um grande mercado permitem às empresas locais beneficiar de economias de escala - O recurso sistemático a medidas de compensação pode provocar, a prazo, um comportamento de dependência económica que diminui a capacidade empresarial ou o potencial de inovação
Políticas de desenvolvimento	Redução das deficiências específicas das regiões ultraperiféricas ou compensação dos seus efeitos	As variáveis horizontais visadas dependem do tipo de política considerado	+ O desenvolvimento das infra-estruturas conduz a uma redução dos problemas de congestão. Assim, a eficiência alocativa interna aumenta, pois as empresas podem utilizar os recursos até então imobilizados (por exemplo, o preço dos bens imóveis)	+ Certas políticas (ex. infra-estruturas) contribuem para melhorar as condições de exploração das empresas e a sua competitividade	++ O efeito, em termos de desenvolvimento do capital humano, de inovação e de investimento é fortemente positivo. Estão também reunidas as condições necessárias para a criação de externalidades positivas
Tipologia dos modos de intervenção			Impacto em termos de equidade		
Tipo de medida	Objectivo inicial	Principais variáveis visadas	Aumento do bem-estar	Crescimento ou aumento do rendimento equitativamente repartidos	Manutenção da coesão territorial
Obstáculos à entrada	Protecção das actividades mais expostas a uma concorrência proveniente de mercados externos	Dimensão do mercado	- Os impostos sobre os produtos importados levam a um aumento dos preços de venda desses produtos e, por consequência, a uma diminuição do poder de compra dos consumidores	- As margens obtidas pelas empresas locais não são necessariamente equitativamente repartidas + Os fundos recebidos pelas autoridades públicas podem ser utilizados com um objectivo de equidade socioeconómica (transferências sociais)	+ Os fundos recebidos pelas autoridades públicas podem ser atribuídos a projectos de ordenamento do território
Políticas de compensação	Redução dos efeitos das deficiências específicas das regiões ultraperiféricas	Embora as variáveis horizontais visadas dependam do tipo de ajuda considerado, a variável mais frequentemente visada é a acessibilidade	+ As medidas compensatórias podem constituir uma fonte complementar de rendimento para os produtores - Os intervenientes socioeconómicos não repercutem necessariamente sobre os preços os ganhos decorrentes do sistema de compensação. A existência prévia de um ambiente concorrencial é, pois, primordial	- O efeito em termos de repartição dos recursos depende directamente dos sectores e dos sobrecustos em causa e das repercussões inter-sectoriais	+ Quando os auxílios estatais com finalidade regional se destinam aos serviços de interesse económico geral, o impacto em termos de continuidade e de equilíbrio territorial é positivo
Políticas de desenvolvimento	Redução das deficiências específicas das regiões ultraperiféricas ou compensação dos seus efeitos	As variáveis horizontais visadas dependem do tipo de política considerado	+ É difícil avaliar estas políticas através do estrito conceito de bem-estar do consumidor + Quando as políticas visam o desenvolvimento de infra-estruturas públicas, pode notar-se um impacto positivo sobre o bem-estar dos habitantes	- Estas políticas não se destinam a agir sobre a repartição do crescimento e dos aumentos de rendimento	+ As políticas em favor do desenvolvimento do capital humano, das infra-estruturas e dos serviços de interesse económico geral favorecem a manutenção da coesão territorial - O desenvolvimento de infra-estruturas inter-regionais permite às empresas continentais penetrar nos mercados periféricos e fazer forte concorrência às empresas locais, nomeadamente em relação às produções com rendimentos crescentes

### 3. Elementos de avaliação das medidas aplicáveis para reduzir os efeitos das deficiências específicas das regiões ultraperiféricas

#### 3. 1. Quais são os modos de intervenção possíveis?

No que respeita à aplicação de medidas de política pública destinadas a reduzir os efeitos das deficiências específicas das regiões ultraperiféricas, recorde-se que estas têm três objectivos principais:

1. A neutralização dos sobrecustos;
2. A compensação destes;
3. A melhoria das condições de exploração dos intervenientes socioeconómicos das regiões ultraperiféricas, sem que tal conduza necessariamente à compensação de sobrecustos ou ao desaparecimento destes, mas podendo alterar a intensidade de certos efeitos (efeitos da dimensão nomeadamente, da concentração dos mercados ou dos obstáculos à entrada).

Aplicadas às três variáveis horizontais estudadas, as medidas de política pública podem assumir as seguintes formas:

- o Acessibilidade: compensação directa dos custos de transporte ou melhoria das infra-estruturas de transporte ou de telecomunicações;
- o Dimensão: compensação e redução do custo de acesso ao capital, ajudas ao investimento, políticas de desenvolvimento relativas em especial ao crescimento das economias externas, medidas de formação para fazer face ao desenvolvimento limitado do capital humano, etc.;
- o Condições climáticas e riscos naturais (que podem implicar a necessidade de amortizar os bens mais rapidamente): compensação/redução do custo do capital, ajudas ao investimento para reduzir os custos fixos, bonificação das polícias de seguros.

Assim, para atenuar e/ou compensar os efeitos das deficiências específicas das regiões ultraperiféricas, devem considerar-se dois tipos de acções:

- o Acções directas que têm por objectivo compensar financeiramente as deficiências de competitividade de que sofrem as RUP.

A medida dos sobrecustos com que as regiões são confrontadas permite apreciar directamente a amplitude do sistema de compensação a instaurar para atenuar os diferenciais de competitividade desfavoráveis. Por consolidação dos resultados em relação ao conjunto das empresas relativamente às quais a metodologia de quantificação dos sobrecustos é aplicada, o montante global a afectar cada um dos sobrecustos pode ser determinado. Alternativamente, podem também ser considerados obstáculos à entrada de carácter regulador.

- o Acções indirectas que, mais do que compensar directamente a totalidade ou parte dos sobrecustos resultantes das deficiências, se destinam a dotar as regiões em causa dos meios e recursos que lhes permitam superar de maneira endógena a totalidade ou parte dos condicionalismos naturais com que são confrontadas.

Esta abordagem deve basear-se numa identificação das acções de desenvolvimento a levar a cabo para melhorar a eficácia das estruturas produtivas. Contrariamente às acções directas que agem sobre a estrutura dos custos com que as empresas das RUP são confrontadas, sem, no entanto, alterar ou reduzir os efeitos concretos das deficiências, as acções indirectas têm geralmente impactos muito mais difusos, transversais e diluídos no tempo.

Embora não se possa negar que na situação actual os efeitos das deficiências não podem ser compensados exclusivamente por acções indirectas como as instauradas no âmbito das políticas de desenvolvimento regional, estas últimas podem contudo ser privilegiadas a fim de evitar que a aplicação de sistemas de compensação produza um efeito de dependência regional.

Por exemplo, as acções em prol de uma melhoria dos níveis de qualificação terão, a prazo, o efeito de reduzir os sobrecustos no que se refere à remuneração do pessoal, à criação de formações específicas ou ainda aos custos de manutenção de certos aparelhos produtivos. Do mesmo modo, os investimentos em TIC e o estímulo a projectos inovadores neste domínio poderiam reduzir duradouramente os sobrecustos ligados ao acesso às bases de conhecimentos e à instauração da vigilância tecnológica.

Assim, de acordo com esta tipologia de modos de intervenção, a aplicação de um sistema de ajuda destinado a reduzir os efeitos das deficiências específicas das regiões ultraperiféricas deve ser considerada segundo uma lógica de jogo de medidas de política económica (policy-mix) para inflectir uma ou várias variáveis horizontais, sem perder de vista os efeitos indirectos – por vezes perversos – que uma acção determinada pode originar (cf. secções anteriores).

### 3.2. Indicadores escolhidos para a sua avaliação

Para acompanhar a aplicação das intervenções e apreciar a sua eficácia em relação aos objectivos visados, recorre-se a um conjunto de indicadores representativos dessas intervenções. Estes indicadores são, em geral, definidos antes da aplicação da intervenção, de forma a permitir estabelecer os canais que permitirão reuni-los. Em função dos recursos e dos meios investidos, são-lhes afectados níveis-alvo que correspondem globalmente aos objectivos das intervenções.

Os indicadores que servem para acompanhar o decurso de uma acção ou de uma intervenção e as suas incidências económicas e sociais podem ser repartidos por quatro categorias:

- o os indicadores de recursos, que incidem no orçamento atribuído a uma acção e que permitem seguir o decurso desta em termos de compromissos e de pagamentos dos fundos disponíveis em relação ao seu custo total;
- o os indicadores de realização, relativos às actividades desenvolvidas graças à acção empreendida e que se referem, consoante os casos, a unidades físicas ou monetárias (quilómetros de estrada construídos, número de empresas que

beneficiaram de uma ajuda ao investimento, montante dos investimentos objecto de ajuda, etc.);

- o os indicadores de resultado, que medem o efeito directo e imediato da intervenção em termos de alteração dos comportamentos, das estruturas ou dos desempenhos dos beneficiários directos. Podem ser de natureza física (redução do tempo de trajecto, crescimento das capacidades em I&D, aumento dos níveis de qualificação) ou financeira (redução dos custos energéticos, diminuição dos custos de transporte);
- o os indicadores de impacto, que têm por objectivo medir as consequências da intervenção para além dos efeitos imediatos sobre os beneficiários directos. Distinguem-se, por um lado, os impactos específicos ligados à intervenção – mas cujos efeitos são desfasados no tempo – e, por outro lado, os impactos globais ligados às incidências da intervenção sobre o conjunto do sistema socioeconómico. A avaliação deste tipo de impacto é complexa, pois levanta problemas de identificação das relações de causalidade e exige frequentemente o recurso a técnicas sofisticadas.

No âmbito das acções e intervenções levadas a cabo em prol das RUP, dois tipos de indicadores merecem uma atenção especial dado que estão directamente ligados às intervenções empreendidas: os indicadores de realização e os indicadores de resultado.

### 3.3. Medidas directas e indirectas destinadas a reduzir os efeitos das deficiências específicas das regiões ultraperiféricas

É em seguida proposta uma síntese (i) dos diferentes tipos de intervenção possíveis – directos ou indirectos – para compensar ou neutralizar os sobrecustos ou, ainda, melhorar as condições em que os intervenientes socioeconómicos das regiões ultraperiféricas desenvolvem a sua actividade, (ii) dos seus efeitos e (iii) dos principais indicadores destinados a avaliá-los.

O quadro infra apresenta as seguintes informações:

- o tipo de intervenção aplicável a cada sobrecusto do catálogo: pode tratar-se de políticas de compensação, políticas de desenvolvimento ou obstáculos à entrada;
- as normas de execução. Com efeito, estas podem ser múltiplas. Por conseguinte, as propostas devem ser consideradas como uma opção possível que se deve necessariamente integrar numa abordagem global;
- os efeitos da intervenção em matéria de eficiência e equidade. Embora os dois efeitos possam estar presentes simultaneamente, em certos casos o objectivo prosseguido será mais directamente a eficiência ou a equidade;
- os indicadores de realização e de resultado representativos dos efeitos esperados da intervenção. A utilização possível desses indicadores proposta no quadro deve ser abordada numa perspectiva dinâmica de forma a apreciar correctamente em que medida as acções empreendidas se traduzem, concretamente, por uma melhoria das estruturas socioeconómicas e dos desempenhos.



No que respeita, em especial, aos indicadores de resultado, prevê-se que a intervenção pública conduza à sua melhoria ou mesmo à sua supressão, tratando-se, por exemplo, dos diferenciais de custo.

Quando estes dizem respeito a políticas de desenvolvimento, os indicadores propostos têm em conta os efeitos indirectos da intervenção, agindo, em cascata, sobre os diferenciais de custos observados nas RUP.

Finalmente, entende-se que a intervenção pública destinada a compensar os efeitos das deficiências específicas das regiões ultraperiféricas terá por efeito aumentar a capacidade de investimento (ou de autofinanciamento ou, ainda, o valor acrescentado, etc.) das empresas consideradas. Isto não é transcrito através dos indicadores propostos, na medida em que este fenómeno depende do impacto final (interno da empresa) da intervenção pública e apenas são aqui tidos em conta os indicadores de realização e de resultado.

As sugestões apresentadas no quadro devem ser entendidas como exemplos, já que a escolha de um sistema de intervenção se pode efectuar apenas após uma análise aprofundada dos custos e das vantagens das diferentes opções possíveis. Apenas são tidos em conta os tipos de intervenção que respeitam aos sobrecustos identificados. As intervenções mais directamente ligadas ao desenvolvimento regional independentemente dos sobrecustos não são tidas em conta. A esse respeito, os planos de desenvolvimento regionais das RUP apresentam de maneira detalhada o complexo sistema de intervenção instituído.

É igualmente oportuno insistir no carácter interactivo dos diferentes tipos de intervenção, que não permite estabelecer uma relação unívoca entre um sobrecusto, um tipo de intervenção, uma categoria de efeito e um indicador. O mesmo sucede com a distinção entre variáveis endógenas e variáveis exógenas e também com a instituição de um sistema de compensação destinado a atenuar os efeitos das deficiências exógenas que, a não ser completado por uma política de estímulo do potencial endógeno, poderia ter efeitos perversos para o dinamismo empresarial.

Por exemplo, embora as RUP sofram um sobrecusto devido ao preço dos factores de produção importados, este pode ser sensivelmente reduzido através da criação de centrais de compra. Com efeito, ao centralizar as encomendas das empresas, constata-se um aumento da procura de um mesmo bem em termos de quantidades e uma extensão da gama de produtos importados. As empresas em causa podem então beneficiar de um maior poder de negociação junto das empresas continentais susceptível de se concretizar por uma redução substancial do preço dos factores de produção importados. Este tipo de agrupamento deve, por conseguinte, ser favorecido através de medidas de política de desenvolvimento. De forma indirecta, este tipo de acção poderia igualmente favorecer o funcionamento em rede das empresas, que, mediante acções de acompanhamento complementares, estimularia a dinâmica empresarial.

Por conseguinte, numa perspectiva de longo prazo para um desenvolvimento equilibrado das economias das regiões ultraperiféricas e com base num processo de crescimento endógeno, deveriam ser consideradas várias fases na instituição de um sistema de intervenção. Inicialmente, as políticas de compensação poderiam constituir uma fase de apoio e concentrar o essencial das intervenções. Numa segunda fase, as políticas de compensação deveriam ser substituídas gradualmente por políticas dinâmicas de desenvolvimento regional. A exemplo dos obstáculos pautais que constituem medidas de protecção, estas últimos devem então ser entendidas como uma fase transitória para uma aplicação mais sistemática de políticas de desenvolvimento.

Quadro 21: Intervenções destinadas a compensar os efeitos das deficiências específicas das regiões ultraperiféricas

Sobrecusto/efeito	Tipo de intervenção	Modalidades de aplicação	Efeitos		Indicadores	
			Eficiência	Equidade	Realização	Resultado
Custo dos factores de produção importados	Política de compensação	Subvenção para compensar o diferencial de custo unitário do factor de produção	+ Neutralização do sobrecusto e melhoria da eficiência produtiva		Número de empresas beneficiárias	Diferencial de custo unitário por categoria de factor de produção importado
	Obstáculos à entrada	Redução/supressão dos encargos sobre os factores de produção	+ Neutralização do sobrecusto, melhoria da eficiência alocativa e produtiva	- Diminuição das receitas fiscais em detrimento das acções em prol da coesão territorial	Taxa de tributação	1. Custo unitário por categoria de factor de produção importado 2. Diferencial de custo unitário por categoria de factor de produção importado
	Política de desenvolvimento	Criação de centrais de compra	+ Neutralização do efeito da deficiência, melhoria da eficiência alocativa, produtiva e dinâmica		Criação de centrais de compra, cooperativas, etc.	1. Volume das encomendas 2. Custo unitário por categoria de factor de produção importado 3. Diferencial de custo unitário por categoria de factor de produção importado

Estudo sobre a identificação e a estimativa dos efeitos quantificáveis das deficiências específicas das regiões ultraperiféricas e das medidas aplicáveis para reduzir estas deficiências

Sobrecusto/efeito	Tipo de intervenção	Modalidades de aplicação	Efeitos		Indicadores	
			Eficiência	Equidade	Realização	Resultado
Custo de encaminhamento dos factores de produção	Política de compensação	Subvenção para compensar o diferencial de custo de encaminhamento da mercadoria fretada em relação ao continente (em €/tonelada (ou m <sup>3</sup> ) / km percorrido)	+ Neutralização do sobrecusto e melhoria da eficiência produtiva		Número de empresas beneficiárias	Encargo financeiro ligado ao encaminhamento
	Política de desenvolvimento	Desenvolvimento de infra-estruturas de transporte inter-regional	+ Crescimento do fluxo de actividade (nós logísticos) criando um dinamismo concorrencial e, por repercussão, uma baixa dos preços (neutralização do efeito da deficiência e melhoria da eficiência alocativa e dinâmica)	- Diminuição dos obstáculos à entrada não pautais e risco de maior concorrência entre empresas continentais e locais	Capacidades portuárias e aeroportuárias	1. Fluxos comerciais de entrada e de saída 2. Tarificação do FRETE 3. Custo do FRETE (em €/tonelada (ou m <sup>3</sup> ) / km percorrido) 4. Diferencial de custo de encaminhamento

Estudo sobre a identificação e a estimativa dos efeitos quantificáveis das deficiências específicas das regiões ultraperiféricas e das medidas aplicáveis para reduzir estas deficiências

Sobrecusto/efeito	Tipo de intervenção	Modalidades de aplicação	Efeitos		Indicadores	
			Eficiência	Equidade	Realização	Resultado
Custo de transporte intra-arquipélago	Política de compensação	Subvenções para compensar o diferencial de custo de transporte intra-arquipélago (em €/tonelada (ou m <sup>3</sup> ) / km percorrido)	+ Neutralização do sobrecusto e melhoria da eficiência produtiva		Número de empresas beneficiárias	Encargo financeiro ligado ao transporte intra-arquipélago
	Política de desenvolvimento	Desenvolvimento de infra-estruturas de transporte intra-regional	+ Crescimento do fluxo de actividade criando um dinamismo concorrencial e, por repercussão, uma baixa dos preços (neutralização do efeito da deficiência)	+ Melhoria da continuidade territorial	Capacidades portuárias e aeroportuárias	1. Custo do FRETE (em €/tonelada (ou m <sup>3</sup> ) / km percorrido) 2. Encargo financeiro ligado ao transporte intra-arquipélago
Custo financeiro da armazenagem	Política de compensação	Subvenções para compensar o diferencial de rotação das existências	+ Neutralização do sobrecusto e melhoria da eficiência produtiva/Risco de comportamento de dependência económica		Número de empresas beneficiárias	Diferencial de rotação das existências
Custo dos terrenos e das construções	Política de compensação	Subvenções para compensar o diferencial do custo dos terrenos e das construções ou engenharia financeira (fundos de garantia, locação financeira)	+ Neutralização do sobrecusto (melhoria da eficiência produtiva)  - Risco de distorção do mercado imobiliário	+ Melhoria do acesso aos recursos financeiros  - Aumento do preço da propriedade à custa dos agregados familiares	Número de processos e parte do investimento objecto de apoio	Diferencial do custo dos terrenos e das construções por m <sup>2</sup> e em % do volume de negócios
	Política de desenvolvimento	Desenvolvimento das infra-estruturas e gestão da ocupação dos solos	+ Redução dos efeitos de congestão e baixa dos preços do fundiário (efeito indirecto sobre a eficiência alocativa)	+ Melhoria da coesão territorial e acessos ao alojamento facilitados	Taxa de realização das infra-estruturas	1. Preço dos bens imóveis (por m <sup>2</sup> ) 2. Número de edifícios disponíveis 3. Diferencial do custo dos terrenos e construções por m <sup>2</sup>

Estudo sobre a identificação e a estimativa dos efeitos quantificáveis das deficiências específicas das regiões ultraperiféricas e das medidas aplicáveis para reduzir estas deficiências

Sobrecusto/efeito	Tipo de intervenção	Modalidades de aplicação	Efeitos		Indicadores	
			Eficiência	Equidade	Realização	Resultado
Custo ligado ao sobredimensionamento dos equipamentos	Política de compensação	Apoio ao investimento: subvenções para compensar o diferencial de investimento	+ Crescimento das economias de escala e de gama reduzindo os custos de produção (eficiência produtiva e dinâmica)  - Risco de comportamento de dependência económica		Número de processos e parte do investimento objecto de ajuda	1. Diferencial da taxa de investimento não produtivo 2. Diferencial da taxa de utilização das capacidades de produção/encargo anual de amortização por tipo de equipamento
	Política de desenvolvimento	Cooperação inter-regional	+ Crescimento das economias de escala e da dimensão do mercado (eficiência produtiva e dinâmica)		Acordos comerciais	1. Volume de negócios ou volume das vendas 2. Diferencial da taxa de utilização das capacidades de produção/encargo anual de amortização por tipo de equipamento Taxa de utilização das capacidades de produção/encargo anual de amortização por tipo de equipamento
Custo ligado à adaptação das ferramentas e modos de produção	Política de compensação	Apoio ao investimento	Melhoria das condições de produção (eficiência produtiva e dinâmica)		Número de empresas beneficiárias	Diferencial de custo de produção por unidade produzida
	Política de desenvolvimento	Desenvolvimento das infra-estruturas (incluindo as tecnológicas) e ordenamento do território	+ Melhoria das condições de exploração das empresas e da sua competitividade (eficiência produtiva) e criação de um ambiente favorável ao surgimento de novas tecnologias	+ Melhoria da continuidade territorial e do bem-estar	Número de projectos	1. Capacidade de circulação e/ou de ligação 2. Surgimento de novas tecnologias disponíveis 3. Diferencial de custo de produção por unidade produzida

Estudo sobre a identificação e a estimativa dos efeitos quantificáveis das deficiências específicas das regiões ultraperiféricas e das medidas aplicáveis para reduzir estas deficiências

Sobrecusto/efeito	Tipo de intervenção	Modalidades de aplicação	Efeitos		Indicadores	
			Eficiência	Equidade	Realização	Resultado
Custo ligado ao uso prematuro do mobiliário e do material circulante	Política de compensação	Apoio ao investimento, empréstimos a juros bonificados, medidas fiscais (amortização acelerada)	+ Neutralização do sobrecusto e melhoria da eficiência produtiva		Número de processos e parte do investimento objecto de apoio	Diferencial do encargo de amortização em relação à duração previsível
Custo ligado ao risco de paragem da produção	Política de compensação	Apoio ao investimento, empréstimos a juros bonificados ou subvenções para compensar o volume de negócios não realizado	+ Melhor cobertura dos riscos incorridos  + Neutralização do sobrecusto e melhoria da eficiência produtiva  - Risco de comportamento de dependência económica		Número de processos e parte do investimento objecto de apoio	1. Diferencial do encargo financeiro em volume de negócios diário ligado à armazenagem de peças avulsas e à perda de produção 2. Diferencial do encargo de amortização
	Política de desenvolvimento	Estratégia de desenvolvimento de infra-estruturas de transporte inter-regional (nós logísticos)	+ Crescimento do fluxo de actividade aumentando potencialmente as possibilidades de abastecimento e a sua frequência (melhoria da eficiência alocativa)		Capacidades portuárias e aeroportuárias	1. Frequência dos abastecimentos 2. Diferencial do encargo financeiro em volume de negócios diário ligado à armazenagem de peças avulsas e à perda de produção 3. Diferencial do encargo de amortização
Custo de tratamento ou transporte dos resíduos e dos desperdícios industriais	Política de compensação	Apoio aos investimentos ou subvenção para compensar o diferencial de custo de tratamento	+ Neutralização do efeito da deficiência, melhoria da eficiência alocativa e dinâmica  - Risco de desencorajar os esforços empreendidos para reduzir a produção de resíduos	+ Melhoria do bem-estar e desenvolvimento sustentável	Número de processos e montante do apoio	Diferencial do custo unitário de tratamento dos resíduos
	Política de desenvolvimento	Criação de infra-estruturas de gestão dos resíduos	+ Neutralização do efeito da deficiência, melhoria da eficiência alocativa e dinâmica	+ Melhoria do bem-estar e desenvolvimento sustentável	Infra-estruturas criadas	1. Capacidade de tratamento dos resíduos 2. Diferencial do custo unitário de tratamento dos resíduos

Estudo sobre a identificação e a estimativa dos efeitos quantificáveis das deficiências específicas das regiões ultraperiféricas e das medidas aplicáveis para reduzir estas deficiências

Sobrecusto/efeito	Tipo de intervenção	Modalidades de aplicação	Efeitos		Indicadores	
			Eficiência	Equidade	Realização	Resultado
Custo ligado à remuneração do pessoal	Política de compensação	Subsídio por trabalhador	+ Neutralização do efeito da deficiência, melhoria da eficiência alocativa e dinâmica (capital humano)	+ Melhoria da distribuição dos rendimentos e do nível de vida	Número de beneficiários e montante do apoio	Diferencial do custo das remunerações por categorias de pessoal
	Política de desenvolvimento	Política de desenvolvimento do capital humano - Apoio ao emprego e à formação	+ Neutralização do efeito da deficiência, melhoria da eficiência alocativa e dinâmica (capital humano)	+ Melhoria da distribuição dos rendimentos e do nível de vida	Número de formações – categorias de formação	1. Novas competências constatadas 2. Diferencial do custo das remunerações por categorias de pessoal
Custo de acesso às bases de conhecimentos e custo de vigilância tecnológica	Política de compensação	Subsídios para compensar as deslocações do pessoal e os abonos	+ Neutralização do sobrecusto e melhoria da eficiência produtiva e dinâmica		Número de processos e montante do apoio	1. Diferencial das despesas de deslocação do pessoal por empregado e em % do volume de negócios 2. Diferencial das despesas ligadas à procura de informação em % do volume de negócios
	Política de desenvolvimento	Apoio à I&D e às actividades de inovação ou desenvolvimento das infra-estruturas de transferências de tecnologia	+ Neutralização do efeito da deficiência e melhoria da eficiência dinâmica (potencial de inovação)	+ Melhoria da continuidade territorial e do bem-estar	Número de projectos	1. Taxa de acesso TIC 2. Capacidades de vigilância tecnológica 3. Diferencial das despesas de deslocação do pessoal por empregado e em % do volume de negócios 4. Diferencial das despesas ligadas à procura de informação em % do volume de negócios

Estudo sobre a identificação e a estimativa dos efeitos quantificáveis das deficiências específicas das regiões ultraperiféricas e das medidas aplicáveis para reduzir estas deficiências

Sobrecusto/efeito	Tipo de intervenção	Modalidades de aplicação	Efeitos		Indicadores	
			Eficiência	Equidade	Realização	Resultado
Custo das imobilizações financeiras ligadas aos prazos de pagamento no que respeita aos clientes e fornecedores	Política de compensação	Subvenções de tesouraria e de engenharia financeira (garantias)	+ Neutralização do efeito da deficiência, melhoria da eficiência alocativa e produtiva		Número de empresas beneficiárias	Diferencial dos rácios pagamento-fornecedor e cobrança-cliente
	Política de desenvolvimento	Desenvolvimento de infra-estruturas de transporte (nós logísticos)	+ Crescimento do fluxo de actividade aumentando potencialmente as possibilidades de abastecimento e a sua frequência e reduzindo a incerteza ligada aos prazos de abastecimento e de expedição (melhoria da eficiência alocativa)		Número de projectos empreendidos	1. Frequência dos abastecimentos 2. Prazos de pagamento no que respeita aos fornecedores e clientes 3. Diferencial dos rácios pagamento-fornecedor e cobrança-cliente
Custo de expedição para o mercado comunitário	Política de compensação	Subvenções para compensar as despesas de expedição (ou uma parte)	+ Neutralização do sobrecusto, melhoria da eficiência produtiva e dinâmica (permite penetrar num mercado mais vasto e beneficiar de economias de escala)		Número de empresas exportadoras beneficiárias	Despesas financeiras ligadas à expedição
	Política de desenvolvimento	Desenvolvimento de infra-estruturas de transporte (nós logísticos)	+ Crescimento do fluxo de actividade criando um dinamismo concorrencial e, por repercussão, uma baixa dos preços (neutralização do efeito da deficiência, melhoria da eficiência alocativa e dinâmica)	+ Diminuição dos obstáculos à entrada não pautais e risco de maior concorrência entre empresas continentais e locais	Capacidades portuárias e aeroportuárias	1. Fluxo comercial operadores e de saída 1. Tarificação do FRETE 2. Custo do FRETE (em €/tonelada (ou m <sup>3</sup> ) / km percorrido)



Estudo sobre a identificação e a estimativa dos efeitos quantificáveis das deficiências específicas das regiões ultraperiféricas e das medidas aplicáveis para reduzir estas deficiências

Sobrecusto/efeito	Tipo de intervenção	Modalidades de aplicação	Efeitos		Indicadores	
			Eficiência	Equidade	Realização	Resultado
Custo financeiro da armazenagem dos produtos acabados	Política de compensação	Subvenções para compensar o diferencial de rotação das existências	+ Neutralização do sobrecusto e melhoria da eficiência produtiva  - Risco de comportamento de dependência económica		Número de empresas beneficiárias	Diferencial de rotação das existências
	Política de desenvolvimento	Estratégia de desenvolvimento de infra-estruturas de transporte inter-regional (nós logísticos)	+ Crescimento do fluxo de actividade que aumenta potencialmente as possibilidades de expedição e a sua frequência (melhoria da eficiência alocativa)		Capacidades portuárias e aeroportuárias	1. Frequência dos abastecimentos 2. Rotação das existências
Custo das actividades de marketing e de prospecção	Política de compensação	Subvenções para compensar a deslocação do pessoal e o diferencial das despesas com o aluguer de espaços publicitários	+ Neutralização do sobrecusto e melhoria da eficiência produtiva			Diferencial do custo das actividades de marketing e prospecção em % do volume de negócios
	Política de desenvolvimento	Serviços comuns e conselhos às empresas	+ Neutralização do efeito da deficiência e melhoria da eficiência produtiva e dinâmica		Número de estruturas criadas e de projectos de apoio às empresas	1. Gama e tarifas dos serviços propostos às empresas 2. Custo das actividades de marketing e prospecção em % do volume de negócios

Estudo sobre a identificação e a estimativa dos efeitos quantificáveis das deficiências específicas das regiões ultraperiféricas e das medidas aplicáveis para reduzir estas deficiências

Sobrecusto/efeito	Tipo de intervenção	Modalidades de aplicação	Efeitos		Indicadores	
			Eficiência	Equidade	Realização	Resultado
Custo ligado às actividades de formação que recorrem a uma competência vinda do Estado a que as regiões pertencem	Política de compensação	Subvenção para compensar o diferencial de despesas anuais totais de formação	+ Neutralização do sobrecusto e melhoria da eficiência alocativa e dinâmica (capital humano)	+ Melhoria da distribuição dos rendimentos e do nível de vida	Número de dossiers de pedido de subvenção	Diferencial das despesas anuais totais de formação por assalariado e em % do volume de negócios
	Política de desenvolvimento	Política de desenvolvimento do capital humano	+ Neutralização do efeito da deficiência, melhoria da eficiência alocativa e dinâmica (capital humano)	+ Melhoria da distribuição dos rendimentos e do nível de vida	Número de formações – categorias de formação	1. Novas competências 2. Diferencial das despesas anuais totais de formação por assalariado e em % do volume de negócios
Custo ligado aos diversos prémios de seguro	Política de compensação	Subvenções para compensar o diferencial dos prémios de seguro	+ Neutralização do efeito da deficiência e melhoria da eficiência produtiva  - Risco de distorções da concorrência no mercado dos seguros		Número de processos	Diferencial do custo dos diversos seguros em % dos bens seguros

Estudo sobre a identificação e a estimativa dos efeitos quantificáveis das deficiências específicas das regiões ultraperiféricas e das medidas aplicáveis para reduzir estas deficiências

Sobrecusto/efeito	Tipo de intervenção	Modalidades de aplicação	Efeitos		Indicadores	
			Eficiência	Equidade	Realização	Resultado
Fenómenos globais						
Pequena dimensão das empresas Pequena dimensão das empresas	Política de desenvolvimento	Cooperação regional e acordos comerciais	+ Crescimento das economias de escala e melhoria da eficiência produtiva e/ou dinâmica		Número de projectos e acordos comerciais	1. Dimensão do mercado 2. Importância dos mercados e intercâmbios comerciais (produção local e/ou externa) 3. Dimensão média das empresas
	Obstáculos à entrada	Proteccionismo temporário com o objectivo de desenvolver um novo sector	- Risco de distorções da concorrência	+ Protecção e desenvolvimento da actividade local  - Aumento dos preços e diminuição do bem-estar do consumidor	Montante dos encargos sobre os produtos importados	Evolução da produção local
Economias de aglomeração	Política de desenvolvimento	Financiamento e lançamento de projectos de colaboração e de ligação em rede	+ Crescimento das economias de escala e valorização das externalidades		Número de colaborações	1. Participação em projectos de colaboração 2. Investimentos realizados pelas empresas beneficiárias
	Política de desenvolvimento	Incentivos ao investimento privado (joint-venture)	+ Crescimento das economias de escala e valorização das externalidades		Montante ou % do incentivo (de acordo com modalidade)	1. Investimentos privados 2. Número de projectos financiados
Concentração das empresas	Política de desenvolvimento	Políticas de apoio à inovação, à emergência de novas actividades e estímulo ao espírito empresarial	+ Reforço do grau de concorrência	+ Aumento do excedente do consumidor	Novas empresas criadas	Índice de concentração

## 4. Avaliação do impacto da intervenção sobre efeitos dificilmente quantificáveis

### 4. 1. Dimensão e concentração

Efeitos de dimensão

No que respeita em especial aos efeitos nefastos resultantes da estreiteza dos mercados, estudados através da dimensão limitada das empresas, por um lado, e da dimensão dos mercados, por outro, são vários os tipos de indicadores que podem ser utilizados.

A dimensão reduzida das empresas das RUP não lhes permite beneficiar de economias de escala e das externalidades ligadas às economias de aglomeração. Além disso, a falta de competitividade das empresas daí resultante pode levar as empresas externas a desenvolver estratégias de mercado cativo.

Consecutivamente à intervenção pública destinada a agir sobre a dimensão relativa das empresas e do mercado, podem observar-se dois tipos de efeitos positivos correlacionados:

- o ganhos em termos de custos ligados ao aumento da dimensão da empresa correspondentes às economias de escala internas (à empresa) que resultam de um aumento da procura dos bens produzidos pela firma e que se traduzirá numa diminuição do custo unitário de produção;
- o economias de escala que podem provir de um aumento do próprio mercado (economias de escala externas) na sequência, por exemplo, de uma abertura das trocas comerciais a novos países ou de um aumento da procura que favorecerão uma intensificação dos intercâmbios inter-industriais.

Em termos de avaliação, se nos interessarmos em primeiro lugar pela ausência de economias de escala internas, pode-se estudar o peso dos custos fixos nos custos totais da empresa. Com efeito, este tipo de empresa caracteriza-se por uma parte mais que proporcional dos custos fixos nos custos de produção.

No que respeita ao sobredimensionamento do aparelho produtivo, a sua apreciação pode fazer-se através do peso dos investimentos e das imobilizações na exploração. Além disso, este fenómeno remete para a noção de insuficiência de saídas. Esta pode ser apreendida através do estudo do volume de negócios e do valor acrescentado potencial das firmas, das suas partes de mercado e da sua evolução no tempo.

É importante notar ainda que certos fenómenos, como as possibilidades de formação de economias dinâmicas (externalidades positivas ou spillovers do tecido económico), são mais dificilmente mensuráveis. Podem contudo ser apreciados através de dados qualitativos, como o trabalho em rede, a criação de clusters ou os intercâmbios de boas práticas, etc.

A medida dos fenómenos de externalidade é relativamente complexa porque essas externalidades escapam em geral às relações comerciais e possuem em diversos casos características similares às de bens públicos. A tarefa é ainda mais dificultada pela existência de diferentes tipos de externalidades (economias de localização, economias de urbanização, externalidades de conhecimento...). Em análise econométrica, tenta-se

caracterizar estas economias por indicadores específicos cujo impacto se mede em variáveis pré-definidas (PIB, I&D...):

- o As economias de localização, também chamadas externalidades de tipo MAR (do nome de Marshall-Arrow-Romer), são externalidades intra-sectoriais ligadas à concentração de uma mesma actividade económica cujo impacto pode ser medido utilizando um índice de especialização, como o coeficiente de Florence-Balassa;
- o As economias de urbanização, também chamadas externalidades de Jacob, são externalidades inter-sectoriais ligadas à diversidade inter-sectorial das actividades presentes numa região e cujo impacto pode ser medido utilizando um índice de diversificação como o recíproco do coeficiente de Gini;
- o As externalidades de conhecimento incidem nas transferências formais e informais de conhecimentos de que as empresas podem beneficiar. Quando estas estão espacialmente localizadas, constituem uma das componentes das economias de aglomeração. Para apreciar estas externalidades, utilizam-se medidas de proximidades tecnológicas baseadas na distância, tais como o coeficiente de correlação calculado com base na repartição das patentes por classe tecnológica. Esta abordagem pode ser alargada para integrar a dimensão espacial, ponderando os dados consoante a distância geográfica entre regiões.

#### Efeitos de concentração

Se a estreiteza dos mercados se traduz em empresas de dimensão reduzida, conduz igualmente a um elevado grau de concentração das actividades económicas em consequência da limitação das saídas. Esta concentração das actividades não deixa de influenciar, por um lado, o grau de competitividade e, por outro lado, o grau de poder das empresas das RUP.

A apreciação dos níveis de concentração dos mercados, que podem ser explicados, em parte, pela dimensão reduzida, pode fazer-se através do cálculo de índices de concentração.

Entre os principais indicadores possíveis, conta-se o coeficiente de concentração C4 e o índice de Herfindhal-Hirschman. O primeiro é definido pelo somatório das partes de mercado das quatro empresas mais importantes, enquanto o segundo é definido pelo somatório das partes de mercado, ao quadrado, do conjunto das empresas de um sector determinado.

Para medir o poder de mercado das empresas, o índice mais correntemente utilizado é o índice de Lerner (diferença entre o preço de venda de um produto e o seu custo marginal de produção, dividida pelo preço de venda). Quando as empresas estão em situação de concorrência perfeita, os preços são iguais ao custo marginal e o índice de Lerner é nulo.

Estes diferentes índices podem calcular-se a partir dos dados contabilísticos.

O grau de poder de mercado pode ser medido igualmente através de outros métodos, como os coeficientes de correlação dos preços das diferentes firmas de um sector dado, as elasticidades preço-quantidade, o efeito de choques exógenos sobre os preços das empresas ou os modelos de procura considerados econometricamente.

A avaliação do impacto das intervenções públicas em prol de um reforço da concorrência das empresas das RUP consiste em analisar a evolução dos indicadores de tipo C4, Herfindhal-Hirschman ou Lerner.

Quadro 22: Indicadores de análise das estruturas de actividade

Índices	Fórmula	Interpretação
Florence-Balassa	$\left( \frac{E_{ij}}{\sum_{j=1}^n E_{ij}} \right) / \left( \frac{E_{Lj}}{\sum_{j=1}^n E_{Lj}} \right)$	Quanto maior o valor do índice para um sector determinado, mais a região é especializada nesse sector
Recíproco de Gini	$\frac{2}{(n-1) \sum_{j=1}^n E_j} \sum_{j=1}^{n-1} CE_j$	Quanto maior o valor do índice, mais diversificada é a estrutura produtiva da região
Herfindhal-Hirschman	$\bullet_i S_i^2$	Quanto mais concentrada a actividade, mais próximo da unidade é o valor do índice
C4	$\bullet_{i=1,\dots,4} S_i$	Uma forte concentração da actividade económica caracteriza-se por um valor elevado do C4
Lerner	$(P-Cm)/P = 1 / \bullet_{pq}$	Quanto maior a elasticidade, mais baixo será o poder de mercado da firma

E = emprego (ou valor acrescentado) do sector j na região i calculado para um conjunto de n sectores em relação um espaço de referência L

CE = soma cumulativa do emprego sectorial até ao sector j quando os sectores são classificados por ordem crescente em termos de emprego

S<sub>i</sub> = parte de mercado da firma i

P = preços

Cm = custo marginal

•<sub>pq</sub> = elasticidade quantidade-preço

## 4.2. Métodos globais

Para além da aplicação de indicadores considerados separadamente, pode recorrer-se a abordagens de avaliação mais globais. Podem-se nomeadamente citar:

- o Os quadros relativos ao comércio entre indústrias constituídos por matrizes das entradas e saídas sectoriais respeitantes a um número representativo de sectores: permitem avaliar as interações sectoriais no âmbito do sistema de produção e o impacto de variações da procura sectorial, bem como identificar estrangulamentos nas estruturas produtivas. Permitem igualmente apreender o efeito multiplicador associado à intervenção pública;
- o As matrizes de contabilidade social que constituem uma extensão da abordagem input-output: estas matrizes orientam-se para as contas endógenas (despesas ditadas pelos rendimentos) e contas exógenas (despesas independentes dos rendimentos);
- o Os modelos de equilíbrio geral que permitem observar uma produção sectorial determinada de maneira endógena, um equilíbrio entre a oferta e a procura obtido através de preços flexíveis. Esta abordagem constitui um trabalho metodológico importante de conceptualização no âmbito de pequenas economias abertas fortemente dependentes do Estado a que a região pertence;
- o Os modelos macroeconómicos e macro-sectoriais: estes modelos fornecem uma análise comparada dos desempenhos das regiões ultraperiféricas e podem ser utilizados introduzindo num modelo explicativo as interações entre o valor acrescentado gerado por estas regiões, as diversas componentes da criação de riqueza (produtividade, investimento, capital humano, capital-conhecimentos, infra-estruturas, custo da mão-de-obra, ajudas locais, nacionais e europeias) e os factores representativos das deficiências estruturais.

Uma nota detalhada (em anexo) sobre os métodos de avaliação propõe uma síntese dos principais métodos de avaliação existentes, explicitando as necessidades em matéria de informação, as suas vantagens e inconvenientes, o seu grau de exequibilidade e uma estimativa dos prazos de realização. Os dois gráficos associados ilustram a diversidade das abordagens que podem ser utilizadas em matéria de avaliação do impacto da intervenção pública.

No que respeita aos três grandes tipos de medidas de política pública destinadas a reduzir os efeitos das deficiências, uma abordagem de avaliação global consistiria em utilizar o conjunto dos métodos atrás referidos.

Os modelos de equilíbrio geral ou macroeconómicos são os que melhor permitem apreciar os efeitos indirectos, tanto em termos de impacto positivo como de impacto negativo, e observar as relações inter-sectoriais e o equilíbrio entre a oferta e a procura e apreciar o impacto de medidas públicas em termos de bem-estar. Além disso, este tipo de modelo permite apreciar o impacto da intervenção pública sobre a actuação dos intervenientes (estrutura dos mercados e níveis de concentração), a repercussão das medidas sobre as trocas (a nível nacional e internacional) e sobre o bem-estar do consumidor e vários efeitos, como o efeito sobre o rendimento social, as vantagens adicionais ou o efeito económico da intervenção que pode dar lugar a uma distorção económica (concorrência, nomeadamente).

Os modelos econométricos baseados numa tripla dimensão - temporal, espacial e sectorial - permitem ainda simular cenários com ou sem intervenção pública e, por

consequente, estimar as consequências da intervenção por meio das diferenças entre cenários. Estes modelos são inteiramente quantificados e fornecem uma estimativa da importância dos impactos sobre todas as variáveis macroeconómicas modeladas e cujas interações são estimadas de acordo com métodos ad hoc.

As abordagens contabilística e microeconómica aplicam-se mais directamente às medidas de compensação, a fim de apreciar o impacto directo, a nível das contas das empresas ou de um sector, da intervenção pública. A utilização dos quadros de intercâmbios inter-industriais permite, por seu lado, observar o impacto, entre sectores, dos efeitos directos das compensações.

A escolha final do método ou métodos melhor capazes de avaliar o impacto das medidas de política pública aplicadas às regiões ultraperiféricas deve, assim, integrar várias reflexões sobre:

- o o nível de avaliação da medida considerada: avaliação parcial ou integral;
- o os meios de avaliação a aplicar consoante se referem à microeconomia, mesoeconomia ou macroeconomia;
- o o nível de agregação dos dados, um diagnóstico vasto que implica centrar a atenção a um triplo nível: empresarial, industrial e económico em sentido lato;
- o as componentes essenciais da organização económica nas quais a tónica pode ser colocada. A trilogia da abordagem de organização industrial pode ser empregada para identificar diferentes campos de investigação ligados à eficácia das políticas: o comportamento dos intervenientes no mercado, a estrutura dos mercados e o desempenho socioeconómico;
- o as questões principais propostas pela ciência regional que trata da organização espacial das actividades sociais, económicas e políticas. A análise da eficácia das políticas públicas não pode ignorar os seus efeitos a nível espacial.



## E. Anexos

### 1. Principais métodos de avaliação existentes

Os métodos econométricos são especialmente adequados para a avaliação quantitativa dos impactos socioeconómicos dos programas públicos.

No entanto, a avaliação dos impactos económicos de programas continua a ser relativamente difícil e requer frequentemente meios importantes em termos de tempo, pessoas-recursos e informação para obter resultados estatisticamente fiáveis. A diversidade de efeitos, directos e indirectos, criados pode contribuir para a obtenção de resultados específicos. Uma avaliação sistemática dos efeitos de um programa deveria destinar-se a fornecer às instâncias de decisão informações sobre os custos, as vantagens e a eficácia da política praticada.

Os aspectos a abordar podem ser assim sintetizados:

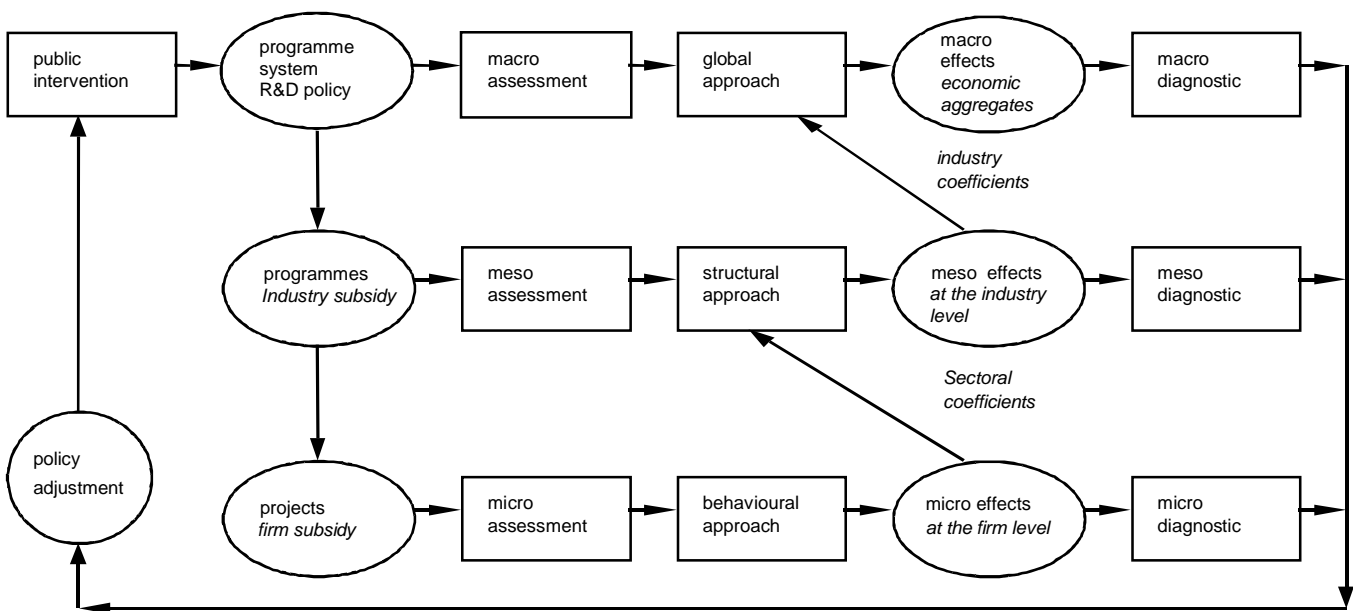
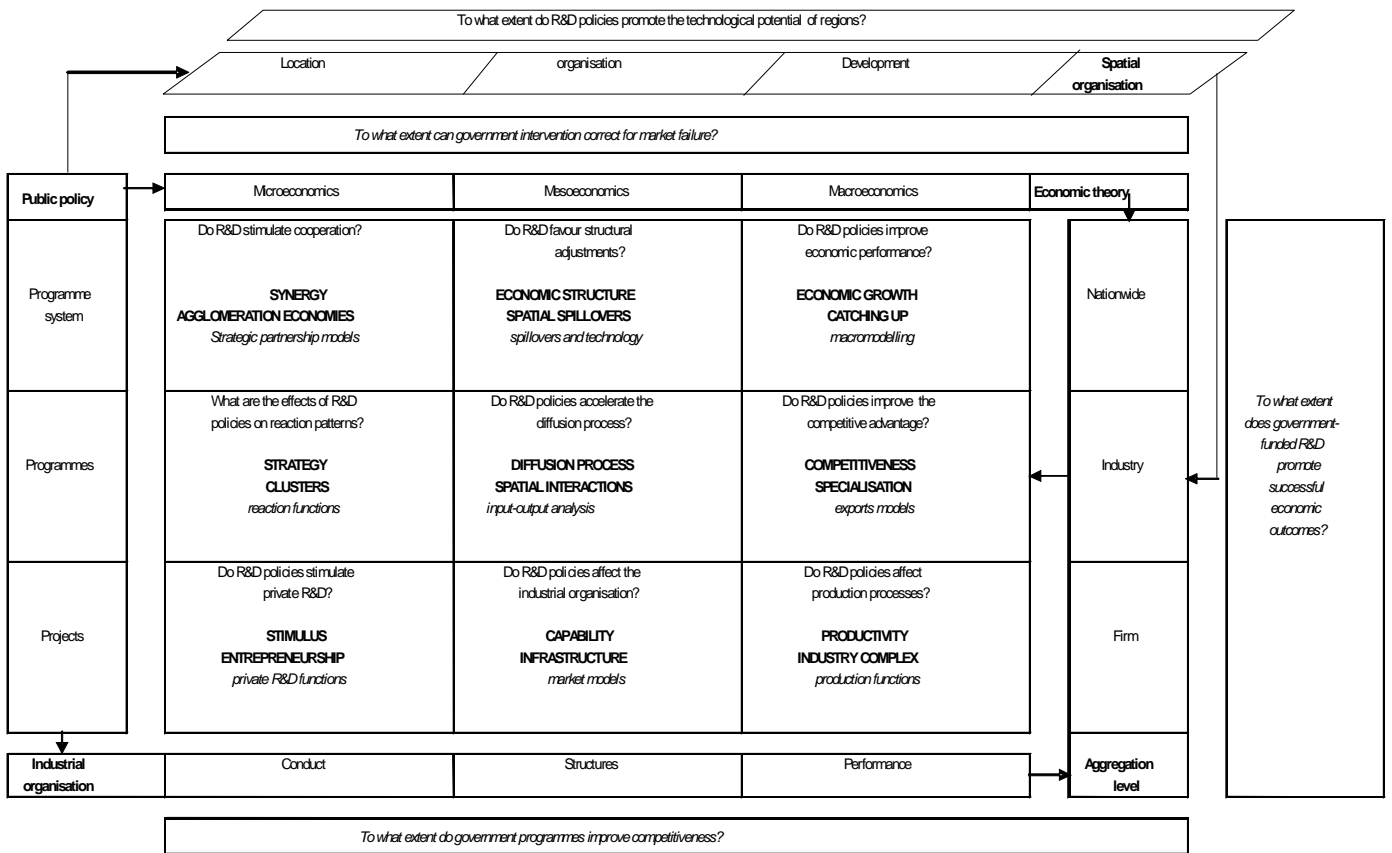
1. Os níveis de avaliação de política de interesse para as instâncias de decisão dependentes do grau de perfeição das acções a avaliar. A avaliação pode ser parcial ou integral. Uma avaliação parcial refere-se a um projecto específico ou um programa, enquanto uma avaliação integral se refere ao sistema de programa. Em geral, os projectos e os programas são uma componente de uma estratégia global, que é aplicada através de um sistema de programas (por exemplo, as intervenções estruturais).
2. Os campos principais da teoria económica que fornecem o quadro de referência da acção de política. Os instrumentos de avaliação a aplicar podem referir-se à microeconomia, à mesoeconomia e à macroeconomia. Estes campos das ciências económicas são complementares e, consoante o caso, um ou outro será mais adequado para responder a questões específicas. Todos estes campos, no entanto, são susceptíveis de fornecer informações úteis no contexto da avaliação dos efeitos globais. Existe uma vasta literatura económica sobre o papel da acção governamental. A base da intervenção pública assenta na observação de falhas do sistema de mercado (bens indivisíveis, externalidades, concorrência imperfeita...). Por conseguinte, a teoria económica fornece as bases normativas das políticas públicas.
3. O nível de agregação dos dados, frequentemente ligado à disponibilidade de dados: diferentes níveis de agregação de dados podem ser tomados em consideração no processo de avaliação. A tal ponto que, ao considerar uma avaliação completa, a realização de um diagnóstico amplo implica centrar a atenção num triplo nível: empresarial, industrial e económico em sentido lato. A avaliação dependerá da disponibilidade de dados, embora um módulo mais restrito possa ser suficiente para responder a questões específicas (como o único efeito directo de uma intervenção). Actualmente, a disponibilidade de dados constitui o principal estrangulamento.
4. As componentes essenciais da organização económica nas quais a tónica pode ser colocada. A trilogia da abordagem de organização industrial pode ser empregue para identificar diferentes campos de investigação ligados à eficácia das políticas: o comportamento dos intervenientes no mercado, a estrutura dos mercados e os desempenhos socioeconómicos. Por exemplo, as imperfeições do mercado constituem uma razão fundamental da iniciativa

pública, devendo as avaliações de impacto ter em conta a melhoria do funcionamento do sistema económico na sequência da intervenção.

5. As questões principais propostas pela ciência regional que trata da organização espacial das actividades sociais, económicas e políticas. A análise da eficácia das políticas públicas não pode ignorar os seus efeitos a nível espacial. Se os resultados são, por exemplo, uma concentração espacial mais elevada das actividades, tal pode significar que os recursos disponíveis não são explorados eficazmente.

Quadro 23 : Vantagens, inconvenientes e exequibilidade dos principais métodos de avaliação existentes

Abordagens	Necessidades de informação	Vantagens	Inconvenientes	Exequibilidade	Prazo de aplicação*
Contabilística	Contas das empresas ao nível pertinente		Medida dos impactos directos		6 meses
Inquérito	Avaliação directa das informações procuradas através do inquérito	Orientação da análise para as informações efectivamente procuradas	Riscos de distorções nas respostas às questões sensíveis Medida dos impactos directos		6 meses
Microeconómica	Dados sectoriais ao nível das empresas	Obtenção de uma medida para o conjunto de um sector abstraindo das especificidades	Medida dos impactos directos		6 meses
Quadro de trocas inter-industriais	Matriz das entradas saídas sectoriais para um número representativo de sectores	Avaliação das interacções sectoriais no sistema de produção e do impacto de variações da procura sectorial Identificação dos estrangulamentos a nível das estruturas produtivas	Rendimentos de escala constantes Complementaridade dos factores Elasticidade perfeita da oferta	Metodologia da análise do impacto bem estabelecida mas baseada em hipóteses fortes	3 meses
Matriz de contabilidade social	Extensão da abordagem input-output	Contas endógenas: despesas ditadas pelos rendimentos Contas exógenas: despesas independentes dos rendimentos			5 meses
Modelos de equilíbrio geral		Fundamentos teóricos sólidos Produção sectorial determinada de forma endógena Equilíbrio entre a oferta e a procura obtido através de preços flexíveis	Trabalho metodológico importante de conceptualização no âmbito de pequenas economias abertas fortemente dependentes do Estado a que a região pertence - Calibragem do modelo baseada num ano de referência Parâmetros do modelo com base em coeficientes exógenos estimados num quadro específico	Aplicações regionais ainda pouco estáveis Grandes necessidades em matéria de informações Grande consumo de recursos	12 meses
Macroeconómica					6 meses
Económica macro-sectorial					6-9 meses



## 2. Bibliografia

- Armstrong, H.W. y Read, R. (2004), "Insularity, remoteness, mountains and archipelagos: a combination of challenges facing small states?", Paper presented at Beyond MIRAB: The Political Economy of Small Islands in the 21st century. Victoria University of Wellington.
- Armstrong, H.W., Johnes, G., Johnes, J. y MacBean, A.I. (1993), "The role of transport costs as a determinant of price level variations between the Isle of Man and the United Kingdom", *World Development*, vol. 21, pp. 311-318.
- Assemblée Nationale (2001), Rapport d'information sur les régions ultrapériphériques et sur les propositions de règlement du Conseil, présenté par Camille Darsières, député, suivi du compte-rendu des travaux de la Délégation de l'AN pour l'Union Européenne, 9 mai.
- BARRO, R.J et R.F.LUCAS (1994), *Macroeconomics*, First Canadian Edition, Irwin.
- Bertram, G. (2003), "On the convergence of small island economies with their metropolitan partners", *World Development*, vol. 32, pp. 343-364.
- Briguglio, L. (2004), "Economic vulnerability and resilience: concepts and measurements", Paper presented at International Workshop on "Vulnerability and resilience of Small States". Commonwealth Secretariat and the University of Malta.
- Centre d'études économiques TOMILLO, *Les coûts de l'ultrapériphérie de l'économie canarienne*, 2000.
- Collado, J.C. y Moreno, B. (2003), "Los costes de la ultraperiferia en Canarias: el coste público", *Hacienda Canaria*, N° 7, pp. 5-44.
- Comisión Europea (1999), *EU Transport in figures. Statistical pocketbook*. Office for Official Publications of the European Communities. Luxemburgo.
- Comité das Regiões (2001), Parecer sobre "A problemática das regiões ultraperiféricas no contexto da aplicação do artigo 299º", (2001/C 144/04), JO C 144 de 16 de Maio de 2001.
- Comité Económico e Social Europeu (2002), Parecer sobre a "Estratégia de futuro para as regiões ultraperiféricas da União Europeia", 29 de Maio, 682/2002.
- Comissão Europeia (2000a), Relatório da Comissão sobre as medidas destinadas a dar cumprimento ao n° 2 do artigo 299º. As regiões ultraperiféricas da União Europeia, COM (2000) 147 final, 14 de Março.
- Comissão Europeia (2000b), Relatórios da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu sobre os progressos realizados na execução do POSEIDOM, do POSEIMA e do POSEICAN 1992-98, COM (2000) 790 final.
- Comissão Europeia (2002a), Relatório da Comissão sobre as medidas destinadas a dar cumprimento ao n° 2 do artigo 299º do Tratado CE relativo às medidas aplicáveis às regiões ultraperiféricas, 19 de Dezembro, COM (2002) 723 final.

- o Comissão Europeia (2002b), N° 2 do artigo 299°. Implementação da estratégia de desenvolvimento sustentável para as regiões ultraperiféricas, 14 de Junho, SEC (2002) 692.
- o Comissão Europeia, Uma parceria reforçada para as regiões ultraperiféricas (COM(2004) 343 de 26 de Maio de 2004).
- o Comissão Europeia, Segundo Relatório Intercalar sobre a Coesão Económica e Social, Janeiro (COM (2003) 34).
- o Comissão Europeia, documentos de trabalho sobre "Uma parceria reforçada para as regiões ultraperiféricas: balanço e perspectivas" (SEC (2004) 1030 de 6 de Agosto de 2004).
- o Comissão Europeia, Primeiro Relatório Intercalar sobre a Coesão Económica e Social (COM (2002) 46 de 30 de Janeiro de 2002).
- o Comissão Europeia, Relatório da Comissão sobre as medidas destinadas a dar cumprimento ao n° 2 do artigo 299°. As regiões ultraperiféricas da União Europeia (COM (2000) 147 final du 14 de Março de 2000).
- o Comissão Europeia, Uma nova parceria para a coesão: convergência, competitividade e cooperação, Terceiro Relatório sobre a Coesão Económica e Social, Fevereiro de 2004.
- o Consejería de Economía y Hacienda (2004), Seminario de indicadores de ultraperiféricidad. Iniciativa Interreg III-B. Gobierno de Canarias. Islas Canarias.
- o Consejería de Economía, Hacienda y Comercio (2001), Los costes de ultraperiferia de la economía canaria. Islas Canarias.
- o Consejo Económico y Social de Canarias (2004) : Informe Anual sobre la economía, la sociedad y el empleo en Canarias durante el año 2003. Islas Canarias ; (2003) Informe Anual sobre la economía, la sociedad y el empleo en Canarias durante el año 2002. Islas Canarias ; (2002) Dictamen 7/2002 sobre el anteproyecto de ley de los transportes de Canarias ; (2002) Informe Anual sobre la economía, la sociedad y el empleo en Canarias durante el año 2001. Islas Canarias ; (2001) Informe Anual sobre la economía, la sociedad y el empleo en Canarias durante el año 2000. Islas Canarias.
- o Contribution du Conseil économique et social régional sur la desserte aérienne de la Réunion, Région Réunion, septembre 2002.
- o Crusol J., Hein P. et Vellas F., L'enjeu des petites économies insulaires, (eds) (1988), Economica.
- o Cuadrado, J.R. (2005), "European "Peripheries": old and new challenges and possible actions", Economic Analysis Working Paper 4, (5).
- o Dentinho, Tomaz (1995), Information and Communication Technologies and Regional Development: The Case of the Azores Dairy Value Chain, Las Palmas, 3 de Fevereiro de 2002, - PhD dissertation, Centre for Urban and Regional Development Studies, University of Newcastle upon Tyne.
- o Dupont V. (University of Lille1) and Martin O. (University of Paris1, CERAS and CEPR), Régional policies and inequalities : are subsidies good for you ?, XXXX

- o Ecole Nationale d'administration, Fondation Copernic, Séminaire « Energie et Société », La structure des coûts de production des différentes filières énergétiques et les enseignements qui peuvent en être tirés sur la formation des prix de marché et la stratégie des opérateurs, 2002.
- o Eurisles (1996), Los sistemas de transporte en las islas. Edition L'Harmattan.
- o Eurisles (1997), Las regiones insulares y el precio del transporte de mercancías intracomunitario.
- o EURISLES (à l'initiative de la Commission des îles de la CRPM), Au large de l'Europe : la construction européenne et la problématique des îles. Chapitre VI : L'ultra périphérie : une dimension à part, 2002.
- o EURISLES, Les régions ultrapériphériques et le prix du transport de marchandise intra-communautaire, juin 1999
- o EURISLES, Les systèmes de transport dans les îles, 1996, Edition L'Harmattan, ISBN : 2-7384-4299-4.
- o Eurisles, Statistical Indicators of Regional Disparities Generated by Insularity. Etude Eurisles par Jean-Didier Hache. 1997.
- o EURODOM, Bilan des actions communautaires en faveur des départements français d'outre-mer, 2003.
- o European Commission (2003a), Analysis of the Island Regions and the Outermost Regions of the E.U., Report for the Commission (DG-Regional Policy). Planistat Europe and Bradley Dunbar Associates. Brussels.
- o Eutas Mercadotecnica S.L. "1. Construction d'un modèle cohérent pour l'évaluation des mesures développées en vertu de l'article 299.2 TCE"
- o Eutas Mercadotecnia, Construction d'un modèle cohérent pour l'évaluation des mesures développées en vertu de l'article 299.2 TCE, XXXX.
- o Fondation Tomillo, Los costes de ultraperiferia de la economia canaria, 2001.
- o Fortuna M., Dentinho, Vieira J.C., Luís R.G., European Regional Development Issues in the New Millennium and their Impact on Economic Policy, Regional disparities, problems and policies, Evaluation of the European Policies in Support of Ultraperipheral Regions, Azores, Madeira, Canarias, Guadalupe, Martinique, Guyane and Reunion, Novembro 2001, Universidade dos Açores.
- o Fortuna M., Estudo da avaliação das medidas adoptadas pela União Europeia para aplicação do nº 2 do Artigo 299º do Tratado que institui a Comunidade Europeia nas regiões Autónomas dos Açores e Madeira, 2003. Secretaria Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento do Governo Regional dos Açores.
- o Fortuna M., Ponce Dentinho t. and J. Cabral Vieira (2001), The costs of peripherality, Directorate-General for Research, European Parliament, Luxembourg.
- o Fortuna M., Um Indicador Económico para as Regiões Ultraperiféricas. Ultraperiphericity and Territorial, Social and Economic Cohesion Seminar, 2004. Las Palmas de Gran Canaria, January 16-17

- Fortuna, Mário, José C. Vieira e Tomaz Dentinho, 2000, Os Custos da Perifericidade. Documento de Trabalho, Série Política Regional (REGI 111 PT). Direcção Geral de Estudos. Parlamento Europeu.
- Fujita M., Krugman P. & Venables A.J., The Spatial Economy, 1999, The MIT Press
- Gal, M. (2003), Competition policy for small market economies. Harvard University Press.
- Gautier A. (2003), « Plus des 3/4 des revenus proviennent des salaires », Économie de la Réunion, n° 117, 3<sup>e</sup> trimestre, p. 16-17.
- Harden, S. (1985), Small is dangerous: micro states in a macro world. Pinter. London.
- Helpman E. & Krugman P. (1985) Market Structure and Foreign Trade: Increasing Returns, Imperfect Competition, and the International Econom, the MIT press, Cambridge.
- Hintjens, H.M. y Newitt, M.D.D. (1992), The political economy of small tropical islands: the importance of being small. University of Exeter Press. Exeter
- IEDOM, « La Guadeloupe en 2003 », rapport annuel 2003.
- IEDOM, « La Guyane en 2003 », rapport annuel 2003.
- IEDOM, « La Martinique en 2003 », rapport annuel 2003.
- IEDOM, « La Réunion en 2003 », rapport annuel 2003.
- INSEE, « Tableau économique de la Guadeloupe », éditions 2004-2005 et 2000, direction régionale de la Réunion.
- INSEE, « Tableau économique de la Guyane », éditions 2004-2005 et 2000, direction régionale de la Réunion.
- INSEE, « Tableau économique de la Martinique », éditions 2004-2005 et 2000, direction régionale de la Réunion.
- INSEE, « Tableau économique de la Réunion », éditions 2004-2005 et 2000, direction régionale de la Réunion.
- INSEE, AFD, IEDOM, « Une double transition presque réussie. Chômage, productivité et politique d'emploi à la Réunion », octobre 2004.
- Knox, A.D. (1967), Some economic problems of small countries, in B. Benedict (ed.), Problems of smaller territories. Athlone Press, pp. 35-45. London.
- Krugman & M. Obstfeld, De Boeck Université, Economie internationale, 2003.
- Krugman, P and Venables, A (1990) Integration and the Competitiveness of the Peripheral Industry, in C. Bliss and J Braga De Macedo, (eds), Unity With Diversity in the European Economy: The Community's Southern Frontier, Cambridge University Press: Cambridge.
- Krugman, Paul, Increasing Returns, Monopolistic Competition, and International Trade, 1979, Journal of International Economics, 9, pages 469-477.



- o Lengrand, Mieux connaître la place de la recherche et développement technologique dans les régions ultrapériphériques de l'Europe et mieux les intégrer dans l'espace européen de la recherche, 2002.
- o Linder, Staffan B., 1961, John Wiley & Son, New York, An Essay on Trade and Transformation,
- o Lucas, R.E. (1988) "On the Mechanics of Economic Development," Journal of Monetary Economics, 22, 3—41;
- o Martin P., Are European regional policies delivering?, EIB Papers 1999.
- o Martin P., Are European regional policies delivering?, EIB Papers, 4(2), pp.10-23, (1999).
- o OCDE (2003), Small economies and competition policy: a background paper, Paper presented at Global Forum on competition.
- o OMC (2002a), Les petites économies : littérature sur le sujet, 23 juillet, Note du Secrétariat WT/COMTD/SE/W/4.
- o OMC (2002b), Influence de la taille d'un pays sur son économie et son commerce extérieur, 23 octobre, Note du Secrétariat WT/COMTD/SE/W/5.
- o Parlamento Europeu (2000), Relatório referente ao relatório da Comissão sobre as medidas destinadas a dar cumprimento ao nº 2 do artigo 299º: as regiões ultraperiféricas da União Europeia, A5-0285/2000 Final.
- o Parlement européen, Direction générale de la recherche, Le Coût de la périphéricité, Mário José Amaral Fortuna, Professor at the University of the Azores, Director Department of Economics and Business; Tomaz Ponce Dentinho and José António Cabral Vieira, Azores, 2001.
- o PLANISTAT Europe/BRADLEY Dunbar Ass. (contrat CE), Analyse des régions insulaires et des régions ultrapériphériques de l'Union européenne - Partie II : Les régions ultrapériphériques, 2003.
- o Planistat Europe/Bradley Dunbar Ass., Analyse des régions insulaires de l'Union européenne: Les territoires "continentaux", 19 novembre 2002), travail inclus dans "Première Contribution des RUP à l'Avenir de la Cohésion Economique et Social".
- o Proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (COM (2004) 495 final).
- o Redding S. and A. Venables (2001), "Economic geography and international inequality", London School of Economics and CEPR.
- o Régions ultrapériphériques (1999), « Nos différences se ressemblent... nous rassemblent », Mémoire, mars.
- o Régions ultrapériphériques (2002), Première contribution des régions ultrapériphériques à « l'avenir de la cohésion économique et sociale », Las Palmas, 3 février.
- o Romer P. (1986) "Increasing Returns and Long-Run Growth," Journal of Political Economy, Vol. 94, No. 5, pp. 1002-1037.

- o Salmon J.M., La stratégie d'intégration régionale des Pays et Territoires d'outre-mer (PTOM) dans le contexte des Accords de Partenariat Economique (APE) de Cotonou : principes et questions à résoudre, Centre d'Etudes et de Recherche en Economie, Modélisation, Gestion et Informatique Appliquée et STRADEVCO décembre 2003.
- o Salmon J.M., Les implications de l'élargissement de l'Union européenne pour les Régions ultrapériphériques, UAG et STRADEVCO, présenté au Salon Martinique Export organisé par la Chambre de Commerce et d'Industrie de la Martinique le 27 novembre 2003.
- o Salmon J.M., Mission d'identification des thèmes relatifs aux petites économies insulaires et vulnérables pour les négociations des futures accords de partenariats économiques UE/ACP, Rapport Coopération de la Commission de l'Océan Indien/Union européenne, 2002.
- o Streeten, P. (1993), "The special problems of small countries", World Development, Vol. 21 (2), pp. 197-202.
- o UPEC (Union économique des régions ultrapériphériques), Initiative de coopération interrégionale pour le développement des secteurs productifs des régions ultrapériphériques : l'accès aux marchés extérieurs, novembre 1999.
- o Venables A. (2001), "Trade, location and development: an overview of theory", London School of Economics and CEPR.
- o VIRAPOULLE, Stratégie de mise en œuvre de l'art. 299§2 du Traité d'Amsterdam pour les départements français d'outre-mer, Rapport du Sén. 2003.
- o Wood, D.P. (1967), "The small territories: some political considerations", en B. Benedict (ed.), Problems of smaller territories. Athlone Press, London.
- o World Trade Organization, Committee on Trade and Development Dedicated Session, Trade and Economic performance: the role of economic size?, ref WT/COMTD/SE/W/5, 23 October 2002.

### 3. Lista de quadros

Quadro 1: Deficiências exógenas das RUP .....	12
Quadro 2: Afastamento e isolamento das regiões ultraperiféricas .....	13
Quadro 3: Dados relativos aos arquipélagos .....	14
Quadro 4: Dados geográficos.....	15
Quadro 5: Espaços protegidos nas regiões ultraperiféricas.....	19
Quadro 6: População e taxas de desemprego nas regiões ultraperiféricas.....	20
Quadro 7: Repartição dos alunos e estudantes por nível de ensino em 2003.....	21
Quadro 8: Valor acrescentado bruto aos preços de produção no nível NUTS 2 segundo os códigos NACE (não incluindo as actividades extra-territoriais) em 2002.....	22
Quadro 9: Vantagens comparativas reveladas (VCR) <sup>15</sup> – Ilhas Canárias .....	26
Quadro 10: Vantagens comparativas reveladas (VCR) – Açores e Madeira .....	27
Quadro 11: Vantagens comparativas reveladas (VCR) – Guadalupe, Guiana e Martinica .....	27
Quadro 12: População e PIB per capita das regiões ultraperiféricas .....	28
Quadro 13: Demografia das empresas nas regiões ultraperiféricas em comparação com a do Estado a que as regiões pertencem .....	29
Quadro 14: Comércio externo das regiões ultraperiféricas .....	30
Quadro 15: Densidade populacional.....	44
Quadro 16: Síntese das relações e efeitos das deficiências específicas das regiões ultraperiféricas e das três variáveis horizontais consideradas .....	48
Quadro 17: Sobrecustos directos.....	58
Quadro 18: Sobrecustos indirectos.....	64
Quadro 19: Síntese dos efeitos sectoriais da combinação das deficiências específicas das regiões ultraperiféricas .....	66
Quadro 20: Estimativa da estrutura dos custos da produção eléctrica .....	72
Quadro 21: Intervenções destinadas a compensar os efeitos das deficiências específicas das regiões ultraperiféricas .....	90
Quadro 22: Indicadores de análise das estruturas de actividade.....	102
Quadro 23 : Vantagens, inconvenientes e exequibilidade dos principais métodos de avaliação existentes.....	107

---

<sup>15</sup>Recorde-se que um valor do índice superior a 1 significa que uma região dada é considerada como especializada num ramo de actividade determinado (vantagem comparativa no ramo). Quanto mais o valor do índice exceder 1, maior é a especialização da região. Pelo contrário, valores baixos do índice (inferiores 1) indicam que a região não é especializada no ramo.